

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola de Comunicação

Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura

Fernanda Pereira Ferreira Ribeiro

COMUNICAÇÃO DO OPRIMIDO:

movimentos populares midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2010

Fernanda Pereira Ferreira Ribeiro

COMUNICAÇÃO DO OPRIMIDO:
movimentos populares midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof. Dra. Raquel Paiva

Co-orientador: Prof. Dr. Eduardo Coutinho

Rio de Janeiro
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Banca Examinadora, abaixo assinada, avalia a Dissertação de Mestrado **COMUNICAÇÃO DO OPRIMIDO: movimentos populares midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro**, elaborada por Fernanda Pereira Ferreira Ribeiro.

Aprovada em ____/____/____

Orientadora Prof. Dra. Raquel Paiva
ECO/UFRJ

Co-orientador Prof. Dr. Eduardo Coutinho
ECO/UFRJ

Profa. Dra. Patrícia Saldanha
IACS/UFF

Prof. Dr. Mohammed Elhajji
ECO/UFRJ

Dedico a todas as mulheres e homens que atuam em movimentos pela superação da opressão
e acreditam que um mundo de fraternidade, igualdade e liberdade é possível

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Marlene, por acreditar em mim e ter me proporcionado uma boa formação educacional que permitiu meu ingresso na UFRJ.

Agradeço à Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ que me acolheu como uma grande casa de aprendizado, trocas e desenvolvimento intelectual nos últimos dez anos.

Agradeço ao pré-vestibular comunitário Universidade Popular que me introduziu ao mundo “Paulo Freire” e me despertou o interesse pelo trabalho acadêmico.

Agradeço ao Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC), e todos os integrantes do grupo de estudos LECCturas, espaço de discussão e crescimento conjunto.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da UFRJ e a todos os alunos e professores que contribuíram para minha formação.

Agradeço aos professores que contribuíram de forma objetiva para este trabalho: minha orientadora Raquel Paiva; meu co-orientador Eduardo Coutinho; e Muniz Sodré, com sua visão desconstrutora na Qualificação.

Agradeço aos amigos queridos João Paulo, que contribuiu de forma pontual nas dicas durante o processo seletivo; e Priscila, nas conversas elucidativas durante as aulas do mestrado e os desabafos e envios de forças mútuas por e-mail; Leila e Don por traduzirem o resumo.

Agradeço aos bolsistas do LECC, em especial a Nathalia, responsável pela pesquisa bruta na Internet do mapeamento do capítulo 4; Leonardo, na procura e organização de empréstimo de livros nas bibliotecas da UFRJ; Alessandra, Michel e Gabriel também pela boa vontade no apoio ao empréstimo de livros.

Agradeço à minha sogra Célia e minha “cunhada” Cecília por todo apoio e incentivo.

Agradeço ao meu marido, meu amor, Hilario, pelo apoio incondicional em todos os momentos e todos os sentidos, em especial pelo incentivo durante o processo seletivo; nesta ponte buscando os livros e levando as cópias; me proporcionando tranquilidade e coragem; trazendo chá quente para energizar os momentos de desânimo.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela bolsa concedida para a realização material desta pesquisa.

Comunicação é a co-participação dos sujeitos no ato de pensar.
Implica numa reciprocidade que não pode ser rompida.

A educação é comunicação, e diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.

Paulo Freire

RESUMO

RIBEIRO, Fernanda P. F. **Comunicação do oprimido: movimentos populares midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Este trabalho versa sobre a aplicação de teorias do educador brasileiro Paulo Freire ao campo da Comunicação. Propõe um caminho para a interdisciplinaridade entre os campos da Comunicação e Educação a partir do estudo de Freire nos cursos de Comunicação e analisa a aplicação de seus conceitos nos movimentos populares midiáticos. Investiga a hipótese de que os meios de comunicação devem ser dialógicos e construídos a partir de sujeitos históricos – neste caso, o oprimido. Seguindo as teorias freireanas como norte, o estudo tem como objetivo a análise das principais estratégias para a superação da opressão: a comunicação como diálogo (e não como transmissão de informação ou *comunicado*); a conscientização (ou leitura) crítica da situação de opressão; a autonomia (ou empoderamento) do oprimido; o papel da liderança revolucionária (ou intelectual orgânico); a articulação política por meio dos movimentos ou grupos populares; as possibilidades de comunicação dialógica a partir das novas tecnologias; além do estudo do conceito de oprimido em si e das favelas como território do oprimido. Esta temática justifica-se pelo fato de que a opressão social ainda é a grande questão atual que deve ser resolvida pela humanidade. A metodologia utilizada parte de um viés sociológico, conceitual e descritivo, contextualizando e historicizando as questões tratadas por meio de revisão bibliográfica e revendo essas teorias sob uma ótica analítica. Valendo-se de mapeamento quali-quantitativo, a pesquisa quantifica e descreve, ainda, cerca de 50 movimentos populares de mídia nas favelas do Rio de Janeiro e 30 instituições de apoio à comunicação comunitária e movimentos nacionais pela democratização da comunicação. Este mapeamento é, como na *práxis* freireana, o aspecto prático e aplicado do trabalho. As conclusões e resultados da pesquisa baseiam-se no fato de que, numa ordem social marcada por ambiguidades, contradições, determinismos e possibilidades, a comunicação do oprimido deve atuar nas brechas oferecidas pelo próprio sistema no intuito de superá-lo.

Palavras-chave: Comunicação do oprimido; Comunicação dialógica; Comunicação e educação; Opressão; Paulo Freire.

ABSTRACT

RIBEIRO, Fernanda P. F. **Communication of the oppressed: community media movements in the slums of Rio de Janeiro city.** Dissertation (Master's in Communication and Culture). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

This work examines the application of the theories of the Brazilian educator Paulo Freire in the field of Communication. It proposes an interdisciplinary path between the fields of Communication and Education based on Freire's studies in schools of Communication, as well as analyzes the application of this educator's concepts into community media movements. This work investigates the hypothesis that the means of communications need to be dialogic and built from the historical agents – in this case, the oppressed. Following Freire's theories, this study has as its objectives: the analysis of the main strategies to overcome oppression: communication and dialogue (not as transmission of information or a *message*); the critical awareness (or “reading”) of the oppressive action; the autonomy (or empowerment) of the oppressed; the revolutionary leadership's role (or organic intellect); the political articulation by community movements or groups; the possibilities of dialogic communication opened by new technologies; as well as the study of the concept of oppression itself and the slums as the territory of the oppressed person. This theme is justified by the fact that social oppression is actually still a big issue that needs to be solved by Humanity. The methodology applied in this work was based on the sociological, conceptual and descriptive bias that contextualizes and brings historical perspective to the questions studied through bibliographical revision and critical analysis of the theories mentioned. Using the qualitative and quantitative mapping of community initiatives, this research quantifies and describes approximately 50 community media movements in the slums of Rio de Janeiro as well as 30 institutions that support community communication, development and national movements for the democratization of communication. This mapping process represents, as in Freire's *praxis*, the practical aspect of this work. The conclusions and results of this research are based on the fact that in a social order marked by ambiguities, contradictions, determinisms and possibilities, the communication of the oppressed needs to act within the gaps offered by the system itself with the goal of overcoming this same oppressive system.

Key-words: Communication of the oppressed; Dialogic communication; communication and education; Oppression; Paulo Freire.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Mapeamento de movimentos midiáticos nas favelas

Quadro 2 – Novas tecnologias

SUMÁRIO

1 Introdução

2 Comunicação e Educação

2.1 Interdisciplinaridade a partir de Paulo Freire

2.2 A práxis freireana

2.3 Pedagogia do Oprimido na Comunicação

2.4 A Leitura Crítica

2.5 O conceito de comunicação em Freire e os meios de “comunicados”

3 O resgate do conceito de Oprimido

3.1 Genealogia da opressão

3.2 Oprimidos e opressores em Gramsci

3.3 *Empowerment*: estratégia de superação da opressão

3.4 Os intelectuais orgânicos – lideranças revolucionárias

3.5 As favelas como território do oprimido

4 Comunicação do Oprimido

4.1 Comunicação “não massiva”: as diversas denominações

4.2 Os movimentos sociais populares como mediações

4.3 Movimentos midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro - Mapeamento

4.3.1 Jornais

4.3.2 Rádios

4.3.3 TVs

4.3.4 Cinema e audiovisual

4.3.5 Fotografia

4.3.6 Teatro, dança e artes visuais

4.3.7 Instituições de apoio e movimentos pela democratização da comunicação

4.3.8 Núcleos universitários de pesquisa

5 As novas tecnologias: menos passividade e mais diálogo?

6 Conclusão

Referências

APÊNDICE – Contato dos movimentos mapeados

1 Introdução

O interesse por Paulo Freire nasceu primeiramente da prática: da militância e do trabalho da autora como professora de redação e organizadora de pré-vestibular comunitário dentro de favelas durante seis anos. O projeto utilizava dialeticamente as concepções pedagógicas freireanas. O contato teórico posterior com a obra do educador despertou o interesse por conjugar essa práxis com as teorias da comunicação.

A obra de Paulo Freire pode ser lida como uma abordagem cultural da comunicação. Comunicação como troca dialógica a partir de um ponto de vista social e político. Abordagem cultural apoiada numa visão humanista, valorizando a criatividade humana e partindo de uma definição mais ampla de comunicação, aproximando-se do conceito antropológico de cultura.

Este trabalho alinha-se, assim, à corrente de pensadores e teorias que centram a comunicação no receptor, no uso da comunicação numa perspectiva democrática e transformadora.

A pesquisa disserta sobre a aplicação da práxis freireana nos cursos de Comunicação, por meio do estudo de seus textos, mas principalmente da aplicação dessa práxis na atividade comunicacional – na criação, produção e recepção das mensagens – no âmbito dos movimentos populares.

A atualidade da produção teórica do autor é atestada pelo simples fato de que a opressão é uma questão ainda atual. Entre as inúmeras abordagens de opressão, focamos o estudo na opressão social e entre os sujeitos que sofrem a opressão social, focamos nos oprimidos circunscritos ao lugar, ao território espacial, mais especificamente os moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Este recorte justifica-se pelo fato de tratar-se de um grupo social vítima da comunicação midiática estigmatizada, que pauta-o pela ótica da violência e pela questão do território. Para além de um espaço físico, a favela é lugar de exclusão ao acesso aos bens públicos e espaço de violência institucionalizada por parte do Estado através da ação policial. O Rio de Janeiro apresenta-se como cidade emblemática onde pobreza e riqueza convivem lado a lado (mas a pobreza é circunscrita ao espaço do morro).

A opressão social se dá nas relações sociais, com o outro, mas também com os objetos sociais. Em outras palavras, a estrutura social está na base da opressão e das relações de opressão. E as instituições capitalistas são o principal agente da opressão.

A opressão é a raiz de alguns dos mais sérios conflitos do mundo atual: conflitos da ordem racial, conflitos religiosos, de gênero, entre governos ditatoriais e cidadãos, conflitos de classe (sendo este último o foco deste trabalho).

Revisitar a obra de Paulo Freire e resgatar os estudos sobre as condições históricas de opressão é importante para a sua superação – proposta aqui através da conscientização crítica e da articulação política. Com a superação da opressão, esta comunicação deixa de ser “do oprimido” para ser do homem e da mulher enquanto sujeitos criativos e autônomos em todo o processo. Condicionados pelo sistema social opressivo, os homens são desumanizados, são tratados como objetos. Mas sua “vocação ontológica” é ser sujeitos criativos.

As idéias de Paulo Freire tiveram um grande impacto sobre as teorias da comunicação. Inspiraram os movimentos de comunicação dialógica e participativa e de leitura crítica na década de 70, quebrando a lógica emissor que fala e receptor que recebe passivamente. Estimularam o trabalho por meio da comunicação popular que transforma homens em sujeitos. Excitaram a dimensão política da comunicação, em que o oprimido tem o direito de pronunciar a sua voz. Trabalharam com as dimensões crítica, libertadora, participativa, horizontal e dialógica da comunicação.

Uma das questões fundamentais que tratamos aqui é o alerta que Freire nos coloca para o equívoco gnosiológico do termo comunicação: a comunicação midiática é antidialógica e como tal incompatível com o termo comunicação. Os meios de comunicação, na verdade, são meios de “comunicados”. São unilaterais. O espectador é objeto passivo.

Este trabalho se insere dentro de uma perspectiva crítica que abrange desde Gramsci, passando brevemente pela teoria crítica frankfurtiana, até a Leitura Crítica da Comunicação. Valendo-se de uma abordagem histórica e sociológica por meio de revisão bibliográfica, o estudo é delineado e desdobrado a partir de quatro focos ou abordagens principais, divididos em capítulos, seguindo as teorias freireanas como norte. O capítulo um é essa presente introdução.

O capítulo dois apresenta a interdisciplinaridade entre os campos da Comunicação e Educação propondo o estudo sistemático de Freire na Comunicação, além de apresentar o autor, suas idéias principais, a Pedagogia do Oprimido, o conceito de comunicação em Freire e a questão da conscientização ou Leitura Crítica. Colocada a importância de estudar este autor na Comunicação, partimos para um resgate histórico de sua trajetória pessoal, política, pedagógica e teórica – que se misturam e se entrelaçam.

O capítulo três investiga o conceito de oprimido e historiciza a opressão, além de analisar as estratégias de superação da opressão (empowerment e atuação de intelectuais orgânicos) e examinar a representação das favelas como território do oprimido.

O capítulo quatro estuda materiais concretos relacionando a comunicação com os movimentos populares nas favelas, mapeando e descrevendo sua atuação.

Finalmente, o capítulo cinco examina a possibilidade dialógica da comunicação partindo das novas tecnologias. Reconfigurar o conceito de oprimido hoje, fora do contexto da ditadura em que foi criado e dentro do contexto da tecnocultura e da sociedade de consumo, é o grande desafio a que se propõe o estudo. A atualidade da teoria de Paulo Freire pode ser atestada quando estudamos as possibilidades dialógicas e interativas das novas mídias.

Partimos de Freire com o objetivo de: 1) Resgatar a questão do oprimido, tentando atualizá-la e identificá-lo hoje. A “Comunicação do Oprimido” que propomos deve partir desse sujeito histórico que sofre a opressão social de uma sociedade injusta. 2) Enfatizar o aspecto político na comunicação (no sentido de conscientização e transformação da realidade) – tanto teórico quanto prático – uma das questões primordiais em Freire, um pouco esvaziada e perdida em muitos movimentos populares hoje. 3) E, por fim, com base no ensaio “Extensão ou Comunicação” de Freire, trabalhar o aspecto da comunicação como troca dialógica – e não como transmissão extensionista de conteúdos –, partindo das possibilidades criadas a partir das novas tecnologias.

2 Comunicação e Educação

Se ainda é possível formular alguma teoria de comunicação, esta terá que ter certamente a feição de uma comunicação que inclua as pessoas e não apenas as distraia de suas mazelas quotidianas e do forte processo de exclusão social a que estão submetidas.¹

Raquel Paiva

Um dos objetivos deste capítulo é trilhar alguns caminhos para atualizar a interconexão teórica entre os campos da Comunicação e Educação a partir do educador Paulo Freire. Os estudos de educação para os meios assumem também a direta influência de Freire. No Brasil, essa vertente de estudo é representada pela União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), que, a partir dos anos 70, incorpora os pressupostos freireanos como linha orientadora de sua intervenção junto a movimentos sociais através de cursos, oficinas e assessorias no âmbito do Projeto de Leitura Crítica da Comunicação (analisado nos subitens a seguir).

2.1 Interdisciplinaridade a partir de Paulo Freire

O campo acadêmico comunicacional constitui-se de teorias da comunicação que, mesmo caminhando para uma certa autonomia, se apropriam e dialogam com o saber oriundo de outras áreas do conhecimento, como a filosofia, a sociologia, a antropologia e a psicologia. Nas palavras do professor e comunicólogo José Marques de Melo, “a comunicação é um campo genuinamente interdisciplinar.”²

Nos ciclos teóricos das faculdades de comunicação no Brasil são oferecidas disciplinas obrigatórias como Sociologia da Comunicação; Psicologia da Comunicação; Antropologia.

A Comunicação e a Educação, enquanto áreas do pensamento e práticas sociais, também estão intrinsecamente interligadas. Mas, em geral, não é oferecida de forma obrigatória nas universidades uma disciplina que englobe a intercessão desse campo, estudando sistematicamente autores como Paulo Freire, por exemplo.

Como sintetiza a professora e pesquisadora Cicilia Peruzzo, os estudos sobre Comunicação e Educação tendem a enfocar as relações entre os dois campos do

¹ Paiva, R. A comunicação como projeto social. In: Anais do IV ENDICOM. Montivideo: 2001.

² Melo, J. M., 2008, p. 13.

conhecimento, principalmente: 1) a questão da ensino-aprendizagem enquanto mediada por um processo comunicativo; 2) a utilização de meios de comunicação na educação presencial, nas instituições de ensino; 3) o papel da mídia no processo de educação; 4) a educação para a recepção crítica das mensagens transmitidas através dos meios massivos, especialmente a televisão.³

Englobando todos esses aspectos, surge atualmente um novo campo. O professor da USP e especialista nesta área Ismar de Oliveira Soares aponta que “a educação para a comunicação, o uso das tecnologias na educação e a gestão comunicativa transformam-se em objeto de políticas educacionais, sob a denominação comum de Educomunicação.”⁴ A constituição desse campo é tarefa complexa, pois “exige o reconhecimento da mídia como um outro lugar do saber, que condiciona e influencia, juntamente com a escola e outras agências de socialização, o processo de formação dos indivíduos.”⁵

O foco deste estudo não é o campo da Educomunicação no âmbito do uso de tecnologias na educação ou na área de educação para os meios. Pretende-se, aqui, retomar as contribuições das teorias e práticas do educador Paulo Freire aplicando-as ao campo da comunicação – em especial dentro dos movimentos populares onde pode-se encontrar maior abertura para esta possibilidade, já que a mídia comercial de massas é atrelada e vinculada aos interesses mercadológicos e visa em grande parte ao entretenimento. Pretende-se, ainda, apontar a importância de englobar Paulo Freire no estudo das teorias da comunicação e, sobretudo, na formação do comunicador.

Numa conferência da Intercom⁶ realizada em Santos em 1997, o professor colombiano Jesus Martin-Barbero, ao analisar a contribuição brasileira à área acadêmica da comunicação social no continente, apontou o pedagogo Paulo Freire (ao lado do antropólogo Renato Ortiz) como o autor brasileiro mais importante para o desenvolvimento do pensamento latino-americano na área.

Como aponta o estudo da especialista em Comunicação e Cidadania Denise Cogo, a concepção freireana de educação é a principal inspiradora de experiências de comunicação popular vinculadas a movimentos sociais, sindicais e a comunidades eclesiais de base nas décadas de 70 e 80. Sua teoria está presente na academia no ensino de disciplinas como Comunicação Comunitária ou no âmbito dos projetos de extensão associados a essas disciplinas. As contribuições freireanas possibilitam, sobretudo, associar intervenção social e

³ Peruzzo, C. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. In: PCLA, v. 4, n. 1, out/nov/dez. 2002.

⁴ Soares, I. O., 2002, p. 16.

⁵ Melo, J. M., 2008, p. 49.

⁶ Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

reflexão teórica, atribuindo à comunicação comunitária um caráter de ruptura com o isolamento do fazer acadêmico. A obra do autor é utilizada como referencial teórico de projetos de pesquisas que têm esta temática. Das 33 terminologias identificadas pela pesquisadora Regina Festa em 1984 para nomear e definir a comunicação alternativa, algumas explicitam diretamente a influência freireana nesse campo, como é o caso da comunicação libertadora, da comunicação do oprimido e da comunicação dialógica.⁷

Para teóricos como Mario Kaplún e Juan Diaz Bordenave, Freire foi o ponto de partida para a explicitação do conceito de comunicação popular:

Ambos identificam três modelos educativos que são úteis à análise das experiências de comunicação desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais: um primeiro, que põe ênfase no conteúdo; um segundo, que enfatiza os efeitos; e um terceiro, que privilegia o processo. Embora não sejam puros, os três modelos acabam se mesclando em ações educativas concretas no campo da comunicação. No entanto, Kaplún não deixa de reconhecer no modelo que privilegia o processo as possibilidades de participação na comunicação à medida em que permite que emissores e receptores tenham a mesma oportunidade não apenas de responderem à mensagem recebida e reagirem diante dela, como de gerarem suas próprias mensagens.⁸

Ainda segundo Cogo, em sua origem, a comunicação popular constitui-se como uma reação ao modelo hegemônico fundamentado na noção mecânica de comunicação como transmissão de informação de fontes ativas a receptores passivos. Os projetos de comunicação popular convertem-se em portadores das insatisfações de movimentos sociais e de setores da sociedade civil com as ditaduras militares que, entre os anos 70 e 80, predominavam na maioria dos países latino-americanos, onde a comunicação massiva se constituiu em um dos principais instrumentos para a difusão e manutenção de seus projetos políticos.

Nesse cenário, a obra de Paulo Freire ajuda a consolidar as bases para o entendimento das inter-relações entre comunicação, educação e cultura, cujos desdobramentos refletem-se, mais tarde, no desenvolvimento de uma vertente denominada estudos culturais e comunicação. Herdeira dos estudos culturais ingleses, essa vertente encontra sua especificidade no contexto latino-americano a partir do final da década de 80, cujas reflexões apontam para a construção de uma trajetória comum: a comunicação no marco do processo das culturas em que a compreensão do fenômeno comunicativo não se esgota em conceitos e critérios como canais, meios, códigos, mensagens, informação. O entendimento da

⁷ Cogo, D. Da comunicação rural aos estudos de audiência: influências da obra de Paulo Freire no ensino e na pesquisa em comunicação social. *Rastros Revista do Núcleo de Estudos Em Comunicação*, Joinville, v. 1, n. 1, p. 29-36, 1999. Disponível em: <<http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/rastros01/rastros0103.html>>. Acesso em: out. 2009.

⁸ Cogo, D., 1999.

comunicação é reorientado a uma revalorização do universo cultural e do cotidiano dos sujeitos como mediadores dos sentidos produzidos no campo da recepção das mensagens dos meios massivos. Suscetíveis de múltiplas interpretações, essas mensagens são polissêmicas e seus sentidos ou significados “negociados” na esfera da recepção. Todo um conjunto de investigações no âmbito da audiência dos meios de comunicação de massa, sobretudo da televisão, buscam entender o que fazem os públicos com os meios e as mensagens emitidas e, por outro lado, o papel que desempenham a cultura e as instituições sociais como mediadores no consumo das mensagens propostas.⁹

Mas hoje percebemos a carência de um estudo aprofundado sobre as teorias freireanas na comunicação, sobretudo em disciplinas teóricas obrigatórias – fora do âmbito da Comunicação Comunitária ou da Educomunicação. A retomada de Paulo Freire pode ser útil para uma abordagem política nas reflexões sobre as chamadas novas tecnologias da comunicação, campo em que podemos encontrar possibilidades de quebra entre a lógica emissor-receptor.

Colocada a importância de estudar o autor na Comunicação, partimos para um resgate histórico de sua trajetória pedagógica no intuito de contextualizar para melhor entender sua importância política.

2.2 A práxis freireana¹⁰

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em setembro de 1921, no estado de Pernambuco, e morreu em maio de 1997, em São Paulo. Formou-se em Direito mas jamais exerceu essa profissão. Tornou-se professor de língua portuguesa em escolas de educação fundamental. Trabalhando com educação popular, dirigiu experiências de alfabetização de adultos no governo anterior ao golpe militar de 1964.

As primeiras experiências do que convencionou-se chamar de “método Paulo Freire de alfabetização” começaram na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte, em 1963, onde 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 45 dias. No ano seguinte, Freire foi convidado pelo presidente João Goulart e o Ministro da Educação para elaborar a Campanha Nacional de Alfabetização, interrompida e reprimida pelo golpe militar.

⁹ Cogo, D., 1999.

¹⁰ As informações aqui resumidas sobre vida e obra de Paulo Freire foram retiradas de sua biografia, publicada um ano antes de sua morte, Cf. Gadotti, M., 1996.

Em sequência, passou 75 dias na prisão e quase dezesseis anos no exílio. Viveu na Bolívia, Chile e Suíça, com passagens pelos Estados Unidos, África e Ásia. Implementou o “método” em alguns países da América Latina; assessorou na década de 70 a implementação de sistemas educacionais nas ex-colônias portuguesas na África, passando também por Harvard e Genebra, onde deu aulas.

Retorna ao Brasil em 1980, assumindo a secretaria de educação da cidade de São Paulo (1989-1991), e retomando atividades acadêmicas. Lecionou na PUC-SP, Unicamp e USP; dirigiu novas experiências de educação popular; e exerceu grande influência sobre grupos e instituições dedicados à cultura e educação populares. De 1959 a 1996, publicou quase 40 obras.

Sua teoria do conhecimento deve ser entendida no contexto em que surgiu: o Nordeste brasileiro no início da década de 60, em que metade de seus 30 milhões de habitantes vivia na “cultura do silêncio” – eram analfabetos. Era preciso “dar-lhes a palavra”.¹¹

Hoje vivemos numa realidade de analfabetismo funcional. O homem e a mulher comum sabem ler mas não interpretar. É preciso dar-lhes os meios de interpretação e comunicação. Alfabetizar politicamente.

O método Paulo Freire de alfabetização, fundado no princípio de que o processo educacional deve partir da realidade do educando, expandiu-se por todo o mundo. “Não basta saber ler que ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem tabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.¹²

A universalidade de sua obra decorre dessa aliança teoria-prática. “Freire não pensa pensamentos. Pensa a realidade e a ação sobre ela. Trabalha teoricamente a partir dela.”¹³ Indo além da teoria e do pensamento, aplica as idéias na prática concreta e aproxima-se das camadas populares.

Propôs uma educação de adultos que estimulasse a colaboração, a decisão, a participação e a responsabilidade social e política. Sua pedagogia sustenta uma abordagem centrada no aluno, enfatizando a discussão, o diálogo, a comunicação, respeitando o conhecimento do aluno e a capacidade para assumir sua própria aprendizagem. “Freire, atento à categoria do saber que é apreendido existencialmente, pelo conhecimento vivo de seus

¹¹ Gadotti, M., 1996, p. 70.

¹² Gadotti, M., 1996, p. 72.

¹³ Gadotti, M., 1996, p. 77.

problemas e os de sua comunidade local, já explicitava o seu respeito ao conhecimento popular”.¹⁴

Levando-se em conta que essas idéias não são uma visão de Freire, mas também de outros pensadores, não é o objetivo aqui fazer qualquer tipo de “culto à personalidade ou reafirmação de mitos”.

Seu pensamento foi influenciado pelo marxismo, existencialismo, personalismo e fenomenologia. Em sua leitura de mundo há a presença, entre outros, de Marx, Lukacs, Sartre, Mounier, Albert Memmi, Erich Fromm, Frantz Fanon, Merleau-Ponty, Antonio Gramsci, Karel Kosik, Marcuse, Agnes Heller, Simone Weill e Amilcar Cabral.

O pensamento de Paulo Freire constitui uma síntese de diferentes experiências e tradições filosóficas complexas, com base no cristianismo e no marxismo – “pensamento este que é revisitado e atualizado face ao próprio caráter dialético e à natureza da práxis freireana, construídos sempre na ação e na reflexão permanentes”.¹⁵

Suas reflexões teóricas são captadas com mais riqueza quando relacionadas ao seu contexto prático-pedagógico mais amplo. E são também baseadas nos ideais cristãos de fraternidade, comunhão e harmonia entre os indivíduos.

Suas idéias não correspondem ao idealismo, mas são produto de uma reflexão contínua, metódica, elaborada a partir de uma prática social, de uma práxis. Essas reflexões sobre a prática, que constituem também uma teoria da educação (teoria que só faz sentido quando associada e posta em prática de maneira crítica – dialetizada), não se limitam a um ideal a ser alcançado, mas constituem-se de elementos que fazem parte do presente e da prática pedagógica existente.¹⁶

Sua forma de agir e se expressar refletem uma certa rebeldia a modelos burocráticos e políticos. Sua linguagem, doce e poética, ora aproximando-se de expressões ditas populares, não segue rigidamente os padrões hegemônicos da academia.

O modo pelo qual Paulo Freire trabalhou a educação agrega elementos para a construção de teorias e políticas de comunicação. Esta releitura “permite ver a grandeza da obra e sua perspectiva profética, no rumo do homem e da mulher liberados.”¹⁷ Freire coloca

¹⁴ Gadotti, M., 1996, p. 35.

¹⁵ Tosta, 1998 *Apud* Melo, J. M., 2008, p. 19.

¹⁶ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 135.

¹⁷ Alves, L. R. Educar, um ato radical de comunicação. Para pensar Paulo Freire e a sociedade em mudança. Unisinos. Revista Fronteiras – estudos midiáticos VIII (2): 123-132, maio/agosto 2006. Disponível em: <<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/fronteiras/article/view/3144/2954>>. Acesso em ago. 2009.

que somos seres historicamente condicionados, mas não determinados, e podemos e devemos mudar a história enquanto mudamos a nós mesmos.

Sua obra mais importante, a Pedagogia do Oprimido, foi traduzida e publicada em mais de 20 idiomas. **A atualidade de seu pensamento é comprovada na medida em que a superação da opressão social continua sendo um dos maiores desafios atuais.**

2.3 Pedagogia do Oprimido na Comunicação

Os anos 1960 viveram uma efervescência cultural por parte de movimentos de esquerda e da contracultura. Tropicalismo, cinema novo, revoluções nas artes plásticas, a cultura hippie, o feminismo, a revolução de Maio de 1968. É neste contexto de revolução no pensamento vigente que surge a Pedagogia do Oprimido.

Elaborada, proposta, e executada por Paulo Freire, ela pressupõe uma pedagogia que advém do oprimido e não é imposta e colocada de fora para dentro. Utiliza-se da linguagem, do mundo e do universo do oprimido na prática de ensino que é dialógica e dialética.

Um campo ainda pouco explorado – ainda mais se tratando de um autor brasileiro – é o uso da Pedagogia do Oprimido em pesquisas e cursos de Comunicação Social. Aplicada, por exemplo, à televisão, apresenta duas abordagens principais. A primeira refere-se a como a informação pode ser construída e assimilada pelos próprios telespectadores de forma ativa, levando-os a reconstruir a própria realidade, de maneira crítica. A segunda trata do processo através do qual o próprio comunicador aprende. Em outras palavras, de que maneira uma comunicação televisiva, voltada a um público popular, pode levar o comunicador para dentro da realidade dos espectadores e fazer com que ele “aprenda” também. Para isso, é preciso combater a idéia de que o comunicador tem um saber – domínio técnico da linguagem e dos meios – superior ao dos telespectadores, e é preciso que o processo de comunicação seja multilateral.

A aplicação dos estudos freireanos ao campo da comunicação vem sendo realizada por alguns pesquisadores – com enfoques diversos. Um exemplo é um estudo feito na Universidade de Uberaba em 2006, que procura

estabelecer um diálogo entre a práxis pedagógica do educador Paulo Freire e as Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação para a habilitação Jornalismo do

curso de Comunicação Social. O objetivo é desenvolver um modelo de aplicação do método dialógico freireano para problematizar o ensino de Jornalismo¹⁸.

O estudo propõe a aplicação das teorias de Freire no ensino de Jornalismo no intuito de reforçar o compromisso ético-político do futuro profissional com a transformação social, idéia presente no documento das Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação para a área. O foco do estudo recai sobre o professor de Comunicação e sua prática pedagógica por meio do método dialógico – a educação dialógica, problematizadora, a criação em conjunto de “temas geradores” – para que os alunos possam ser sujeitos do processo de aprendizagem desde a busca do conteúdo programático do curso.

O estudo de Fonseca sugere a formação de um profissional “radical, e não sectário; integrado, e não simplesmente adaptado ao seu tempo; um jornalista capaz de atuar como uma reflexão, e não como um mero reflexo da sociedade”¹⁹.

A obra freireana pode ser lida de diferentes maneiras. Aqui aplicamos o olhar da comunicação. Para o pesquisador Eduardo Meditsch²⁰, “a investigação sobre a forma como a problematização e o diálogo ocorrem nos processos cognitivos presentes também na comunicação jornalística e na comunicação midiática de diversos gêneros é um campo de estudos inexplorado e fascinante”. O autor aponta que desta forma se poderá chegar a uma discussão mais produtiva sobre a ação da mídia e seus efeitos. “A relação dialética entre subjetividade e objetividade é o substrato filosófico que embasa a pedagogia freireana”.

Outras questões trazidas por Freire que podem ser perfeitamente aplicadas à comunicação são a questão bancária da educação como instrumento de opressão e a dialogicidade como essência da educação.²¹ A comunicação bancária, assim como a educação, depositam no aluno ou espectador conteúdos prontos, como se estes fossem “depósitos vazios a serem preenchidos”. O diálogo está no núcleo fundamental das idéias freireanas. Sejam professores ou comunicadores, a relação com o aluno ou o público deve ser sempre horizontal.

¹⁸ Fonseca, A. O método Paulo Freire no ensino de Jornalismo. Revista brasileira de ensino de jornalismo. Encontro nacional de professores de jornalismo. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/grupos.php?det=134>>. Acesso em jul. 2009.

¹⁹ Fonseca, A., 2006.

²⁰ Meditsch, E., 2002.

²¹ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 127.

O “método” freireano parte da realidade do educando, “do que ele já conhece do valor pragmático das coisas e fatos de sua vida cotidiana, de suas situações existenciais. Respeitando o senso comum e dele partindo, Freire propõe a sua superação.”²²

A pedagogia do oprimido parte do saber, da linguagem e da necessidade popular, respeitando o que há de concreto, cotidiano e de limitações. Além disso, não fica nesse ponto de partida, mas apresenta uma proposta de superação deste mundo de submissão, de silêncio e de misérias, apontando para um mundo de possibilidades.²³

Mas não podemos perder de vista que, hoje, nos grandes centros urbanos, ao contrário do contexto do Nordeste brasileiro nas décadas de 50-60, época e local de implementação inicial da pedagogia freireana, a cultura e o universo das classes populares se confunde e se mistura – influenciando e sendo influenciados – com a cultura veiculada pela mídia massiva (novelas, sobretudo). Neste aspecto, a consciência crítica torna-se elemento fundamental, sobretudo num mundo atravessado e mesmo vivenciado por intermédio dessa influência midiática.

2.4 A Leitura Crítica

Para Freire não é possível pensar a mídia sem ter em mente a questão da consciência crítica.

Pensar em televisão ou na mídia em geral nos põe o problema da comunicação, processo impossível de ser neutro. Na verdade, toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira, em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de alguma coisa contra algo e contra alguém, nem sempre claramente referido. Daí também o papel apurado que joga a ideologia na comunicação, ocultando verdades, mas também a própria ideologização no processo comunicativo.²⁴

Algumas questões se colocam pertinentes ao tratarmos da consciência crítica, termo chave na práxis freireana. Refletimos, aqui, sobre uma temática que acreditamos essencial: qual o lugar da Leitura Crítica hoje?

Como aponta Paiva,²⁵ a análise da produção veiculada pelos *mass media* – a leitura crítica de mensagens – é uma das etapas necessárias para a implantação de canais de comunicação alternativa.

²² Gadotti, M., 1996, p. 39.

²³ Gadotti, M., 1996, p. 37.

²⁴ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 195-196.

²⁵ Paiva, R., 2003, p. 138.

Numa abordagem apresentada por Paiva e Gabbay²⁶, a chamada teoria crítica tem como ponto de partida a Escola de Frankfurt²⁷, “um dos momentos mais vigorosos da formulação do pensamento crítico na história do pensamento ocidental”. Os pontos centrais na busca de um pensamento crítico protagonizada por Horkheimer são a *negação da verdade* e o *pensamento dialético* como métodos.

A Teoria Crítica de Frankfurt, em seu sentido amplo – em superação dialética da crítica marxista da estrutura e superestrutura – apresenta-se como um modelo que parte do diagnóstico e do prognóstico: uma análise do tempo presente amparada na reflexão histórico material de sua constituição, e inflexões concretas e conceituais sobre possíveis transformações²⁸.

O objetivo central da Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer e seu legado era diagnosticar a crise e o “mal-estar” na cultura européia. Fazia-se análise e reflexão teórica da sociedade e da cultura por um viés filosófico. A preocupação da teoria crítica não é somente com o conteúdo veiculado, mas o meio em si, enquanto produto. Segundo o antropólogo Renato Ortiz²⁹, a influência dos frankfurtianos no Brasil inicia-se no final da década de 1960.

“A fome é o desejo, a vontade, o impulso criador e criativo da vida, é o progresso do espírito. A saciedade, o consumo, conforta, conforma, tolhe a imaginação e torna a vida vazia, dada, pronta”.³⁰ E é nessa fome de que fala Adorno que atua a crítica.

Para o pensador Roland Barthes³¹, os brinquedos são reproduções em miniatura de objetos adultos, significando o universo das funções adultas. Preparam e condicionam a criança para uma função social ou uma profissão – a menina para a função de mãe, por exemplo. A maioria dos brinquedos não estimula as crianças para uma função criadora e criativa, e sim de posse e utilização; e é dado, é pronto. O homem, assim, já nasce com tudo da ordem do dado. Não é estimulado ao longo da vida a ser crítico. É saciado pelo consumo e tolhido desta fome em que fala Adorno.

²⁶ Paiva, R.; Gabbay, M., 2009.

²⁷ Fundado em 1923 na Alemanha do entre-guerras, o Instituto de Pesquisa Social era vinculado à Universidade de Frankfurt e formado por professores universitários, dentre eles Carl Grünberg, Max Horkheimer, Leo Lowenthal, Friedrich Pollock, Wittfogel, aos quais se juntaram Walter Benjamin, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Erich Fromm. Esses pensadores formam o que se convencionou chamar de Escola de Frankfurt.

²⁸ Nobre, *apud* Paiva, R.; Gabbay, M., 2009.

²⁹ Ortiz, R. A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. S. Paulo, 1986, ANPOCS, n. 01, Junho, pp. 43-65.

³⁰ Adorno, T., 2002, p. 85.

³¹ Barthes, R., 1987, p.40.

A palavra crítica provém do verbo grego *krinein*, cujo primeiro sentido é “separar para distinguir.”³² A palavra crise deriva de crítica. Podemos analisar a crítica no sentido de quebrar, destruir, separar uma obra ou objeto em pedaços e pôr em crise a idéia que se fazia antes para poder analisar, entender, articular, construir e desconstruir as partes.

A crítica é resultante da contradição, ou seja, do modo de pensamento dialético. “Compreendemos a contradição como motor da história e das transformações possíveis – movimento oposto à construção do consenso, o apaziguamento ordenador, relacionado aos processos de individualização ‘pós-modernos’.”³³

Para além do determinismo, na crítica deve-se olhar em toda a amplitude: seccionando, deslocando, separando. Na crítica é essencial descolar o sujeito do objeto para não se cair no superficialismo. Em geral, a atitude crítica parte de uma visão moral e dicotômica: bem e mal, sadio e perverso, certo e errado. A atitude crítica deve partir do elemento político. A moral é ideológica e visa à manutenção do poder.

Para Adorno uma crítica bem sucedida não é a que reconcilia as contradições, mas a que coloca a harmonia como negativa.³⁴ O autor assinala que o sujeito é sempre mediado pela cultura e faz da cultura seu objeto. E toda atividade crítica é exercida dentro de um sistema cultural e o crítico incorpora os elementos do sistema que critica. Portanto, a crítica deve questionar, antes de tudo, a raiz dos problemas culturais, ou seja, a própria sociedade.

Etimologicamente, leitura deriva do latim, *legere*, cujos significados se desvelam em verbos como reunir, colher, escolher, espiar.³⁵ Reunir experiências de outras leituras e vivências para atribuir significados e sentidos a um texto³⁶ e, desta forma, estabelecer relações entre o texto e as experiências anteriores para que haja a compreensão. Ler é, portanto, compreender, estabelecendo uma relação dialógica com o texto.³⁷ O leitor escolhe o que lê e escolhe a perspectiva e interpretação. O leitor é um espião de conteúdos, formas, pensamentos e idéias do outro.

³² Carneiro, E., 1977, p. 164.

³³ Paiva, R.; Gabbay, M. Leitura crítica e cidadania: novas perspectivas. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Curitiba: Intercom, 2009. v. 1. p. 1-15.

³⁴ Adorno, T., 2002, p. 94.

³⁵ Bissoli, M. Questões sobre leitura e formação de professores: algumas reflexões. Linha Mestra - Revista Virtual. Ano II, nº 08, maio/jun 2008. Disponível em: <http://www.alb.com.br/revistas/revista_08/art2_08.asp>. Acesso em jan. 2009.

³⁶ O texto em questão pode ser qualquer elemento que produz efeito e sentido na sociedade: texto escrito, imagem, som etc.

³⁷ Bakhtin, M., 2002.

Para o teórico e professor na área de Comunicação e Educação José Manuel Moran, ler é o processo de passar da consciência ingênua, fragmentada, sincrética para uma visão crítica, totalizante, englobadora. É passar do sentimento para os conceitos. Passar de uma experiência confusa, ambígua, apoiada no afetivo, na imaginação, para uma síntese coerente, esclarecedora e significativa.³⁸

Em Gramsci, o elemento popular sente, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual sabe, mas nem sempre compreende e, menos ainda, sente. O intelectual orgânico popular é aquele que sabe e sente.

Mas na sociedade em que vivemos, será a leitura crítica relevante? Como incluir os “sem opinião” na discussão? Como formar uma consciência crítica se dependemos da mídia hegemônica para encaminhar o debate? É possível uma grande mídia de outra forma ou só teremos um debate alternativo, outras idéias, nas pequenas mídias? Mais vale atingir milhões para informar ou alguns para transformar?

Numa população mundial hoje em torno de seis bilhões de habitantes, quase um bilhão sobrevive em situação de fome e miséria extrema³⁹, alguns outros bilhões vivem em condições médias de pobreza econômica, enquanto uma menor parcela vive no conforto. Tratamos aqui de conforto em relação a bens econômicos, educacionais e simbólicos. Falamos de acesso e opção a um leque diversificado de bens culturais. Mas o que a “crítica” ou a “comunicação” têm a ver com isso?

É sabido que fome, miséria e todas as ordens de exclusão social estão intimamente relacionadas às questões econômicas, por sua vez atreladas às ético-políticas e ao poder. Mídia, mercado, política e poder, igualmente, não se separam na sociedade atual. A mídia hoje talvez seja o instrumento mais poderoso de conformação, alienação e manutenção do status quo. E calar significa aderir.

Não pretende-se aqui instituir um modelo ideal de comunicação ou de sociedade, mas perceber as possibilidades de transformação a partir do diálogo entre a Pedagogia do Oprimido e a Comunicação Social hoje, passando pela Leitura Crítica da Comunicação, re-analisando e re-atualizando essas práxis.

Uma das possibilidades concretas de aplicação do método freireano ao campo da comunicação é o resgate do “Projeto de Leitura Crítica da Comunicação”, re-instituindo-o nas universidades e movimentos populares.

³⁸ Moran, J. M., 1993, p. 30.

³⁹ Ziegler, J., 2002.

Segundo estudo levantado por Moran, a primeira experiência sistemática de educação crítica voltada para os meios de comunicação da América Latina começa em 1968 dirigida a crianças e jovens de colégios religiosos católicos.⁴⁰ O educador-comunicador Mario Kaplún desenvolve o conceito de Leitura Crítica como processo de educação não formal e cria um curso de Leitura Crítica como método de formação do receptor.

No Brasil, a proposta da Leitura Crítica tem se referenciado na atuação da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC). E mesmo o material utilizado até hoje como instrumento para a realização de análises da produção da mídia também tem tomado por base e ponto de partida o material produzido pela UCBC. “Por esta razão, entende-se que é importante recuperar a história desse movimento presente na realidade brasileira e latino-americana desde os anos 1970.”⁴¹

O Projeto de Leitura Crítica da Comunicação (LCC)⁴² foi desenvolvido pela UCBC, em São Paulo. Surge das experiências da UCBC no início da década de 70, com a realização de cursos e seminários de análises críticas da comunicação, coordenado por jornalistas e professores ligados à entidade, dentre eles: Ismar de Oliveira Soares, José Marques de Melo e José Manuel Moran. A LCC situa-se no âmbito educacional, como uma sugestão de trabalho para educadores, líderes de movimentos populares e agentes de pastoral da Comunicação das Igrejas Cristãs.

É possível perscrutar outros movimentos e projetos sistematizados na América Latina por este mesmo período, além da UCBC e o seu LCC, todos com o mesmo propósito. Dentre eles o Ceneca (Centro de Indagação, Expressão Cultural e Artística) do Chile, ou ainda o Cinep (Centro de Investigação e Educação Popular), na Colômbia, dentre outros, além da atuação do Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina), no Equador e de diversos teóricos e comunicadores latino-americanos, como Juan Díaz Bordenave, Mario Kaplun, Daniel Pietro, Antonio Cabezas, dentre tantos outros, que produziram, no continente, um ambiente em que a discussão centrada na preocupação em analisar criticamente a produção midiática e, conseqüentemente, a capacitação para a produção de mensagens para os diferentes meios de comunicação fossem possíveis.⁴³

⁴⁰ Moran, 1993, p. 101; 115.

⁴¹ PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcello. Leitura crítica e cidadania: novas perspectivas. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Curitiba: Intercom, 2009. v. 1. p. 1-15.

⁴² Todos os dados sobre o LCC foram obtidos a partir do Projeto LCC, 1985 (vide referências); e também extraídos do documento mimeo “Programa LCC – Leitura Crítica da Comunicação”, elaborado em 2004, por um grupo de pesquisadores a convite da UCBC.

⁴³ PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcello. Leitura crítica e cidadania: novas perspectivas. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Curitiba: Intercom, 2009. v. 1. p. 1-15.

O projeto LCC visa despertar a consciência crítica através do estudo dos meios de comunicação de massa (em especial a TV e o jornal). Seus objetivos principais são: análise das mensagens; denunciar a manipulação exercida pelos meios; alertar sobre o controle e o desvio da informação; desenvolver a consciência crítica do grupo; contribuir para a libertação integral dos empobrecidos; crítica ao sistema sócio-econômico-político-cultural no Brasil e no mundo; compromisso de mudança (com a criação de canais alternativos de comunicação: jornais comunitários, teatro popular, vídeo-militante, murais etc).

O projeto tinha uma concepção moralista, preocupando-se em combater os excessos da TV (violência, sexo). A partir das críticas levantadas pelos sócios a UCBC aproximou-se da área acadêmica, buscando contribuições das Universidades e da Intercom⁴⁴. Os cursos de Leitura Crítica passaram a ter um perfil de conferências, com debates sobre o sistema de comunicação e a indústria cultural, além de estudo sobre a comunicação cristã.

A metodologia dos cursos é baseada na apresentação de produtos de comunicação (jornais, revistas, TV, vídeo) fazendo análises e debates em grupo com duração de 20 horas/aula. Os cursos procuravam apontar uma linha de ação por meio do exercício da comunicação alternativa e popular. A base de discussão eram textos produzidos pelos professores que coordenavam os debates ou livros sobre comunicação. Os grupos deveriam ser homogêneos (divididos por idade, sexo, interesses de classe) e pequenos (máximo de 20 pessoas). A partir de 1982 passam a ser ministrados fora de São Paulo (Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Curitiba).

Nos anos 80 o projeto dividiu-se em unidades de trabalho atendendo a públicos distintos: 1) LCC Análise: direcionado a professores, jovens, agentes de pastoral. Objetivo: despertar a consciência crítica através de estudos das estruturas, linguagens, técnicas, mensagens e ideologia dos meios de comunicação. 2) LCCC (Leitura Crítica de Comunicação Cristã): voltado para grupos religiosos – análise das relações de comunicação nas igrejas cristãs e a comunicação do culto ou liturgia. 3) LCC para grupos populares: destinado às comunidades pobres das periferias das grandes cidades e do meio rural.

Esta divisão foi possível graças ao financiamento a partir de 1983 da WACC (World Association for Christian Communication). O financiamento também proporcionou a confecção de material, produção de programas em vídeo, edição de livros etc.

A comunicação libertadora, foco da LCC, deve possibilitar a decodificação da mensagem e a percepção dos mecanismos de opressão e dominação; além de levar grupos

⁴⁴ Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

intelectuais a colocar seu saber e prática a favor das classes empobrecidas. A prática libertadora da comunicação popular deve conceituar a cultura de forma que leve à superação da hierarquização da produção cultural e dos bens simbólicos. A comunicação libertadora faz das classes populares o principal sujeito do processo de comunicação.

Em seu método, havia a preocupação em não transferir conhecimento dos professores, mas ser participativo. O coordenador não deve interferir, mas respeitar os juízos de valores de cada um. A metodologia da LCC é baseada no diálogo relacionado com a vida e prática das pessoas do grupo; postura não-autoritária e dialógica do coordenador; postura pedagógica e política claras.

Em sua proposta educacional está presente a idéia de que o Estado, mediante os meios de comunicação de massa, procura obter um ‘consenso’ em relação a produção da riqueza e perpetuação de valores conquistados historicamente. Os aparelhos ideológicos (mídia, leis, família, igreja) incorporam esses valores que garantem a perpetuação do poder. A LCC deve considerar a percepção desses valores. Para além da análise objetiva do conteúdo e linguagem, dos interesses ideológicos e do sistema de produção por trás de um programa, estuda-se os interesses de classe e a articulação política das classes subalternas. Os próprios grupos devem ser sujeitos do processo crítico.

Há uma preocupação com o movimento constante teoria-prática; com a autotransformação a partir da prática; e com a transformação da sociedade, não só da Comunicação Social.

Segundo Moran, os meios de comunicação devem ser analisados como sistemas materiais de circulação de mercadorias atrelados ao capitalismo. Moran assinala que para a maioria da população os meios significam deslumbramento, novidade, fascínio, lazer, interação com o mundo – uma dimensão positiva. Se há críticas, são superficiais, esporádicas, momentâneas e não estruturais. Os meios parecem transparentes, óbvios, não problemáticos.⁴⁵

O autor aponta que a educação para os meios é um projeto de aperfeiçoamento contínuo (uma palestra ou um curso não dão conta), adaptado à idade e à evolução de cada etapa de cada indivíduo. Ao descobrir a “armação” econômica e política, as ligações entre a comunicação e os grupos dominantes, as pessoas querem educar os telespectadores no nível da resistência, da desconfiança, da fuga da televisão. A análise situada só no nível da ideologia não dá conta. Há outras dimensões: de modernidade, de lazer, de sedução dos meios que devem ser levadas em conta na crítica.

⁴⁵ Moran, J. M., 1993, p. 171-174.

Moran destaca, assim, que o discurso teórico da leitura crítica muitas vezes não corresponde-responde à prática cotidiana. As análises apocalípticas não coincidem com as evidências da percepção dos “receptores”. Não conseguem oferecer à sociedade e às outras áreas do conhecimento uma reflexão coerente, fundamentada, que quebre preconceitos teóricos e existenciais. O grande desafio dos Projetos de Educação Crítica dos Meios de Comunicação é conhecer a fundo o seu público. Pessoas de classe popular, em geral, não se sentem atraídas pelo projeto pois vêem a TV como solução, não como problema. A televisão é vista como veículo do lazer, da modernidade, do progresso, do novo, do mundo real-irreal, semelhante a vida cotidiana. Os meios representam uma vida desejável. A palavra “crítica” gera resistências pois trabalha com o racional, a lógica, a ideologia e não o lúdico, o lazer, o cotidiano, o prazer, a alegria. Os intelectuais querem ensinar, educar. Os donos dos meios, divertir, entreter. As TVs educativas e culturais atingem apenas públicos que têm outras opções. A colocação dos educadores e intelectuais (que a dimensão cultural é tão importante quanto a política ou a econômica) é válida. Mas estes se encontram em situação bem diferente da maioria da população (os intelectuais têm preenchidas as necessidades básicas e têm acesso a outras manifestações culturais). Para a população mais carente a cultura é importante, mas se dá nas relações interpessoais (encontros, festas, rua) e na fruição dos grandes meios (rádio e TV). Para a maioria das pessoas há tarefas mais importantes e imediatas do que analisar a TV (a luta pela sobrevivência é prioritária). Freire confirma esse posicionamento trazido por Moran:

Uma coisa, por exemplo, é a significação que pode ter a liberdade de imprensa para as populações famintas, miseráveis, de nosso país, e outra o que ela representa para as classes populares que já comem, vestem, e dormem mais ou menos. O trágico é que a liberdade de imprensa é absolutamente fundamental quer para os que comem, quer para os que não comem. (...) Muito dificilmente uma população faminta e iletrada, mesmo que às vezes tocada pelo rádio, pode alcançar, antes de comer, o valor para si mesma de uma imprensa livre. Uma vez exercido o direito básico de comer, a negação do exercício de outros direitos vai sendo sublinhada.⁴⁶

Educar para os meios é “problematizar o que não é visto como problema e desideologizar o que só é visto como ideologia”, sem perder as dimensões de lazer, alegria, entretenimento e modernidade, fundamentais para o homem urbano de hoje. Educar para a comunicação é compreender as codificações e sutilezas da imagem e som; da tecnologia; das articulações políticas e comerciais dos meios; do conteúdo; do real e ficcional; é orientar para análises mais coerentes, complexas e completas; é um processo que deve ser adaptado a cada

⁴⁶ Freire, P., 1994, p. 191.

grupo; que envolve a escola e todas as instâncias sociais preocupadas em tornar a sociedade mais justa e humana.⁴⁷

Os meios de comunicação são processos eficientes de educação informal pois ensinam de forma atraente e voluntária, ao contrário da escola, que deve repensar sua relação com os meios deixando de ignorá-los ou considerá-los inimigos. Os meios acompanham o ritmo do homem moderno que faz tudo ao mesmo tempo. Expressam essa dinâmica da rapidez e da síntese cotidiana e são atraentes por isso. A educação não pode repetir essa linguagem (sedutora e aceitável). Mas não pode ignorar esse ritmo de vida. O homem atarefado não se modifica na hora de tentar compreender o mundo. Portanto, o educador-comunicador tem de apresentar sua mensagem com rapidez, afeto e criatividade. Os meios educam sobre conteúdos, valores e para a sensibilidade. A escola deve educar-se para os meios desde a alfabetização.

Para o pesquisador Filemon de Assis⁴⁸, “não se pode analisar a TV isoladamente de seu contexto econômico, político e social, do qual ela é um sub-sistema que visa a perpetuar a ideologia dominante, funcionando como um Aparelho Ideológico do Estado”. O autor assinala que a TV é o reino das sensações, não da reflexão/conscientização. A aparente neutralidade quase sempre significa compromisso com o status quo.

Assis aponta o debate em torno de uma televisão participativa, que deve ser considerada como propriedade coletiva. “A comunidade, através de seus mais diversos e representativos órgãos, deve ser ouvida desde a concessão dos canais pelo governo até a fiscalização permanente da qualidade da programação”. A democratização da TV implica uma sociedade democrática.⁴⁹

Educar para a comunicação pressupõe esforçar-se por compreender orgânica e vivencialmente as inter-relações da comunicação com o social e ter uma visão política e ética que aponte para onde queremos ir com a sociedade e com a comunicação⁵⁰ – uma visão utópica, que não tem lugar agora mas pode vir a ter.

Ler comunicação é perceber a realidade da palavra proferida, mesmo na situação predominante de “receptor”. Ler é propor novas formas de expressão, de participação social.⁵¹

⁴⁷ Moran, J. M., 1993, p. 177.

⁴⁸ Assis, F., 1983, p. 81.

⁴⁹ Assis, F., 1983, p. 119-120.

⁵⁰ Moran, J. M., 1993, p. 17.

⁵¹ Moran, J. M., 1993, p. 36.

A comunicação é uma das dimensões que nos ajudam a nos tornarmos sujeitos. A leitura crítica não pode pretender simplesmente afastar-nos dos meios, mas colocar que nossa participação seja a mais atenta, democrática e crítica possível.⁵²

A finalidade principal da educação para uma leitura crítica da comunicação é mudar a atitude básica das pessoas diante dos grandes meios: ajudar a desenvolver em cada um a percepção mais ativa e atenta. Como consequência, é provável que cada pessoa desenvolva uma consciência de classe maior, um desejo de participação também mais acentuado, com uma inserção mais eficaz em diversas organizações sociais.⁵³

Percebe-se na LCC um viés marxista, gramsciano, e freireano. Trabalha a dialética; os fenômenos e contradições sociais; a historicidade dos processos sociais e dos conceitos; as condições socioeconômicas; as relações sociais de produção e dominação; o diálogo e participação do oprimido; a contra-hegemonia. Para Gramsci a hegemonia é uma direção ideológica, que se traduz numa homogeneidade de pensamento. A contra-hegemonia busca um espaço de transformação, de mudanças. Ortiz⁵⁴ aponta que a tradição marxista vê na massa um potencial revolucionário.

A Leitura Crítica é um caminho para essa transformação. A transformação deve emergir do oprimido. O papel da comunicação do oprimido não deve ser *dar a ele*, mas instrumentalizá-lo.

Como colocado na introdução deste capítulo, o foco deste trabalho não é especificamente a educação para os meios. O foco são as teorias freireanas na comunicação. Uma dessas teorias é a questão da consciência e leitura crítica analisada acima. Outra é a questão da comunicação como diálogo, que discutiremos a seguir.

2.5 O conceito de comunicação em Freire e os meios de “comunicados”

Em sua produção teórica, Freire referiu-se à problemática mais ampla da comunicação humana numa única obra (Extensão ou Comunicação) em que faz a crítica das práticas de extensão rural.⁵⁵ Além disso, o autor debruçou-se especificamente sobre a questão

⁵² Moran, J. M., 1993, p. 37.

⁵³ Moran, J. M., 1993, p. 40.

⁵⁴ Ortiz, R. A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. S. Paulo, 1986, ANPOCS, n. 01, Junho, pp. 43-65

⁵⁵ Meditsch, E. Filosofia de Paulo Freire e práticas cognitivas no jornalismo. Comunicação & Educação, São Paulo, (27): 15 a 30, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/Comedu/article/viewFile/4554/4277>>. Acesso em mar. 2009.

dos meios de comunicação de massa num de seus últimos livros, dialogado com o educador Sérgio Guimarães.

Neste ensaio, intitulado “Sobre educação: diálogos”, assume categoricamente que mesmo não tratando diretamente sobre os chamados meios de comunicação, ele os considera “dentro do horizonte geral da teoria do conhecimento” que desenvolve nos seus trabalhos sobre educação.⁵⁶ Assim, Freire parte de estudos de caráter sociológico e se baseia na teoria das comunicações.⁵⁷

Ainda no ensaio “Sobre educação”⁵⁸, o autor discorre sobre a questão dos meios de comunicação aliados à escola e a escola que precisa revolucionar-se para adaptar-se ao mundo tecnológico e criativo utilizando os meios, aprendendo com eles e ensinando a ser crítico em relação a eles. Não coloca os meios como vilões em si mesmos, mas apenas como reflexo do progresso, da ciência e tecnologia, como ferramenta que deve ser inserida no processo de aprendizagem e conhecimento. Mas coloca o problema do poder que está por trás dos mesmos. Questão, portanto, política⁵⁹. Política no sentido de opção por transformação da sociedade e não de preservação tal como ela está.

A televisão francesa ou suíça, por exemplo, controladas pelo Estado (onde o usuário paga imposto audiovisual anual), são menos ligadas aos interesses comerciais e sensacionalistas e mais direcionadas à debates, programas culturais e de opinião.

Freire coloca que resolvendo a questão do poder e a questão política, do ponto de vista técnico os meios de comunicação podem ser grandes aliados do processo de educação e conscientização. O autor propõe a escola como espaço comunicante, criador, tendo os meios como auxiliares.⁶⁰

A chamada unidirecionalidade do canal de comunicação é algo muito discutível. A televisão, por exemplo, não é necessariamente, imutavelmente, unidirecional (...). Pode-se usar a televisão com ida e volta. (...) Através do telefone, inclusive. Quer dizer: as soluções técnicas podem ser facilmente encontradas pelos homens e pelas mulheres de televisão, que são os especialistas nisso. O problema é, de novo, esse: quem tem o poder sobre os meios de produção?⁶¹

As possibilidades técnicas existem quando se quer dialogar. Os veículos podem ser limitados ao consumo ou podem ser recursos de conscientização.

⁵⁶ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 54.

⁵⁷ Gadotti, M., 1996, p. 79.

⁵⁸ Freire, P., Guimarães, S., 2003.

⁵⁹ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 25.

⁶⁰ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 37.

⁶¹ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 25-26.

Segundo Paiva, o grande desafio atual – a grande questão filosófica da contemporaneidade – é a produção de um sistema que permita aos homens conviverem de maneira igualitária e respeitosa uns com os outros e com o meio ambiente. “Nesta idéia está implícito o propósito do diálogo, porque no fundamentalismo, entendido como a tradição defendida de forma tradicional, o que se viabiliza na ordem cosmopolita atual é a recusa do diálogo.”⁶² A concepção de que a educação seja um processo dialógico está presente em toda obra de Freire.

A idéia moderna de informação não pode restringir-se à existência de um fluxo comunicativo unidirecional.⁶³ Para que haja comunicação (comunicação verdadeira, e não transmissão de informações), é necessário ida e volta.

A questão da “comunicação verdadeira” e a “comunicação enganosa” é uma discussão, como aponta Sodré⁶⁴, que se estende de Platão ao pensamento contemporâneo. Não é objetivo deste estudo estender a discussão para a análise filosófica da verdade, mas trabalhar a função da comunicação.

Como alerta Freire, “na verdade, o que se está fazendo, em grande parte, com os meios de comunicação, é *comunicado!* Em lugar de haver comunicação real, o que está havendo é transferência de dados, que são ideológicos e que partem muito bem vestidos.”⁶⁵

A manipulação é outra característica antidialógica. Dá-se pelos mitos que reafirmam o modelo burguês de ascensão. Todos os mitos são introjetados pelas massas populares oprimidas para a sua conquista e os veículos são os meios de comunicação de massas – onde não há comunicação e sim depósito de comunicados.⁶⁶

Ainda em Freire, o diálogo é o caminho pelo qual os homens ganham significação. Em lugar de comunicar-se, o comunicador faz “comunicados” e esta visão “bancária” da comunicação, como depósito e transferência de informação, estimula a ingenuidade e não a criticidade.⁶⁷ O autor coloca que

se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significante mediador dos sujeitos. Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse – e quando assim

⁶² Paiva, R., A consolidação da estrutura comunitária na atualidade. Disponível em: <http://leccufrj.wordpress.com/>. Acesso em nov. 2009.

⁶³ Paiva, R., 2003, p. 138.

⁶⁴ Sodré, M., 2001, p. 16.

⁶⁵ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 26.

⁶⁶ Freire, P., 2006a, p. 160.

⁶⁷ Freire, P., 2006a, p. 66.

é –, não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em *paciente* de seus comunicados. A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. (...) Na comunicação não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar *se comunicam* seu conteúdo.⁶⁸

Para Freire a comunicação não está na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente.⁶⁹

Quando um sujeito leva a outro um conhecimento (este deixando assim de ser sujeito), ocorre a ação extensiva. (...) A tendência do extensionismo é cair facilmente no uso de técnicas de propaganda, de persuasão, no vasto setor que se vem chamando “meios de comunicação de massa”. Em última análise, meios de *comunicados* às massas, através de cujas técnicas as massas são conduzidas e manipuladas, e, por isto mesmo, não se encontram comprometidas num processo educativo-libertador.⁷⁰

O fazer do homem é ação e reflexão: é práxis, é transformação do mundo. Seu fazer tem que ter uma teoria que o ilumine. A verdadeira revolução tem de inaugurar o diálogo corajoso com as massas.

Este diálogo responde a outra exigência radical: a dos homens como seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação. “Obstaculizar a comunicação é transformá-los em quase ‘coisa’ e isto é tarefa e objetivo dos opressores, não dos revolucionários.”⁷¹

Como então os meios de comunicação podem ser dialógicos? Como o comunicador pode ser receptor e o receptor comunicador, se estes papéis são cristalizados e bem definidos; se o comunicador é aquele que detém a mensagem e o receptor aquele que “nada sabe” e assiste passivamente?

Aqueles que não acreditam numa comunicação “comunicativa”, o fazem por pessimismo, cristalização e naturalização, ideologia ou porque vêem outras possibilidades como uma ameaça, o que impede o desenvolvimento de uma comunicação ativa e co-participante.

⁶⁸ Freire, P., 2006a, p. 67.

⁶⁹ Freire, P., 2006a, p. 70.

⁷⁰ Freire, P., 2006a, p. 72.

⁷¹ Freire, P., 2006b, p. 141-145.

A comunicação que não tente fazer o esforço de conscientização, e que, nas palavras de Freire, “pelo contrário, insista na transmissão de comunicados, na extensão de conteúdos (...), não pode esconder sua face desumanista.”⁷² O comunicador comprometido com as transformações radicais, deve, antes de tudo, crer no povo, nos homens simples, na sua capacidade de pensar e construir o mundo criticamente, e comungar com eles e com eles “pronunciar o mundo”.⁷³

“A dimensão intersubjetiva que subjaz à noção de comunicação (pôr em comum, participar, comungar), ao contrário da mera transmissão da informação, unilateral, reclama o concurso e a participação ativa do outro, como sujeito e interlocutor”. Comunicação é diálogo e comunhão de sujeitos, condição ontológica do ser humano.⁷⁴

Outra forma de pensar os meios de comunicação de maneira dialógica e comunicativa é apontada pelo criador do Teatro do Oprimido Augusto Boal ao falar de teatro. Na chamada forma épica teatral, segundo Brecht, seguindo uma poética marxista, através do conhecimento o espectador é estimulado à ação; as contradições de forças econômicas, sociais ou políticas movem a ação dramática. Esta é historicizada, transformando o espectador em observador, despertando sua consciência crítica e capacidade de ação. O conhecimento ali adquirido revela as falhas da sociedade. O conflito não se resolve e emerge com maior clareza a contradição fundamental. Este tipo de teatro exige decisões por parte do público.⁷⁵ Para Boal,

o que a *Poética do Oprimido* propõe é a própria ação! O espectador não delega poderes ao personagem para que atue nem para que pense em seu lugar: ao contrário, ele mesmo assume um papel protagonista, transforma a ação dramática inicialmente proposta, ensaia soluções possíveis, debate projetos modificadores; em resumo, o espectador ensaia, preparando-se para a ação real. (...) Penso que todos os grupos teatrais verdadeiramente revolucionários devem transferir ao povo *os meios de produção teatral*, para que o próprio povo os utilize, à sua maneira e para os seus fins. O teatro é uma arma e é o povo que deve manejá-la! [grifos do autor]⁷⁶

No teatro do oprimido o espectador não é ser passivo, não é espectador, é espectador-participante, “deve ser também sujeito, um ator, em igualdade de condições com os atores, que devem por sua vez ser também espectadores”. Para o autor, as experiências de teatro

⁷² Freire, P., 2006a, p. 91

⁷³ Freire, P., 2006a, p. 93.

⁷⁴ Escola, J. Paulo Freire e Gabriel Marcel: Esboço de uma Pedagogia da Comunicação na Era da Informação. IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire. Instituto Paulo Freire, Portugal. 2004.

⁷⁵ Boal, A., 2008, p. 152-153.

⁷⁶ Boal, A., 2008, p. 181-182.

popular perseguem o mesmo objetivo: “a libertação do espectador, sobre quem o teatro se habituou a impor visões acabados do mundo.”⁷⁷

Boal reinventou o teatro: seu teatro é político, participativo, onde a platéia não é espectadora, mas sujeito participante e transformador. Criando e participando da ação dramática, um operário que, por exemplo, realizasse uma cena teatral de greve, está ensaiando a greve, está criando, está se conscientizando. Para ele, o teatro deveria ser um *ensaio da revolução*.

⁷⁷ Boal, A., 2008, p. 236.

3 O resgate do conceito de Oprimido

O primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer: “Isto é meu”, e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!”⁷⁸.

Rousseau

Para tratar da Comunicação do Oprimido é importante atualizar este conceito na tentativa de (re)defini-lo levantando hipóteses e questões. O termo dá margem para interpretações variadas e pode ser definido segundo perspectivas diversas – na ordem da análise crítica, da sociologia, da psicologia, da filosofia. Tentaremos trabalhar o conceito na ordem da questão de classes – portanto, por uma ótica histórico-sociológica e marxista. Mas não só dando ênfase aos fatores econômicos, mas também culturais – que acreditamos estarem interligados.

Algumas questões tornam-se pertinentes nesta (re)análise: quem é o oprimido hoje? O que é ser oprimido no século 21? Quem oprime? Como identificar o opressor?

É necessário resgatar este conceito pois a consciência da situação do homem como oprimido e a consciência de que existe opressor – e identificar o opressor – é essencial para transformá-los. Nas palavras de Freire, “reconhecer-se como oprimido os engaja na luta por libertar-se”⁷⁹. Gramsci e Bakhtin também discorrem em seus estudos sobre a importância do homem reconhecer seu lugar histórico no mundo. A consciência leva à interferência, leva à ação. E a consciência nasce da crítica. Qualquer esforço de comunicação popular deve possibilitar a tomada de consciência crítica do homem de sua realidade.

Em 2007, durante uma aula inaugural da Escola de Comunicação da UFRJ, perguntado se o termo “oprimido” não trazia um aspecto negativo ao seu teatro, Augusto Boal respondeu que essa palavra é verdadeira e necessária pois é preciso encarar de frente a condição de opressão e exclusão para que seja possível sair do estado passivo em que nos encontramos para um estado ativo, o verdadeiro estado do ator.⁸⁰

No ensaio em que analisa esse teatro, o autor traz a sua concepção de “oprimido”:

⁷⁸ Rousseau, J-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Disponível em: file:///C:/site/livros_gratis/origem_desigualdades.htm. Acesso em nov. 2009.

⁷⁹ Freire, P. 2006b, p. 39.

⁸⁰ Gabbay, M. O Brasil perde um artista político. Disponível em <http://leccufrij.wordpress.com/2009/05/03/o-brasil-perde-um-artista-politico>. Acesso em jul. 2009.

O Teatro dos Oprimidos jamais foi um teatro equidistante que se recuse a tomar partido – é teatro de luta! É o teatro DOS oprimidos, PARA os oprimidos, SOBRE os oprimidos e PELOS oprimidos, sejam eles operários, camponeses, desempregados, mulheres, negros, jovens ou velhos, portadores de deficiências físicas ou mentais, enfim, todos aqueles a quem se impõe o silêncio e de quem se retira o direito à existência plena.⁸¹

Mas nem Freire nem Boal conceituaram sistematicamente o principal sujeito de suas obras. Eles trabalharam o oprimido no sentido do excluído e marginalizado, tendo ainda em vista o contexto repressivo e opressivo da ditadura militar em que desenvolveram suas obras.

Ensaçando uma leitura geral, pode-se dizer que o oprimido é o homem visceralmente ligado à pobreza. Uma das formas específicas do sofrimento para o Brasil – como para a América Latina e a África – é o poder-não-ser, mais especificamente, é a pobreza. Mas reduzir a pobreza a um problema quantitativo, portanto solucionável, é um erro. A pobreza é uma questão de pensamento, de forma de pensar e agir sobre o mundo, uma direção e conduta específica ocidental existente há vinte e quatro séculos.⁸² Para sair do estado de opressão, as sociedades devem entrar no estado de fraternidade. Trata-se de operações estratégicas, de natureza ético-política, tendo por fundo a pobreza e por meta assegurar o máximo de multiplicidades.⁸³

Na abordagem do historiador Joel Rufino dos Santos, pobres são os despossuídos – de território, de casa, de emprego (e de corpo, nos tempos do escravismo – 4/5 da história da sociedade brasileira). Pobre é aquele que só tem amigos pobres; é quem mora em locais pobres (os territórios de pobreza), quase sempre sem água, esgoto, coleta de lixo. Não pode existir, para o autor, exclusão, ou seja, algo que esteja fora da sociedade, pois a sociedade não tem exterior. O “excluído”, na verdade, é incluído como pobre, explorado, discriminado, “criminoso”.⁸⁴

Para além de indicativos sócio-econômicos (como nível de renda, escolaridade, água encanada), a pobreza também é um estado, uma maneira de ser, uma categoria fluida mas real. Joel Rufino coloca que para além do trabalhador assalariado, pobre é aquele que *se vira* através do trabalho informal.⁸⁵

⁸¹ Boal, A., 2008, p. 30.

⁸² Amaral, M. 2004, p. 64-65.

⁸³ Amaral, M. 2004, p. 68.

⁸⁴ Santos, J. R., 2004, p. 29-30.

⁸⁵ Santos, J. R., 2004, p. 72.

No popular cabem ainda espaços heterogêneos como o do subemprego, o do biscate, do trabalhador por conta própria, o bóia-fria, o posseiro, o acampado, o meeiro, a doméstica e vários outros assalariados urbanos e rurais⁸⁶.

Dentro de uma abordagem econômica, essa categoria pode ser classificada como “classe baixa” (D e E). Conforme o IBGE, as classes sociais no Brasil estão definidas como: Classe A: acima de 30 salários mínimos. Classe B: de 15 a 30 salários. Classe C: de 6 a 15 salários. Classe D: de 2 a 6 salários. Classe E: até 2 salários.

Há ainda os desempregados e miseráveis que vivem literalmente à margem da sociedade, como os moradores de rua e pedintes.

Conforme os dados da Fundação Getúlio Vargas⁸⁷, hoje no Brasil a classe baixa é composta por 33% da população; a classe média 52%; e a classe alta 15%. A classe média vem aumentando sobretudo nos últimos dez anos.

Na Europa a classe popular era a mais numerosa à época da Revolução Francesa. Paris, por exemplo, era um grande reduto de homens e mulheres pobres. Hoje a classe média francesa abrange cerca de 80% da população e a classe baixa e alta ocupam a faixa de 10% cada uma (conforme dados do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos francês⁸⁸).

Numa abordagem fundamentada numa linha marxista, os oprimidos seriam todos aqueles que não detêm os meios de produção (em especial, aqui, os meios de produção de mídia), englobando, portanto, as classes baixa e média.

A classe operária emerge, segundo essa abordagem, como a única força capaz de promover a emancipação dos explorados e oprimidos – tendo a consciência política, a ação coletiva e uma instituição com papel de sujeito de vanguarda capaz de tornar orgânica essa ação coletiva (partido, mídia, movimentos). Para Marx (assim como em Freire), a emancipação dos trabalhadores é obra deles próprios e a consciência vem da própria práxis.⁸⁹

Numa abordagem mais específica e territorial, no Rio de Janeiro os indivíduos que mais sofrem a opressão hoje são os moradores de favelas – abordagem analisada no capítulo seguinte.

Ampliando o conceito, podemos ainda classificar neste estudo como oprimidos todos os excluídos dos meios de produção de mídia, inclusive os profissionais da área que, muitas

⁸⁶ Peruzzo, C., 1998, p. 30.

⁸⁷ Dados da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/08/05/materia.2008-08-05.6484290251/view>. Acesso em nov. 2009.

⁸⁸ Dados do INSEE (Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos francês).

⁸⁹ Peruzzo, C., 1998, p. 36.

vezes, encontram-se submetidos às regras ideológicas do mercado, tolhendo sua real liberdade de expressão.

Num plano mais conceitual, para entender o oprimido é necessário entender primeiro a sua raiz, ou seja, a opressão.

3.1 Genealogia da opressão

Oprimido é aquele que sofre opressão (do latim *oppressione*), que, segundo os dicionários correntes, significa tirania, prostração, humilhação, vexame, como pode também significar sufocação e dificuldade de respirar, apertar e comprimir, sobrecarregar, exercer violência, exercer pressão. O termo está ligado também às idéias de dominação, exploração, subordinação, exclusão. E, mais especificamente, à questão da luta de classes. No contexto da década de 1960, o termo oprimido estava relacionado, ainda, à repressão política.

A opressão se dá em variados aspectos: psicológico, sociológico, religioso, político. Há sistemas e valores diversos de opressão: moral, social, econômica, imperialista, estatal, opressão cultural (cultura de elite x culturas populares), de gênero, racial. Diferenças e conflitos são naturais, o problema é quando estas se tornam opressivas, ou seja, injustas, tolindo as liberdades individuais.

Em vários períodos da história e nas diferentes sociedades, grupos e indivíduos têm sido tratados desumanamente por outros seres humanos: os escravos por seus senhores, os nativos pelos colonizadores, os negros pelos brancos, judeus pelos nazistas, mulheres pelos homens, crianças por adultos, deficientes físicos por aqueles que não são, homossexuais por heterossexuais, um grupo étnico ou religioso por outro. As estruturas de dominação demarcam, assim, relações sociais assimétricas: senhor-escravo, patrão-operário, homem-mulher, líder-massa etc. A existência da opressão é tão antiga quanto a existência da chamada civilização.

Para o pensador americano Morton Deutsch, opressão é “a experiência de repetição sistemática e generalizada de injustiça”. Não precisa ser extrema e envolver o sistema legal (como a escravidão, o apartheid, o não-direito ao voto), nem violenta (como nas sociedades autoritárias e ditatoriais; ou em guerra civil). O autor aponta o uso do termo “opressão civilizada” para caracterizar os processos cotidianos atuais de opressão.⁹⁰

⁹⁰ Deutsch, M. The Nature and Origins of Oppression. *Beyond Intractability*. Eds. Guy Burgess and Heidi Burgess. Conflict Research Consortium, University of Colorado, Boulder. Posted: March 2005b http://www.beyondintractability.org/essay/nature_origins_oppression/. Acesso em set. 2009.

A opressão civilizada está incorporada e institucionalizada dentro de normas, hábitos e símbolos da sociedade, calcados pelas características estruturais hierárquicas e burocráticas e pelos mecanismos de mercado, apoiados pela mídia.⁹¹

Para o autor, não se elimina essa opressão estrutural eliminando os governantes, não respeitando as regras ou fazendo novas leis, porque opressões são sistematicamente reproduzidas nas grandes instituições econômicas, políticas e culturais – enquanto determinados grupos privilegiados forem beneficiários da exploração de outros grupos, tendo interesse na continuação do status quo.

Uma das maiores opressões da história talvez tenha sido a opressão colonial, caracterizada pela lógica da força, violência, massacre, acultramento, escravidão, “ocidentalização” imposta, desumanização como justificativa (escravos considerados não humanos – a “domesticação” das “raças inferiores”), trabalho forçado, guerras, tudo isso que a “história dos vencedores” já nos mostrou. A destruição e liquidação de línguas, culturas e tradições; a tortura física e psicológica. O homem ofendido, humilhado. A lógica do chicote e do fuzil.

Nas palavras do pensador caribenho Frantz Fanon, “o aparecimento do colono significou sincreticamente morte da sociedade autóctone, letargia cultural, petrificação dos indivíduos”.⁹² E hoje, o “antigo país dominado se transforma em país economicamente dependente.”⁹³ Sendo a violência a mediação real, “a violência do regime colonial e a contra-violência do colonizado se equilibram e se respondem, numa homogeneidade recíproca extraordinária.”⁹⁴

A libertação nacional dos países colonizados desvela e torna mais insuportável o seu estado real. O confronto fundamental, que parecia ser entre colonialismo e anticolonialismo, ou até entre capitalismo e socialismo, perde a sua importância. O que conta, hoje, o problema que obstrui o horizonte, é a necessidade de uma redistribuição de riquezas. A humanidade, sob pena de ver-se abalada, deverá responder a essa questão.⁹⁵

Para desenhar a opressão social, lançaremos mão de uma certa historicização dos conflitos sociais nas sociedades humanas.

⁹¹ Deutsch, M., 2005b.

⁹² Fanon, F., 2005, p. 111.

⁹³ Fanon, F., 2005, p. 118.

⁹⁴ Fanon, F., 2005, p. 107.

⁹⁵ Fanon, F., 2005, p. 118.

Antes do desenvolvimento da agricultura, as sociedades “caçadoras e pescadoras” eram igualitárias e cooperativas. Essas sociedades nômades geralmente não acumulavam e conservavam os alimentos. As divisões de tarefas de sobrevivência dentro destes grupos eram baseadas principalmente pelo sexo, idade e capacidades físicas. A distribuição de alimentos e serviços tende a ser igualitária, exceto durante períodos de extrema escassez, quando a sobrevivência do grupo requer dar prioridade àqueles que podem contribuir mais para a sua sobrevivência. Os mais velhos e enfermos, geralmente, têm menos prioridade. Os níveis de conflito e de opressão dentro dessas sociedades parecem ser baixos. Conflitos com outras sociedades similares ocorreram principalmente como resultado da invasão de um grupo no território de outro. Esses conflitos resultam da necessidade de ampliar o seu território, devido ao crescimento da população ou porque o território não é mais produtivo para alimentos e outros recursos necessários para a sobrevivência da comunidade.⁹⁶

As tecnologias simples dessas sociedades ditas primitivas não lhes permite acumular um suplemento de alimentos. Como tais grupos experimentaram um crescimento em suas populações, o equilíbrio entre eles e seu ambiente foi perturbado. Para superar as ameaças à sua sobrevivência, cerca de 12.000 anos atrás, algumas dessas sociedades desenvolveram a agricultura e a pecuária. Esse desenvolvimento levou a duas consequências revolucionárias, que fomentou a desigualdade social e a opressão: a diferenciação no interior das sociedades e a guerra entre elas. A acumulação de um excedente de alimentos levou ao surgimento de novas profissões – como comerciantes, administradores, artesãos, soldados e governantes.⁹⁷

O surgimento da chamada “civilização” e da religião institucionalizada gera as hierarquias sociais, o acúmulo de riquezas, a dependência, a propriedade privada, a exploração dos serviços.

O darwinismo social justificou historicamente o imperialismo, a escravidão e a exploração feita pelos homens, brancos, mais “fortes” e mais “inteligentes” ou “bem-sucedidos”.

Há uma produção social de sentido que legitima a opressão. É o consenso gramsciano. “Historicamente, o poder exercido pelos grupos dominantes conjugou força e persuasão ou, em termos gramscianos, *coerção* e *consenso*”.⁹⁸ E as instituições sociais legitimam e reafirmam esse consenso (família, igreja, escola, mídia). A história legitimada é a história dos vencedores, grandes homens, conquistadores, reis, presidentes, líderes.

⁹⁶ Deutsch, M., 2005b.

⁹⁷ Deutsch, M., 2005b.

⁹⁸ Coutinho, E. G., 2008b.

“Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes.”⁹⁹

As bases ou fontes de alienação e exploração do modo de produção capitalista, segundo Marx, são a propriedade privada dos meios de produção e troca, com a conseqüente divisão da sociedade em classes; a existência de um Estado a serviço da classe dominante; as instituições jurídicas, ideológicas e culturais. “Para livrar-se do capitalismo, há que se alterar essa estrutura de poder.”¹⁰⁰

Em seu Discurso sobre a origem das desigualdades, Rousseau concebe na espécie humana duas espécies de desigualdade:

uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles.

Essa última desigualdade (moral ou política), para o autor, está ligada à idéia da propriedade, que nasceu de muitas outras sucessivas idéias, acontecimentos ou progressos.

Enquanto os homens se contentaram com as suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a coser suas roupas de peles com espinhos ou arestas de pau, a se enfeitarem com plumas e conchas, a pintar o corpo de diversas cores, a aperfeiçoar ou embelezar os seus arcos e flechas, a talhar com pedras cortantes algumas canoas de pesca ou grosseiros instrumentos de música; em uma palavra, enquanto se aplicaram exclusivamente a obras que um só podia fazer, e a artes que não necessitavam o concurso de muitas mãos, viveram livres, sãos, bons e felizes, tanto quanto podiam ser pela sua natureza, e continuaram a gozar entre si das doçuras de uma convivência independente. Mas, desde o instante que um homem teve necessidade do socorro de outro; desde que perceberam que era útil a um só ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que foi preciso regar com o suor dos homens, e nos quais, em breve, se viram germinar a escravidão e a miséria, a crescer com as colheitas.¹⁰¹

Para o autor, a metalurgia e a agricultura foram as duas artes cuja invenção produziu uma grande revolução. A Europa, sendo abundante em ferro e fértil em trigo, lançou-se mais

⁹⁹ Burke, P., 1992, p. 40.

¹⁰⁰ Peruzzo, C., 1998, p. 91.

¹⁰¹ Rousseau, J-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Disponível em: file:///C:/site/livros_gratis/origem_desigualdades.htm. Acesso em nov. 2009.

cedo do que as outras partes do mundo à exploração do homem pelo homem.¹⁰² Essas duas artes vão criando outras necessidades e dando origem a outras artes e a divisão do trabalho.

E da cultura das terras resulta necessariamente a sua partilha. E a propriedade produziu uma nova espécie de direito, o direito de propriedade. Assim, os mais ricos e poderosos passam a instituir governos.

Ainda em Rousseau, o homem isolado é bom por natureza. As desigualdades aparecem a partir do momento em que passa a viver em sociedade¹⁰³. Este estudo, publicado em 1750, tem como ponto de partida a comparação do homem europeu “civilizado” ao homem “natural” habitante das Américas.

A origem da desigualdade está, portanto, na passagem do homem natural ao homem social. “O surgimento da propriedade divide os homens entre ricos e pobres, o surgimento de governos divide entre governantes (poderosos) e governados (fracos) e o surgimento de estados despóticos divide os homens entre senhores e escravos.”¹⁰⁴

Essa análise pode explicar a origem deste tipo específico de opressão em que nos focamos: a opressão social – pois mesmo dentro de grupos ditos primitivos há uma sociedade e pode haver outros tipos de opressão.

Na conclusão de Rousseau, não podemos viver como homem natural pois a evolução da sociedade é inevitável. Ele aponta que o homem deve, então, construir uma sociedade harmoniosa tendo como ponto de partida relações de liberdade, cuja solução está na educação.¹⁰⁵

Para Freire, opressão é contrário à libertação. Assim como em Marx, Freire fala que o poder de libertação dos oprimidos está neles próprios. Também aponta para o fato de que não só o oprimido deve ser libertado (ou transformado), mas também o opressor, e o opressor que está “no” oprimido.

Esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. A grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos é libertar-se a si e aos opressores. Os que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação

¹⁰² Rousseau, J-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Disponível em: file:///C:/site/livros_gratis/origem_desigualdades.htm. Acesso em nov. 2009.

¹⁰³ Oliveira, A. S. J.-J. Rousseau e o Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/~jmarques/cursos/rousseau2001/aso.htm>. Acesso em nov. 2009.

¹⁰⁴ Oliveira, A., 2009.

¹⁰⁵ Oliveira, A., 2009.

dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos [...]. Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? [...] Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível libertar-se.¹⁰⁶

O autor assinala que ser homem é ser opressor, pois esse é o referencial que os oprimidos conhecem, esse é o seu ideal, seu testemunho de humanidade. A estrutura de seu pensar está condicionada a isso. Assim, os oprimidos assumem uma postura de “aderência” ao opressor. Seu conhecimento de si mesmo como oprimido encontra-se prejudicado pela “imersão” na realidade opressora, que pretende não a libertação, mas a identificação com o seu contrário. E essa aderência não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida. Desta forma, despossuídos de terra querem a reforma agrária, por exemplo, não para libertarem-se, mas para tornarem-se proprietários, patrões de novos empregados. Isto porque a situação concreta, vigente, de opressão não foi transformada. “Assim, ao se tornar capataz, o camponês se torna mais duro que o patrão para assegurar seu posto: o oprimido tem no opressor seu testemunho de ‘homem’”.¹⁰⁷

Os oprimidos estão adaptados pois se encontram “imersos” na engrenagem da estrutura dominadora.¹⁰⁸ Lutar é uma ameaça – corre-se o risco de perder o emprego, por exemplo, da situação ficar ainda mais dramática. Os oprimidos devem ser encarados como seres duais, contraditórios, divididos.

Na análise trazida por Boal, há opressores no meio de oprimidos e oprimidos que oprimem. “Oprimidos e opressores não podem ser candidamente confundidos com anjos e demônios. Quase não existem em estado puro, nem uns nem outros.”¹⁰⁹

Gramsci coloca que “os socialistas não devem substituir uma ordem por outra. Devem instaurar a ordem em si.”¹¹⁰

3.2 Oprimidos e opressores em Gramsci

Como aponta sua biografia¹¹¹, Freire foi influenciado pelo pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937). O tema dos oprimidos e opressores, enquanto luta de classes, está presente em Gramsci, que, segundo o intelectual marxista Carlos Nelson Coutinho, parte da

¹⁰⁶ Freire, P., 2006b, p. 33-34.

¹⁰⁷ Freire, P., 2006b, p. 35-36.

¹⁰⁸ Freire, P., 2006b, p. 37-38.

¹⁰⁹ Boal, A., 2008, p. 23.

¹¹⁰ Coutinho, C. N., 1999, p. 8.

¹¹¹ Gadotti, M., 1996.

distinção entre “governantes e governados, dirigentes e dirigidos” para explicitar a sua teoria crítica da política.¹¹² A sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) e a sociedade política (aparelhos estatais de coerção) resultam dessa célula dirigentes-dirigidos.

Gramsci afirma que só existe política quando há divisão da sociedade em classes, um fato que nem sempre existiu e que deverá desaparecer no tempo, na sociedade regulada (comunista).¹¹³ Assim, a gênese do Estado se dá na existência dessas classes antagônicas.

O Estado, que reside na divisão da sociedade em classes, só existe *quando* e *enquanto* existir essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção); e a *função* do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade.¹¹⁴

A divisão em classes não é para Gramsci uma “perpétua divisão do gênero humano”, mas depende da evolução social. É necessário “criar as condições nas quais desapareça a necessidade dessa divisão.”¹¹⁵ O fim dessa divisão se dá eliminando a apropriação privada dos meios de produção das riquezas e a apropriação privada ou elitista do saber e da cultura, pondo fim à divisão entre intelectuais e pessoas simples e suprimindo a apropriação dos mecanismos de poder.¹¹⁶

Os privilégios sociais, sendo produto das relações sociais e não da natureza, podem ser superados. Não existe uma natureza humana fixa, imutável, natural, eterna. Há uma gênese histórica. Sendo dialéticas, as determinações são abertas à evolução histórica e exigem assim uma renovação permanente, articulando conservação e superação (ruptura) ou continuidade e renovação.¹¹⁷

Para Gramsci a cultura é um modo de pensar a realidade concreta, de intervir em sua transformação.

Na atividade socialista desenvolvida por Gramsci [...], um lugar de excepcional importância cabe ao trabalho cultural e de educação, à luta para preparar as condições subjetivas da práxis revolucionária. [...] Toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de idéias em grupos de homens antes refratários e que só pensavam em resolver dia a dia, hora a hora, por si mesmos, seus próprios problemas econômicos e políticos.¹¹⁸

¹¹² Coutinho, C. N., 1999, p. 46-47.

¹¹³ Coutinho, C. N., 1999, p. 55.

¹¹⁴ Coutinho, C. N., 1999, p. 74.

¹¹⁵ Coutinho, C. N., 1999, p. 83.

¹¹⁶ Coutinho, C. N., 1999, p. 107.

¹¹⁷ Coutinho, C. N., 1999, p. 49.

¹¹⁸ Coutinho, C. N., 1999, p. 7-8.

A cultura é para Gramsci um meio de superar o individualismo e despertar nos homens sua consciência universal. A batalha cultural, a preparação ideológica organizada é um meio privilegiado para romper o modo dominante. Falamos aqui de cultura no seu sentido amplo, antropológico, como criação do homem.

Gramsci funda em 1917 um “Clube de Vida Moral” fora do partido político, destinado a promover debates intelectuais para educar moral e culturalmente os jovens socialistas, contribuindo para que superassem o individualismo e adquirissem uma consciência do valor da solidariedade humana. Esse desenvolvimento da personalidade era para ele um pressuposto ético do socialismo que queria construir.

Os elementos culturais, portanto, são o foco do seu trabalho. O socialismo é também a criação de uma nova cultura, idéia que Gramsci jamais abandonou – a importância de uma reforma intelectual e moral, a batalha das idéias, o diálogo e o confronto cultural na luta pela hegemonia.

Para Gramsci, a tarefa da filosofia da práxis enquanto ideologia superior, coerente e orgânica, é realizar uma crítica das concepções do mundo ainda confusas e contraditórias, marcadas por elementos ‘egoístico-passionais’, corporativistas, individualistas; é promover uma ‘reforma intelectual e moral’ que difunda entre as massas uma nova cultura superior, radicalmente laica e imanentista, que contribua para formar em torno do proletariado – convertido assim em classe hegemônica e nacional – um novo sujeito coletivo que encaminhe e promova a transformação radical da sociedade. Se a ideologia é decisiva na orientação prática dos homens, então a crítica ideológica – a batalha cultural – torna-se um momento decisivo na luta para agregar uma nova ‘vontade coletiva nacional-popular’, na luta para superar uma velha relação de hegemonia e construir uma nova’ [...]. Gramsci vê na filosofia enquanto forma superior de ideologia, em contraste com as figuras fragmentárias da consciência que são próprias da vida cotidiana (senso comum, folclore etc.), os elementos que permitem promover uma universalização, isto é, a passagem ‘catártica’ do momento ‘egoístico-passional’ (corporativo) para o momento ‘ético-político’ (hegemônico-universal).¹¹⁹

Para além de uma transformação estrutural radical e revolucionária da sociedade – o que acreditamos ser ideal mas utópico (no sentido de não ter lugar agora mas que pode vir a ter), acreditamos no que pode ser feito a partir das redes e movimentos sociais, por meio das brechas da própria sociedade, explorando as incoerências dos sistemas sociais e políticos, encontrando frestas através das quais uma visão de mundo coletiva possa se introduzir e sobreviver.

¹¹⁹ Coutinho, C. N., 1999, p. 65-66.

Estamos longe de uma sociedade igualitária mas alguns passos nessa direção podem e estão sendo dados. “Trata-se de ocupar espaços disponíveis, atuar nas brechas por onde possa florescer uma visão de mundo alternativa.”¹²⁰ Nas palavras de Eduardo Coutinho,

a conclusão a que Gramsci chegou foi a de que, nas sociedades industrializadas de “tipo ocidental”, a dominação de classes não se dá apenas por meio dos aparelhos de coerção, mas também pela “hegemonia”, isto é, pela busca do “consenso” do dominado. A sociedade civil, a esfera da cultura, aparece como uma das instâncias da luta política. Nessa esfera, ocorrem as relações de direção político-ideológica que completam a dominação estatal, coercitiva. É na sociedade civil, compreendida como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – mídia, escola, Igreja, partidos, sindicatos, instituições culturais (museus, nomes de rua, etc.) –, que se legitima (ou se contesta) a dominação. É nessa esfera – o *medium* próprio da cultura – que atuam os intelectuais na construção e difusão da visão de mundo dos grupos que representam. Isso significa que, na nossa época, a tomada do poder, a criação de um novo Estado, envolve uma luta na sociedade civil pela conquista daquelas trincheiras capazes de absorver e amortecer as “irrupções catastróficas” de caráter econômico (crises e depressões) e político (contestações, pressões, revoltas). Hoje, ocupando um lugar de destaque na sociedade civil, *a mídia é, seguramente, a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas* [grifo do autor]. A despeito da enorme insatisfação existente na sociedade global, das periódicas crises financeiras que afetam a população do planeta, aumentando o fosso entre os ricos e os miseráveis, é ela que garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à dominação do capital.¹²¹

Para Gramsci “a construção de uma *nova ordem* pressupõe a organização de uma nova cultura e, portanto, *meios* capazes de criar e expressar uma *vontade coletiva* contra-hegemônica”. O jornal operário, por exemplo, na época de Gramsci, “possibilitou a setores das camadas subalternas se reconhecerem como sujeitos da história, elevando sua consciência fragmentária e muitas vezes servil ao nível da consciência de classe.”¹²²

Assim como em Freire, a transformação social em Gramsci deve emergir a partir do oprimido. E, para isso, ele deve ser de alguma forma estimulado – seja por meio do partido político; pela pedagogia que emerge coletivamente; seja por uma comunicação dialógica em que ele possa pronunciar a sua própria voz. A hegemonia se dá com o consentimento ou aceitação dos demais.

A passividade daquele que aceita e se converte à posição de seguidor ou dominado pode ser reconhecida desde uma infinidade de ângulos, da posição subalterna até a

¹²⁰ Coutinho, E. G., ; Paiva, R. Escola Popular de Comunicação Crítica: uma experiência contra-hegemônica na periferia do Rio de Janeiro. E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Abril, 2007.

¹²¹ Coutinho, E. G., 2008b.

¹²² Coutinho, E. G., 2008b.

escravidão consentida. Pode-se também vislumbrá-la como condição imposta e à qual se acedeu sem chance de opção e livre escolha.¹²³

A luta pela hegemonia pode ser identificada como luta de classes, “luta em torno da apropriação dos meios de produção e de vida, da riqueza socialmente produzida e do poder político do Estado.”¹²⁴

Na história da sociedade e do Estado de classes, o controle das forças produtivas, das relações de produção, do processo de trabalho e da produção social do conhecimento propicia, em seu conjunto dialeticamente articulado, as condições para a *hegemonia* de uma classe social determinada sobre o conjunto da produção e da reprodução social da vida.¹²⁵

Essa direção cultural “se pretende comum a todos, universal, verdadeira”¹²⁶. Todas essas questões apontadas estão intimamente ligadas à lógica do poder, que será desenvolvida a seguir.

3.3 *Empowerment*: estratégia de superação da opressão

A questão da opressão está intimamente ligada às relações de poder e de dominação. O poder está na essência da definição e da superação da pobreza. Mas o poder pode ser direcionado por todos os lados, não só apenas vindo de “cima”, como apontaram as teorias foucaultianas.

Entre os debates sobre a questão do poder, destacamos duas grandes concepções. A primeira, inscrita na vertente do pluralismo norte-americano da ciência política, vê o poder como capacidade de controle sobre algo ou alguém. A segunda concepção tem origem na visão foucaultiana, que amplia a noção de poder.

O poder não é só “poder sobre” recursos (físicos, humanos, financeiros) e idéias, crenças, valores e atitudes. É possível, e necessário, diferenciar outros tipos de exercício de poder. Por exemplo, o “poder para” fazer uma coisa (um poder generativo que cria possibilidades e ações); o “poder com” (que envolve um sentido de que o todo é maior que as partes, especialmente quando um grupo enfrenta os problemas de maneira conjunta, por exemplo, homens e mulheres questionando as relações de gênero); e o “poder de dentro”, isto é, a força espiritual que reside em cada um de nós,

¹²³ Paiva, R., 2008, p. 164.

¹²⁴ Dantas, R., 2008, p. 91.

¹²⁵ Dantas, R., 2008, p. 92.

¹²⁶ Sodré, M., 2005, p. 22.

base da auto-aceitação e do auto-respeito, e que significa o respeito e a aceitação dos outros.¹²⁷

O poder pode ser enquadrado por meio de diferentes correntes teóricas. Seguindo a perspectiva gramsciana, chega-se à noção mais estrutural, com ênfase nos aspectos ideológicos e culturais. A abordagem foucaultiana privilegia o enfoque mais micro, apesar de vê-lo também envolvido em formas mais estruturais de dominação, abarcando tanto formas negativas/proibitivas como formas positivas/produtivas, dispersas no tecido social, intrinsecamente relacionais e sempre engendrando estratégias de resistência.¹²⁸

Neste sentido, o poder não é algo necessariamente negativo em si mesmo. A questão é que ele seja descentralizado ou redistribuído, possibilitando a autonomia dos sujeitos.

Uma estratégia contra a opressão é a idéia de *empowerment*. O cientista político Eduardo Mourão Vasconcelos coloca que a obra de Paulo Freire influenciou no fim dos anos 80 a formulação das teorias internacionais, sobretudo anglo-saxãs, de *empowerment*.¹²⁹ O uso de ideais de *empowerment* não constitui fenômeno genuinamente novo mas uma reapropriação e reelaboração de tradições existentes.¹³⁰

O termo pode ser entendido como empoderamento, fortalecimento ou aumento da autonomia. Mas essas traduções limitam a sua riqueza e a complexidade do conceito, que tem um sentido de “aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social.”¹³¹

A questão do empoderamento coloca-se, portanto, diante de desafios de natureza política e ideológica. Essa autonomia está relacionada ao desenvolvimento do indivíduo para tornar-se capaz de lutar pelos seus próprios objetivos pessoais e coletivos. Os quilombos representaram um exemplo de vontade coletiva e estruturação de práticas de organização baseadas na autonomia e na autogestão.

O empoderamento integra as diferentes linhas de práticas antiopressivas utilizando a intuição de Freire: a noção de opressão como uma base comum para as diferentes formas de exploração e dominação num contexto de luta social.¹³²

¹²⁷ Romano, J., 2003, p. 14.

¹²⁸ Vasconcelos, E., 2003, p. 59.

¹²⁹ Vasconcelos, E., 2003, p. 13.

¹³⁰ Vasconcelos, E., 2003, p. 57.

¹³¹ Vasconcelos, E., 2003, p. 20.

¹³² Vasconcelos, E., 2003, p. 162.

Segundo o antropólogo argentino Jorge Romano, a noção de empoderamento começa a ser utilizada na década de 70 com os movimentos sociais e ONGs no sentido, grosso modo, de “dar poder” às pessoas e grupos sociais marginalizados (poder esse não necessariamente externo, ou seja, pode ser “dado” por eles mesmos). O conceito foi posteriormente apropriado por agências e organizações financeiras multilaterais, sofrendo despolitização ao ser enfatizada sua dimensão instrumental e metodológica.¹³³

A origem do conceito é disputada entre os movimentos feministas e o movimento negro nos anos 1960 nos Estados Unidos. Mas é na interseção com gênero que o termo se desenvolve no nível teórico e como instrumento de intervenção na realidade. Controladas seja pela força física ou internalizada (psicológica), as mulheres deveriam ser “empoderadas” de forma a conquistar espaço nas estruturas econômicas e políticas da sociedade.¹³⁴

O empoderamento é “um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.”¹³⁵

As estratégias teóricas e práticas do empoderamento na luta de classes são importantes porque a situação de pobreza e dominação vivenciada por milhões de pessoas tem base no poder de poucos sobre recursos e existência social de muitos. O empoderamento implica uma mudança nessas relações de poder.¹³⁶ A face da pobreza é grupal. Ela afeta mulheres, favelados, sem-terra, grupos étnicos etc.¹³⁷

Uma idéia central, presente nos ideais freireanos e nos ideais de empoderamento é que nem governo nem instituições empoderam as pessoas e organizações. As pessoas e organizações se empoderam a si mesmas. O que as políticas e ações governamentais, além de outros atores sociais podem fazer é criar um ambiente favorável ou, opostamente, colocar barreiras ao processo de empoderamento. Esse ambiente favorável pode ser impulsionado por políticas, recursos financeiros e humanos, informação, conhecimento, acesso a instituições e apoio para mudar a cultura institucional. A participação coletiva é um elemento constitutivo das estratégias de empoderamento.¹³⁸

¹³³ Romano J., 2003, p. 5.

¹³⁴ Iorio, C., 2003, p. 21-22.

¹³⁵ Romano, J., 2003, p. 17.

¹³⁶ Iorio, C., 2003, p. 24.

¹³⁷ Iorio, C., 2003, p. 26.

¹³⁸ Iorio, C., 2003, p. 29.

Para tanto é necessário uma mudança de paradigma e de atitudes. “Nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para o assumir o controle e a co-responsabilidade na solução dos problemas”.¹³⁹

A dominação não é simplesmente imposta. Parece haver certa cumplicidade e omissão. “O autoritarismo é resultado histórico da formação econômica, social, política e cultural brasileira e, como produtos dessa dinâmica, estamos impregnados de alienação e de acomodação.”¹⁴⁰

A participação da população nas decisões implica o exercício do poder em conjunto, co-participação, co-responsabilidade, numa perspectiva revolucionária. Essa participação não é concedida, mas conquistada, realizando-se tanto nas decisões como na execução e nos resultados.¹⁴¹

Consentir ou delegar o poder a outro é uma forma de participação passiva, assumindo uma postura de espectador e de conformismo.

Por exemplo, ao não se interessar pelo movimento comunitário do bairro ou pela gestão democrática da escola, por indiferença ou por descrença na efetividade da ação, a pessoa subordina-se ao que for determinado e, por outro lado, favorece ao mesmo tempo que as decisões sejam verticalizadas, de cima para baixo.¹⁴²

Neste sentido, não somente a formatação do sistema e os veículos de construção de consenso são responsáveis pela manutenção do status quo. Em outros momentos da história havia o véu da censura, da elitização completa do conhecimento, do analfabetismo de massas. Na sociedade de hoje, em que a dominação é menos imposta pela força e mais pela cultura, temos uma contradição: ao mesmo tempo em que há alienação, nunca teve-se tanto acesso à informação crítica e a meios de instrução e conscientização – seja pelos inúmeros grupos de estudos e movimentos coletivos, seja pela Internet, livros acessíveis em sebos e bibliotecas públicas ou veículos de imprensa alternativos e especializados.

Não se pode perder de vista a falta de acesso à educação gratuita de qualidade que proporcione meios de instrução à população pobre nem tão pouco o fato do homem comum ter como preocupação básica e imediata a sobrevivência. Mas nem por isso pode-se deixar de lado a sua responsabilidade individual e coletiva no acesso à tomada de consciência e organização de formas de mudança global da sociedade.

¹³⁹ Peruzzo, C., 1998, p. 74.

¹⁴⁰ Peruzzo, C., 1998, p. 75.

¹⁴¹ Peruzzo, C., 1998, p. 77.

¹⁴² Peruzzo, C., 1998, p. 78.

O intelectual orgânico (em Gramsci) ou a liderança revolucionária (em Freire) como indivíduo ou coletivo que organiza e impulsiona a mudança possuem um papel fundamental nas estratégias de empoderamento – não tomando a responsabilidade para si, mas clareando o horizonte do oprimido.

3.4 Os intelectuais orgânicos – lideranças revolucionárias

Em Gramsci, “todo homem é filósofo”. Todo homem manifesta em sua ação interativa (através de sua linguagem, de seu senso comum etc.) um conjunto de noções tanto sobre o que *é* quanto sobre o que *deve ser*, tanto uma concepção do mundo quanto uma ética. Se não possuísse essa filosofia não poderia interagir com seus semelhantes.

Gramsci e Freire dialogam seguindo uma teoria marxista, colocando a questão de classe como ponto central de suas teorias. Colocam a cultura como instância da luta política e local de transformação e o papel do intelectual orgânico – ou liderança revolucionária – como construtores, junto com as massas, dessa transformação.

Gramsci não se refere ao intelectual orgânico como alguém das letras, da academia, mas alguém capaz de *organizar* as massas. Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem essa função, que é a de organizar. Freire dá conta da mesma idéia quando utiliza, no mesmo sentido, o termo *liderança revolucionária*.

Freire alerta para o fato de que a liderança revolucionária não deve ‘depositar’ a crença da transformação nos oprimidos, mas sim dialogar. Não é doação, mas conscientização. Sujeito e não objeto. *Com* eles e não *para*. A liderança revolucionária deve estabelecer uma relação dialógica permanente com as massas. Liderança e massas são sujeitos no ato de desvelar e criticamente conhecer a realidade mas também recriar esse conhecimento.¹⁴³ A liderança revolucionária não deve usar os mesmos procedimentos antidialógicos de que se servem os opressores, mas usar o diálogo, a comunicação.¹⁴⁴

Em Gramsci os intelectuais têm um papel essencial na “agregação e desagregação de uma relação de hegemonia, na formação ou conservação de um bloco histórico.”¹⁴⁵ Para Gramsci, todos os membros de um partido devem ser considerados intelectuais e isso não pelo

¹⁴³ Freire, P., 2006, p. 61-63.

¹⁴⁴ Freire, P., 2006, p. 186.

¹⁴⁵ Coutinho, C. N., 1999, p. 42.

nível de erudição, mas pela *função* que exercem por meio do partido, função “que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual.”¹⁴⁶

Grandes intelectuais individuais (ou grupos de intelectuais agrupados em revistas, jornais etc.) exercem a função de partidos políticos, constituídos por uma elite de homens de cultura, que tem a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia, um grande número de partidos afins.

[É na sociedade civil] que atuam os chamados “intelectuais orgânicos”, aqueles que estão *organicamente* ligados a uma determinada classe social, tendo como função *organizar* a visão de mundo deste grupo. [...] Os intelectuais que trabalham nas organizações dos trabalhadores (partidos, sindicatos, movimentos) e na imprensa comunitária, contribuem para tornar orgânica a visão de mundo das camadas subalternas, criando e difundindo uma consciência crítica capaz de exprimir os anseios das massas. [...] Daí a importância, nota Gramsci, de se formarem intelectuais portadores de uma vontade coletiva popular; intelectuais, poderíamos acrescentar, que dominem linguagens, tecnologias e procedimentos por meio dos quais possam comunicar ao maior número de pessoas, conhecimentos, valores e idéias não hegemônicos.¹⁴⁷

Gramsci não crê que a vontade coletiva possa ser suscitada apenas pelo alto, sem levar em conta os sentimentos espontâneos das massas que devem ser educados, purificados, orientados, mas nunca ignorados.

A função do intelectual orgânico é dar homogeneidade e consciência à classe proletária. Ele é um agente da consolidação de uma vontade coletiva, de um bloco histórico. “Eu amplio muito – diz Gramsci – a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais.”¹⁴⁸

Chauí considera esta figura como intelectual *engajado*, um sujeito que intervém criticamente na esfera pública, trazendo consigo a transgressão da ordem; tomando posição no interior da luta de classes contra a exploração e dominação vigentes em nome da emancipação ou da autonomia em todas as esferas da vida econômica, social, política e cultural.¹⁴⁹

Para a autora, o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado sob os imperativos da nova forma de acumulação do capital, o neoliberalismo, tem como efeito a transformação de direitos econômicos e sociais em serviços definidos pela lógica do

¹⁴⁶ Coutinho, C. N., 1999, p. 107-108.

¹⁴⁷ Coutinho, E. G.; Paiva, R. Escola Popular de Comunicação Crítica: uma experiência contra-hegemônica na periferia do Rio de Janeiro. E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Abril, 2007.

¹⁴⁸ Coutinho, C. N., 1999, p. 76.

¹⁴⁹ Chauí, M. S. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: O Silêncio dos Intelectuais, Adauto Novaes (org.), São Paulo, 2006, Companhia das Letras, pp. 19-43.

mercado e a transformação do cidadão em consumidor. Os direitos são privatizados e transformados em serviços o que leva a uma despolitização da sociedade, necessária para o funcionamento dessa lógica. Desta forma, a despolitização produz a substituição do *intelectual engajado* pela figura do *especialista competente* “cujo suposto saber lhe confere o poder para, em todas as esferas da vida social, dizer aos demais o que devem pensar, sentir, fazer e esperar. A crítica ao existente é silenciada pela proliferação ideológica dos receituários para viver bem.”¹⁵⁰

Na análise de Paiva,

em função deste lugar social que a mídia assume na atualidade, pode-se traçar um paralelo entre a sua existência e o conceito gramsciano de intelectual orgânico. O lugar do intelectual como é entendido por Gramsci, parte da importância dada por Lênin, que considera os intelectuais os responsáveis pela formulação da teoria revolucionária, na medida em que são os mediadores de consenso e respondem pela articulação da hegemonia. Desta maneira, pode-se antever uma proposição que compreenda a mídia e sua estrutura de produção como uma espécie de intelectual coletivo gramsciano na atualidade.¹⁵¹

Como aponta Eduardo Coutinho, o intelectual desta época de mercados e mercadorias, em termos gramscianos, torna orgânica a visão de mundo dominante, formula o pensamento hegemônico e cria e expressa a ideologia de mercado.¹⁵²

Desconsiderando as contradições sociais em nome da “pluralidade e da “diferença”, e abandonando qualquer projeto de transformação global da sociedade, [os novos intelectuais] podem ser contra tudo – contra a opressão sexual, étnica, patriarcal, colonial e até midiática –, menos contra a opressão do capital.¹⁵³

Intelectual é aquele que trabalha com idéias, logo, qualquer pessoa. Restringindo o sentido: são aqueles que fazem desse trabalho seu ofício, como escritores; ou profissão, como os profissionais liberais. Qualquer pessoal pode ser considerada intelectual. Mas, a rigor, são considerados intelectuais aqueles que fazem das idéias sua profissão e função, trabalhando em algum setor ideológico (universidade, jornal, literatura).¹⁵⁴ A prática intelectual, enquanto

¹⁵⁰ Chauí, M., 2006.

¹⁵¹ Paiva, R. Os media alternativos como parte de novos processos de mobilização popular no Brasil. In: REBELO, José. (org.). Novas Formas de Mobilização Popular. 1 ed. Portugal: Campos das Letras, 2003.

¹⁵² Coutinho, E. G., 2008, p. 7.

¹⁵³ Coutinho, E. G., 2008, p. 8.

¹⁵⁴ Santos, J. R., 2004, p. 28.

profissão, é subproduto do capitalismo. Os intelectuais esbarram e recuam no limite de sua classe ou no limite da própria estrutura de classes. Poucos parecem ir além desses limites.¹⁵⁵

Freire alerta sobre o cuidado e a falta de coerência de posições “elitistas” e “autoritárias” por parte dos intelectuais: “rara vez, por exemplo, percebemos a incoerência agressiva que existe entre as nossas afirmações ‘progressistas’ e o nosso estilo desastrosamente elitista de ser intelectuais. E o que dizer de educadores que se dizem progressistas mas de prática pedagógico-política eminentemente autoritária?”¹⁵⁶

Gramsci, em sua época e seu contexto histórico, coloca o partido político como instrumento de articulação e organização popular. Freire, como educador, coloca o papel da educação libertadora, dialógica, política e crítica como meio de transformação social e cultural. Aplicando os conceitos freireanos e gramscianos à nossa época histórica midiática e à nossa realidade nacional de forma dialética (conservando e atualizando), podemos dizer que qualquer instituição social ou organização que reúna pessoas interessadas em mudanças possuem essa força transformadora e o instrumento é o diálogo e a comunicação – comunicação em seu sentido amplo, seja interpessoal ou mediada por sistemas midiáticos diversos, como colocado anteriormente. Nessa luta dialógica libertadora, o papel de uma liderança *revolucionária* (ou um intelectual *orgânico* ou *engajado*), porta-voz de um grupo, continua sendo fundamental.

Como aponta Joel Rufino dos Santos, o intelectual dos pobres é aquele que não necessariamente venha dos pobres, mas que é lido pelos pobres e é capaz de representá-los e influenciá-los.¹⁵⁷ É seu papel denunciar sem descanso a trama que gera a pobreza; trabalhar pelos pobres.

Grupos heterogêneos de intelectuais ligados ao universo popular fazem de “sua atividade intelectual um instrumento de ação pública e de mudança histórica”, engajando-se em favor dos oprimidos e marginalizados¹⁵⁸.

Paiva coloca a importância do profissional da comunicação dentro de um processo comunitário como um *agente social*, alguém capaz de “provocar a participação” – alertando para os riscos do paternalismo, assistencialismo, dirigismo e autoritarismo¹⁵⁹. Essa atividade requer, muito mais do que manejo técnico, compromisso político.

¹⁵⁵ Santos, J. R., 2004, p. 143-144.

¹⁵⁶ Freire, P., 2007b, p. 109.

¹⁵⁷ Santos, J. R., 2004, p. 145.

¹⁵⁸ Coutinho, E. G., 2008, p. 78.

¹⁵⁹ Paiva, R., 2003, p. 143-144.

3.5 As favelas como território do oprimido

O termo oprimido, como colocado nos itens anteriores, abrange um variado espectro de possibilidades. Focamos o estudo no oprimido espacializado, mais especificamente o morador de favelas¹⁶⁰ do Rio de Janeiro.

Para chegar à práxis transformadora, é fundamental localizar o oprimido, além de contextualizar, conhecer e entender os territórios da pobreza – e suas representações midiáticas.

Boal aponta que

num estudo sobre teatro popular, Brecht afirma que o artista popular deve abandonar as salas centrais e dirigir-se aos bairros, porque só aí vai encontrar os homens que estão verdadeiramente interessados em transformar a sociedade; nos bairros, deve mostrar suas imagens da vida social aos operários, que estão interessados em transformar essa vida social, já que são suas vítimas.¹⁶¹

O morador de favelas talvez seja hoje o indivíduo que, no Rio de Janeiro, mais sente na pele a opressão social e a opressão midiática. Esses indivíduos possuem, em geral, cor de pele, nível de escolaridade e faixa salarial específicos – pintados com as cores estigmatizadas do preconceito; além de sofrerem a violência institucionalizada por parte do Estado (por meio da polícia e da atuação do chamado “caveirão”¹⁶²). Para entendermos esse território, faremos uma breve análise histórica e sociológica.

Resultado de um complexo processo histórico – fim da escravidão, migrações, crescimento urbano rápido e sem planejamento, exclusão social e econômica, entre outros – as favelas na cidade do Rio de Janeiro constituem-se, inicialmente, como um tipo de habitação auto-produzida que, em geral, se caracteriza pela ilegalidade à luz do poder público e irregularidade em termos urbanísticos, além da precariedade e da insalubridade.¹⁶³

Este tipo de organização social surgiu no cenário urbano carioca “para suprir o hiato formado pelo déficit habitacional, abrigando, inicialmente, em sua grande maioria, uma massa de pobres que procuravam habitar próximo aos locais onde era oferecido trabalho.”¹⁶⁴

¹⁶⁰ Utilizamos o termo favelas no plural por acreditarmos tratar-se de espaços heterogêneos e diversos.

¹⁶¹ Boal, A., p. 162.

¹⁶² Carro blindado que entra nas favelas assustando os moradores ao som de palavras de ordem violentas e preconceituosas.

¹⁶³ Jacques, P; Vaz, L. Pequeno histórico das favelas no Rio de Janeiro. In: Evolução da população de favelas da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁶⁴ Campos, A., 2005, p. 21.

Historicamente, suas origens estão diretamente ligadas à exclusão de grandes contingentes de negros e ex-escravos, expulsos do Centro da cidade ainda no começo do século 20. Um dos fatores que mais contribuiu para esse processo foi um ato da prefeitura. Em 1903, o então prefeito Pereira Passos iniciou uma série de obras visando à modernização da cidade, demolindo antigos casarões onde viviam os negros. A palavra favela se origina do arbusto chamado faveleiro, predominante do alto dos morros.¹⁶⁵

Ao contrário da arquitetura dita formal, as favelas constituem-se como uma construção geralmente não projetada e inacabada – depende das condições materiais do morador. Organiza-se, freqüentemente, em um espaço urbano espontâneo e labiríntico, composto por vielas e becos, em grande parte, nos morros da cidade. Espaços público e privado estão interligados: as portas das casas estão sempre abertas e há grande proximidade entre elas.¹⁶⁶ As relações entre os moradores reforçam a idéia de comunidade. A vida comum nas favelas parece ser quase sempre mais intensa e comunitária que no espaço urbano dito formal.

Para Sodré, os lugares ganham simbologias próprias através da identidade forjada com as práticas sócio-espaciais. O autor assinala que solidariedade e comunalismo são traços essenciais para a caracterização dos lugares do povo.¹⁶⁷

Uma das vertentes de discussão acerca do conceito de “comunidade” estabelece um diálogo etimológico com o termo “comum”. Comunidade pode significar o corpo social; um local habitado por um grupo de pessoas; ou um conjunto de populações identificado ou inscrito como tendo algo em comum com os outros integrantes daquele espaço. Atualmente, o conceito encerra significações múltiplas. Comunidade não está mais atrelado necessariamente ao território, mas a *identificações*.¹⁶⁸ E a comunicação em rede e por meio da Internet fazem parte desta ampliação.

Mas o termo tem sido usado correntemente pela mídia hegemônica para tratar de favelas. É curioso notar que não se fala em comunidade do Leblon ou de Copacabana. Mas é usual se falar em comunidade da Rocinha, do Cantagalo, da Mangueira etc. Neste sentido, poderíamos inferir que esses espaços são entendidos como tendo algo mais em comum e comunitário do que os chamados bairros formais, já que sua própria arquitetura, como exposto anteriormente, facilitaria esse espírito de comunidade.

¹⁶⁵ Informações retiradas do site do Grupo Cultural AfroReggae. Disponível em www.afroreggae.org. Acesso em julho de 2009.

¹⁶⁶ Jacques, P; Vaz, L., 2007.

¹⁶⁷ Sodré, M., 1988, p. 121.

¹⁶⁸ Paiva, R., 1998, p. 76.

As construções que antes eram feitas de barracos têm dado cada vez mais lugar à alvenaria. Além disso, vem ocorrendo certa melhoria na infra-estrutura elétrica, de saneamento e legalização da escritura das casas. Neste sentido, este espaço têm deixado de ser uma “favela” (no sentido pejorativo de barracos mal acabados), sendo mais um bairro de classe econômica baixa¹⁶⁹. Ao mesmo tempo, certos locais da cidade do Rio de Janeiro que não constituem morros propriamente ditos, como a Maré, estruturados inicialmente como conjuntos habitacionais isolados dos grandes centros – muitos inacabados – para habitar populações de baixa renda, passaram também a ser usualmente denominados como favelas ou complexo de favelas. É importante ressaltar aqui que as favelas são histórica-social-econômica-e-culturalmente heterogêneas, diversas e complexas.

A região da Maré, zona norte do município do Rio de Janeiro, é considerada um dos maiores conjuntos de favelas da cidade, ocupando uma área territorial de cerca de 800 mil m², subdividida em 16 comunidades. A área da Maré é superior a da Rocinha, do conjunto de favelas do Alemão, da Mangueira, da Cidade de Deus e de Vigário Geral. Segundo dados do Censo Maré-2000 e do IBGE, a população é superior a de nove municípios da região metropolitana do Rio, com cerca de 133 mil habitantes. Possui a maior concentração de população de baixa renda do município. Os moradores encontram-se envolvidos, sobretudo, com o mercado informal de trabalho e em atividades autônomas. A Maré possui baixos indicadores sociais, ocupando a terceira pior posição (129º lugar) na classificação por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação aos outros bairros da cidade. Além disso, não dispõe de serviços públicos básicos adequados, além da ausência de serviços culturais (cinema, teatro).¹⁷⁰

Essas regiões, onde se concentra historicamente grande parte da população de classe econômica baixa¹⁷¹ –, em sua maior parte composta de trabalhadores que se relacionam constantemente com as classes média e alta, seja prestando serviços domésticos, de atendimento comercial, construção civil, entre outros – são pautadas quase sempre na mídia hegemônica sob a ótica da violência, da criminalidade e do tráfico de drogas no varejo, e seus moradores, vítimas ou supostos culpados.

¹⁶⁹ Jailson de Souza e Silva, pesquisador e coordenador da organização comunitária Observatório de Favelas, utiliza em diversos artigos no site da organização (www.observatoriodefavelas.org.br) o termo *bairros populares* em substituição a *favela*, dentre outros fatores, por considerar que este carrega atualmente significação pejorativa. “Favela” virou sinônimo quase que exclusivo de violência, desordem, tráfico de drogas, ilegalidade, marginalidade e malandragem.

¹⁷⁰ Ação comunitária do Brasil. Disponível em: www.acaocomunitaria.org.br/home/index.asp. Acesso em nov. 2009.

¹⁷¹ Campos, A., 2005, p. 21.

O tráfico de drogas e a violência urbana estão na pauta das questões noticiosas de atualidade. E é notória a dificuldade de acesso dos jornalistas aos locais muitas vezes fechados e comandados pelo poder do tráfico. Mas apesar dessas justificativas, é possível contrapor os argumentos do discurso da criminalização. Inferimos que tratar as favelas quase que exclusivamente em matéria de tráfico e violência quase sempre descontextualizados é algo que contribui para reforçar os estereótipos e presta um desserviço e aumento do preconceito em relação aos seus moradores.

Por outro lado, a violência secular do próprio Estado brasileiro sofrida por esses grupos sociais é pouco colocada em debate pela mídia – ou quando o é, é feito de forma também descontextualizada, pouco aprofundada e sensacionalista.

Segundo pesquisa realizada pela autora para monografia de conclusão de curso de Jornalismo em meados de 2007¹⁷², em que foi analisada a representação do jovem morador de favelas no noticiário televisivo local das emissoras abertas do Rio de Janeiro, constatou-se que no período de um mês, a cada seis edições dos telejornais (uma semana), quatro, em média, têm em sua pauta assuntos relativos ao tráfico de drogas nas favelas da cidade – seja confrontos entre supostos traficantes e policiais ou menção de supostos traficantes envolvidos direta ou indiretamente em assaltos ou outro tipo de abordagem sobre violência. Foram analisados todos os telejornais locais do Rio de Janeiro em todos os horários (manhã, horário do almoço e noite) das emissoras abertas de TV que veiculam noticiários locais (Rede Globo, Rede Record, TV Bandeirantes, SBT e TVE), totalizando oito telejornais diariamente.

Ou seja, 66% das edições do noticiário local do Rio aborda, semanalmente, assuntos que relacionam as favelas (ou seus moradores) à questão da violência, quando é sabido que o número de moradores envolvidos com o tráfico e a criminalidade não chega a 1% da população destes territórios. A construção das favelas como “território criminalizado” vem sendo, portanto, constantemente reafirmada todos os dias pela mídia hegemônica.

É sabido que a TV é o principal meio de informação para a grande maioria da população brasileira e veículo de grande impacto social e construção de sentidos, valores e opiniões. Reproduzir quase que diariamente o discurso que relaciona as favelas com a criminalidade, a violência e o tráfico de drogas sem o devido cuidado e apuração contextualizada e sem a pluralidade e diversidade de vozes, pode ser algo perigoso no sentido de contribuir para a manutenção da lógica que gera este tipo de conflito e pode ter consequências graves. Um olhar sobre o “outro” estereotipado e preconceituoso,

¹⁷² Ferreira, F. P. Os menores da telerrealidade: representação de crianças e adolescentes nos noticiários locais do Rio. Monografia de conclusão do curso de Jornalismo. ECO, UFRJ, 2007.

descontextualizado histórica, política e socialmente, não permite uma troca dialógica com a alteridade.

Quando o maior veículo de comunicação de massa do país – a televisão – reproduz e reforça estereótipos, contribui para o agravamento de determinados cenários sociais como: maior abismo social entre classes; preconceitos, exclusões e discriminações; aumento da paranóia da violência urbana; não inserção de moradores de favelas – em especial o jovem do sexo masculino e negro – no mercado de trabalho.

A análise da representação das favelas na mídia hegemônica pode auxiliar na investigação de como estereótipos e clichês são produzidos e reproduzidos na arena social de negociação de sentidos. É importante nos atentarmos em como os meios de comunicação influenciam e reforçam mitos no imaginário social em relação a esta população e quais conseqüências tal representação pode causar.

As representações sociais são teorias do *senso comum*, por meio das quais as realidades sociais são interpretadas e construídas. Constróem-se, portanto, na esfera consensual. Em outras palavras, são a forma como os sujeitos, os objetos e o mundo são mostrados ou interpretados. Gramsci¹⁷³ aponta que o domínio do *senso comum* é “uma forma histórica, não natural, universal ou espontânea de pensamento popular”. O *senso comum* (pensamento das massas) é representado como sabedoria tradicional ou verdade dos séculos, sendo um produto da história. É no *senso comum* que a hegemonia cultural é produzida, alterada (pois que não é eterna) e se torna objeto de lutas.¹⁷⁴

Para Kellner¹⁷⁵, a política da representação social examina as imagens e figuras ideológicas e os discursos que transcodificam as posições políticas dominantes e concorrentes na sociedade. O autor afirma que numa cultura da imagem dos meios de comunicação de massa, “são as representações que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo, o *senso* de identidade e sexo, consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas.”¹⁷⁶ E é por meio de um conjunto de representações que se fixa uma ideologia política hegemônica.

O olhar televisivo, do ponto de vista da produção de conteúdo, para além da problemática corporativa e seus interesses políticos e comerciais, é também o olhar de quem produz – jornalistas, editores, diretores, produtores em geral. Segundo o perspectivismo de Nietzsche, “toda interpretação é mediada pela perspectiva de quem a faz, trazendo, portanto,

¹⁷³ Gramsci *apud* Hall, S., 2006, p. 271.

¹⁷⁴ Hall, S., 2006, p. 303.

¹⁷⁵ Kellner, D., 2001, p. 82.

¹⁷⁶ Kellner, D., 2001, p. 82.

em seu bojo, inevitavelmente, pressupostos, valores, preconceitos e limitações”.¹⁷⁷ Para Nietzsche, só há visão e saber em perspectiva.

A partir do momento que se faz uso da linguagem – e, como afirmou Heidegger¹⁷⁸, a linguagem é a “morada do ser”, não é apenas mediadora, mas produz realidade –, o indivíduo ou comunicador usa seu repertório pessoal com as peculiaridades, singularidades e especificidades de sua origem e do ambiente sócio-econômico, político, cultural e afetivo em que vive e se insere.

O olhar é oriundo de um ponto de vista particular. A questão do relativismo cultural é realçada por Peter Burke ao analisar a “escrita da história”: “Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”¹⁷⁹

Portanto, não pode haver “uma verdade” pois ela é construída e depende da interpretação de cada um. O que existe são verdades, versões, interpretações e construções sociais e culturais. Há intencionalidade (consciente ou inconsciente) em qualquer linguagem. Todo uso da linguagem é representação. Há possibilidade de construção de maneiras diversas. O comunicador escolhe a forma como a mensagem será construída. Sempre.

Mas para evitar a unilateralidade é necessário um esforço de apuração e percepção, olhares diversificados, empregando-se perspectivas e interpretações diversas a serviço da construção da informação, do conhecimento, dos sentidos. Quanto mais perspectiva, mais completo o conceito, mais objetividade se alcança, mais plurilateral, elucidativa e crítica será a abordagem.¹⁸⁰

Há ainda um outro aspecto não menos esquecido na questão das representações sociais construídas pela mídia. Em se tratando da recepção, para Machado¹⁸¹ um mesmo veículo comunicativo pode ser “lido” diferentemente pelos telespectadores em função de seus valores, ideologias e estratégias perceptivas ou cognitivas:

Por mais fechado que seja um telejornal, há sempre ambigüidade suficiente em sua forma significativa, a ponto de interditar qualquer 'leitura' simples e unívoca, e há também autonomia suficiente, por parte do telespectador, de modo a permitir que ele faça uma triagem do que lhe é despejado no fluxo televisual. Uma prova de que o público filtra e opera 'leituras' diferenciadas daquilo que vê na televisão é o seu próprio comportamento diante do telejornal. Durante a Guerra do Golfo Pérsico, houve manifestações contra a CNN (Cable News Network), nos EUA e em várias

¹⁷⁷ Kellner, D., 2001, p. 129.

¹⁷⁸ Heidegger *apud* Sodré, M., 2002, p. 229.

¹⁷⁹ Burke, P., 1992, p. 15.

¹⁸⁰ Kellner, D., 2001, p. 130.

¹⁸¹ Machado, A., 2003, p. 100.

outras partes do mundo, ora por considerar que a rede favorecia o Pentágono e fazia propaganda das forças aliadas, ora por achar que ela abria demasiado espaço para Sadam Hussein e lhe dava acesso à opinião pública mundial.

Mas a ideologia não está somente no conteúdo televisivo ou na forma estética, porém, sobretudo, na forma capitalista mercadológica que os conteúdos assumem.¹⁸² Em outras palavras, uma empresa de comunicação é, antes de tudo, uma empresa capitalista que se mantém por meio de audiência e lucro. E um telejornal é, antes de tudo, um produto de comunicação e de consumo que faz parte desta empresa. O meio em si é mercadológico, consumista, é produto. E o meio é a mensagem, como apontou McLuhan.

Deste modo, os produtos da cultura veiculados pela mídia não são mero entretenimento ou informativo inocente. Têm cunho ideológico e vinculam-se a ações políticas intencionais ou não.¹⁸³ O público pode não ser mero espectador passivo – tem condições de produzir seus próprios significados –, mas os textos também produzem efeitos por si sós.

Afirmamos, portanto, a complexidade, as limitações e a produção de sentidos contraditórios e ambíguos da mídia hegemônica direcionadas por e relacionadas a uma série de aspectos: econômico-comercial, espaço-temporal, de dinâmica técnica e de linguagem.

Um outro olhar possível sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro é apresentado por meios alternativos a exemplo do site de organizações como Observatório de Favelas. Construídos sob a ótica dos próprios moradores, oferecem informações, imagens e discursos diferentes do construído pela mídia hegemônica. Organizadas por ONGs, universitários e intelectuais que em sua grande maioria se originam das próprias favelas e pautadas também por moradores comuns, essas novas redes estão se articulando para lançar na arena social novos significados acerca daquele cenário. Fazem parte do processo de mobilização social e articulação política de grupos historicamente marginalizados visando a democratização mais efetiva dos meios e estruturas de vida e sociabilidade.

Essas organizações populares visão

a construção de *um outro discurso* sobre a favela e o favelado, um outro olhar sobre as comunidades da periferia, diferente daquele construído pela grande mídia. Esta é, com efeito, a proposta [...] de Jailson de Souza. Segundo ele, os espaços populares - as chamadas favelas - historicamente habitam o imaginário social sob a representação dos “discursos de ausência e do preconceito”. É o lugar do pobre, do favelado, do bandido, do desregrado, do vulgar e qualitativos do mesmo campo semântico. Seu

¹⁸² Sodré, M., 2002, p. 51.

¹⁸³ Kellner, D., 2001, p. 123.

lugar nos jornais costuma ser a seção policial. Sintomaticamente, as práticas e estratégias desenvolvidas no cotidiano pelo morador são esquecidas no discurso da mídia, que não leva em conta os aspectos afirmativos, integrantes de sua cotidianidade, ou seja, a vida comunitária, suas dinâmicas culturais, as iniciativas pedagógicas, a solidariedade, as formas de resistência à violência do tráfico e da polícia, as lutas contra a opressão, etc. Jailson de Souza considera que a produção de mensagens midiáticas, particularmente aquelas sobre os espaços populares, são construídas, nos meios de massa, por indivíduos que não possuem uma relação orgânica com o universo das camadas subalternas. Os próprios jornalistas, oriundos dos setores médios, expressam, em larga medida, os preconceitos e as concepções ideológicas do grupo social a que pertencem. Daí a necessidade de se conceber uma produção estéticodiscursiva capaz de expressar as formas de consciência, a *fala histórica* dos moradores do bairro. [...] Novos discursos, novas narrativas e novos olhares sobre os espaços populares.¹⁸⁴

Apostando no poder transformador local das favelas e regiões periféricas pobres da cidade do Rio de Janeiro, percebe-se a capacidade de engajamento e mobilização da população do território por meio dos novos movimentos sociais populares que emergem.

A conscientização é uma primeira etapa de compreensão, desvendamento da realidade, que caminha junto ao outro momento: o da organização do grupo, da mobilização, visando um terceiro objetivo, que seria a ação de mudança, no indivíduo, no grupo e até na sociedade como um todo.¹⁸⁵

¹⁸⁴ Coutinho, E. G., ; Paiva, R. Escola Popular de Comunicação Crítica: uma experiência contra-hegemônica na periferia do Rio de Janeiro. E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Abril, 2007.

¹⁸⁵ Moran, J. M., 1993, p. 42.

4 Comunicação do Oprimido

*Para que se compreenda bem essa Poética do Oprimido deve-se ter sempre presente seu principal objetivo: transformar o povo, “espectador”, ser passivo no fenômeno teatral, em sujeito, em ator, em transformador da ação dramática.*¹⁸⁶

Augusto Boal

Seguindo as teorias freireanas como norte do estudo, tratamos até agora dos aspectos da consciência (ou leitura) crítica; a comunicação como diálogo (e não como transmissão de informação ou *comunicado*); a autonomia (ou empoderamento) do oprimido; o papel da liderança revolucionária (ou intelectual orgânico); além do conceito de oprimido em si e das favelas como território do oprimido.

Como na *práxis* freireana, entramos agora no aspecto prático, aplicado. Em outras palavras, numa espécie de **comunicação do oprimido colocada em prática por meio da atuação de movimentos ou grupos sociais populares** que analisaremos a seguir.

A comunicação social é uma ciência social aplicada, e, como tal, seu campo de atuação deve ser teórico-prático, ou seja, envolvido permanentemente em uma *práxis*.

Já que tratamos da “Comunicação” do Oprimido, é importante recorrer, em breves palavras, às leituras possíveis de comunicação e identificar em que sentido tratamos este conceito. Para Sodré, o termo possui largo espectro e uso variado, prestando-se a confusões e erros de demarcação conceitual. Segundo o autor, comunicação é a

ação de pôr em comum tudo aquilo que, social, política ou existencialmente, não deve permanecer isolado. Isso significa que o afastamento originário criado pela diferença entre os indivíduos, pela alteridade, atenua-se graças a um laço formado por recursos simbólicos de atração, mediação ou vinculação. [...] A ação comunicativa é assegurada pela linguagem. [...] Os atos de produção de linguagem ou *atos de fala* implicam sempre *discursos*.¹⁸⁷

O autor coloca, ainda, a questão da comunicação entre a “retórica e a dialética”. E a comunicação como questão de vinculação e como questão de relação.

Fora do âmbito filosófico, recorrendo de forma sintética à semiótica, pode-se afirmar que há variados tipos e sistemas de comunicação: gestual, visual, não-verbal, simbólica, falada, escrita etc.

¹⁸⁶ Boal, A., 2008, p. 181-182.

¹⁸⁷ Sodré, M., 2001, p. 11-12.

Há comunicação não humana: entre animais ou máquinas. A comunicação pode dar-se, também, através de meios formais (telefone, transportes, correio) e meios de transmissão de informações como a mídia (impressa, audiovisual, digital) fenômeno que convencionou-se chamar de meios de comunicação de massa. O vocábulo comunicação no senso comum midiático pode ser entendido como “transmissão de informação.”¹⁸⁸ Numa abordagem mais sociológica, pode-se relacionar, ainda, a comunicação à idéia do diálogo.

Tratamos aqui da comunicação no âmbito midiático (por meio de jornais, rádio, televisão, Internet) forjados na esfera dos movimentos populares – o que chamamos de comunicação do oprimido. Mas ampliamos também o termo “midiático” ao tratarmos, por exemplo, do samba como comunicação do oprimido. Ou de outras manifestações culturais, como o teatro. O mais importante é que essa comunicação seja *do oprimido*, não importa o meio ou suporte em que ela se dê; e que seja sempre baseada no diálogo, termo sinônimo de comunicação em Freire.

4.1 Comunicação “não massiva”: as diversas denominações

Comunitária, popular, livre, alternativa, participativa, cidadã, libertadora, marginal, de resistência, minoritária, periférica, proletária, operária, sindical, subalterna, radical, contra-hegemônica.

Há hoje uma infinidade de denominações para a comunicação produzida no âmbito da sociedade civil e movimentos populares, fora da chamada grande mídia (ou mídia de massas). Os estudos sobre este tipo de comunicação vem sendo encarados “com inquietação por pesquisadores preocupados em consolidar percursos que afirmem a possibilidade de uma ciência da comunicação aplicada e socialmente relevante.”¹⁸⁹

Não pretendemos neste trabalho dar conta desses conceitos. Muitos deles, inclusive, são elásticos e amplos. Encerram significações variadas. Outros vem sendo incorporados e ressignificados pela grande mídia.

Apesar de serem usados muitas vezes como sinônimos, e terem uma predominância de idéias em comum, conceitualmente esses termos encerram algumas distinções. Há definições que são próprias de algumas dessas denominações.

Grosso modo, na comunicação *comunitária* a ênfase está no local, no território, no comum. O termo vem sendo utilizado também pela mídia hegemônica e está bastante

¹⁸⁸ Melo, J. M., 2008, p. 12

¹⁸⁹ Cogo, D., 2008, p. 217.

desgastado. O *popular* está ligado ao povo ou vêm do povo – termo bastante elástico. Na mídia *contra-hegemônica* o principal é a questão política, é estar contra uma ordem hegemônica de idéias estabelecidas. Já a *alternativa* é uma opção à grande mídia mas não necessariamente está vinculada à luta de classes.

Para tratar da comunicação das classes subalternas e sintetizar as idéias presentes nestes termos, lançamos mão do termo Comunicação do Oprimido, que, assim como a Pedagogia do Oprimido freireana e o Teatro do Oprimido de Augusto Boal, é a comunicação “do” oprimido, ou seja, é forjada pelo oprimido.

Na mídia do oprimido aqui proposta, a ênfase recai na comunicação que emerge de um sujeito histórico que sofre a opressão de uma sociedade injusta e desigual; um sujeito que tem pouco poder de fala.

Mas para chegar à comunicação do oprimido que propomos e para entender os elementos que ela deve incorporar, faremos uma breve síntese das idéias contidas nessa mídia “não massiva”. O estudo desta comunicação “não massiva” redefiniu a problemática da comunicação. “Durante muito tempo, falar de comunicação significou falar de meios, canais, mensagens. Agora, (...) implica falar de cultura, de relação.”¹⁹⁰

Primeiramente, podemos definir essa comunicação como oposta a mídia de massas, que, grosso modo, tem as seguintes características: está nas mãos de grandes corporações; tem interesses mercadológicos; orienta-se pela unidirecionalidade e verticalidade; privilegia os objetivos e a ideologia das classes dominantes; cria hábitos de consumo por meio da persuasão; oculta ou desvirtua a realidade; distorce os fatos; despolitiza o receptor; desmobiliza os interesses das classes subalternas; impede o acesso, o diálogo e a participação da sociedade no que se refere a decisões relativas a programações e mensagens; apropria-se de fragmentos da cultura popular; detém a tecnologia; é economicamente estável.¹⁹¹

O professor e organizador do Observatório de Favelas¹⁹² Jailson de Souza lembra que a produção de mensagens, em especial aquelas sobre os espaços populares, são construídas por indivíduos apartados destes ambientes e oriundos dos setores médios. Os veículos expressam, assim, as concepções ideológicas de seus proprietários e as representações de mundo desses profissionais pertencentes a classes sociais mais abastadas.¹⁹³

Já a comunicação “não massiva” possui, em geral, as seguintes características: está nas mãos de instituições sem fins lucrativos e de movimentos sociais; é multidirecional e

¹⁹⁰ Berger, *apud* Peruzzo, C., 1998, p. 113.

¹⁹¹ Peruzzo, C., 1998, p. 134.

¹⁹² Movimento popular descrito no mapeamento no capítulo 5.

¹⁹³ Paiva, R., 2006.

horizontalizada; mobiliza e organiza as classes subalternas em torno de seus interesses; desvenda a realidade; sustenta a existência de conflitos entre as classes; inter-relaciona os fatos, para facilitar uma compreensão de conjunto; politiza a comunidade; propicia o diálogo e a participação no que diz respeito às decisões; é economicamente instável; tem um raio de ação limitado; não tem assegurado acesso às ondas nem à alta tecnologia.¹⁹⁴ É a comunicação de circulação limitada, produzida quase artesanalmente. O processo de criação é conjunto; constrói uma realidade distinta da grande mídia.¹⁹⁵ É caracterizada ainda por inúmeras dificuldades, como: poucos recursos; falta de capacidade técnica; tempo limitado; entraves burocráticos, políticos e legais.¹⁹⁶

Tratamos aqui tanto da comunicação midiática – rádio e jornal comunitários, Internet, cinema da periferia – quanto o teatro, a música, a dança, as artes e outras formas de manifestação cultural e meios de se comunicar. Nos referimos aos meios de comunicação comprometidos com questões políticas contra-hegemônicas, pois é sabido que existem outros que se intitulam comunitários mas possuem objetivos diversos – assistencialistas, político-eleitorais, religiosos, comerciais.

Os canais são simples e de baixo custo. Os veículos, baratos e rudimentares. Há ainda variados tipos de canais impressos, visuais, sonoros e audiovisuais: festas, celebrações religiosas, poesia, boletim, mural, panfleto, cartilha, folheto, cartaz, faixas, camisetas, fotografias, vídeos, alto-falantes, carros de som etc.¹⁹⁷

Alguns veículos têm como objetivos resgatar a história, as tradições, a cultura local, as festas, as lendas, mitos, a religiosidade; apoiar a organização e lutas do bairro; lutar pela democratização da comunicação; valorizar os artistas, a poesia, a música locais.¹⁹⁸

A forma em si de se fazer esta comunicação é contra-hegemônica. Se permite o informal, a linguagem popular, o sentido coletivo de propriedade, gestão, programação dos conteúdos, além do aspecto do trabalho voluntário. É um local em que percebe-se a reprodução da grande mídia mas também apontam-se novas perspectivas.

Este tipo de mídia, em geral, é construída coletivamente. É feita a partir da participação popular. Os conteúdos devem ser discutidos nas comunidades pelos comunicadores populares e por aqueles que tiverem interesse.

¹⁹⁴ Festa, R., *apud* Peruzzo, C., 1998, p. 134-135.

¹⁹⁵ Peruzzo, C., 1998, p. 123.

¹⁹⁶ Peruzzo, C., 1998, p. 295.

¹⁹⁷ Peruzzo, C., 1998, p. 148.

¹⁹⁸ Peruzzo, C., 1998, p. 162.

A participação na comunicação possibilita a pessoa tornar-se *sujeito* de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura.¹⁹⁹

Refletindo a expressão dos setores populares organizados da sociedade civil, é um poderoso instrumento de educomunicação popular. Deve desenvolver a consciência crítica, o intelecto, a auto-estima.

Pode inferir modificações em nível de cultura e contribuir para a democratização dos meios comunicacionais e da sociedade, cuja transformação imediata não consegue levar, por suas limitações e contradições e sua inserção numa grande diversidade cultural.²⁰⁰

As rádios e canais comunitários de televisão “conectam as aldeias e os bairros urbanos na busca de informação e de uma comunicação que responda a suas demandas de justiça social e de reconhecimento político e cultural”. Esse espaço abre “a possibilidade não de serem *representados*, mas de serem *reconhecidos*: de fazer ouvir a própria voz, de poder dizer-se com suas linguagens e relatos.”²⁰¹ A mídia comunitária é capaz de oferecer “um discurso reflexivo, organizado, aberto e público sobre o próprio grupo, sobre o Outro e sobre o mundo.”²⁰²

A razão para a implantação de veículos comunitários é a “vontade de produção de discurso próprio, sem filtros e intermediários”²⁰³. Há envolvimento e participação da comunidade e os assuntos são relacionados às questões locais.²⁰⁴ Há contextualização dos assuntos, trabalhando seus efeitos e causas.²⁰⁵

A comunicação comunitária, nas palavras da especialista brasileira no assunto Raquel Paiva, é investida de “um poder de resgate da solidariedade humana”, no sentido de “uma estratégia dos que, por viverem na escassez ou à margem, constroem um saber particular de convivialismo e de experiência local”.²⁰⁶

É orientada “não por uma lógica puramente empresarial, mas principalmente por determinações grupais ou comunais”²⁰⁷. Não é suficiente denunciar as manipulações

¹⁹⁹ Peruzzo, C., 2002.

²⁰⁰ Peruzzo, C., 1998, p. 119.

²⁰¹ Martín-Barbero, J., 2005, p. 73-74.

²⁰² Elhajji, M., 2005, p. 201.

²⁰³ Paiva, R., 2003, p. 139.

²⁰⁴ Paiva, R., 2003, p. 139-140.

²⁰⁵ Paiva, R., 2003, p. 140.

²⁰⁶ Paiva, R., 2003, p. 19.

²⁰⁷ Paiva, R., 2003, p. 48.

realizadas pelos grandes sistemas de rádio, TV, jornais. “Há que se procurar ocupar os espaços abertos e propugnar pelo acesso a esses veículos, por sua descentralização e por seu reordenamento ético-político.”²⁰⁸

Paiva coloca as principais características do veículo comunitário – que apropriamos quando falamos de comunicação do oprimido: comprometimento político; promover a educação e a participação da população local²⁰⁹.

A proposta comunitária tem por princípio a comunhão e a partilha entre os indivíduos – não necessariamente vinculados a um território.²¹⁰ Tendo ainda a questão das identificações, afetividade e proximidade.²¹¹ A comunicação em rede amplia também o conceito de comunidade.

As produções devem provocar reflexão, educação e modificação de costumes ao invés de escapismo e resfriamento de tensões.²¹² Pensar em comunicação comunitária é apelar para a presença do aspecto dinâmico e reivindicatório. Os grupos, ao se constituírem e terem por vínculo questões de interesse comum, têm um papel decisivo de interferir nas decisões do poder público.²¹³ A vontade comum e o interesse coletivo predominam. O indivíduo encontra-se ligado, em relação.²¹⁴ A comunidade é fundada sobre sentimentos de fraternidade, confiança, reciprocidade.²¹⁵

Mas o termo “comunitário” vem sendo empregado “para identificar diferentes processos comunicacionais, desde formas de ‘comunicação do povo’ até experiências desencadeadas no âmbito da mídia comercial de grande porte.”²¹⁶

Hoje, pesquisar a comunicação comunitária e suas várias articulações torna-se determinante, mas este empreendimento exige um esforço hermenêutico de imediato. Isto porque, o trabalho conceitual requer uma reinterpretação do termo, que aporta no novo século com um espectro amplo de entendimentos e conotações que dificultam ainda mais sua inserção como uma ordem gerativa de transformações.²¹⁷

²⁰⁸ Peruzzo, C., 1998, p. 277.

²⁰⁹ Paiva, R., 2003, p. 145.

²¹⁰ Paiva, R., 2003, p. 66.

²¹¹ Paiva, R., 2003, p. 72.

²¹² Paiva, R., 2003, p. 142.

²¹³ Paiva, R., 2003, p. 56.

²¹⁴ Paiva, R., 2003, p. 84.

²¹⁵ Paiva, R., 2003, p. 97.

²¹⁶ Peruzzo, C. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0094-1.pdf>>. Acesso em jun. 2009.

²¹⁷ Paiva, R. A comunicação como projeto social. In: Anais do IV ENDICOM. Montivedeo: 2001.

Como alerta Paiva, “é imperativo não incorrer no erro de idealização do sistema comunitário supondo-o produtor de discursos sempre relativos ao cotidiano e a um projeto comum.”²¹⁸

O termo popular designa a comunicação desenvolvida no âmbito dos movimentos de base ou populares (das mulheres, das associações de moradores, das pastorais etc.), onde são produzidos boletins mimeografados, panfletos, rádios de alto falantes etc.²¹⁹ A comunicação popular não é um fenômeno recente. Mas aparece de forma mais significativa no campo da comunicação social nos anos setenta. Ela apropria e incorpora as linguagens, religiosidade e outras características da cultura popular.

A comunicação popular representa uma forma alternativa de comunicação e tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina como um todo. Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação. [...] A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política.²²⁰

No Brasil, a terminologia alternativa nomeia, à época da ditadura, a comunicação feita pelos intelectuais no sentido de resistência – veículos como Opinião, Pasquim e Coojournal.²²¹

A comunicação é “alternativa” no sentido de ser uma opção em relação à grande mídia no tocante ao conteúdo, e de ser desvinculada política e economicamente dos setores das classes dominantes e do governo. A comunicação alternativa não necessariamente vincula-se às questões de classe, podendo ser alternativa no sentido de criatividade, arte erudita, experimental, enfim, uma *alternativa* a grande mídia de massas.

Todas essas posições, longe de serem estáticas, são instáveis, a medida em que há meios comunitários que possuem características dirigistas e até comerciais. A comunicação não massiva não é automaticamente sinônimo de revolução ou de democracia. Pode ser usada

²¹⁸ Paiva, R., 2003, p. 56.

²¹⁹ Cogo, D. Da comunicação rural aos estudos de audiência: influências da obra de Paulo Freire no ensino e na pesquisa em comunicação social. Rastros Revista do Núcleo de Estudos Em Comunicação, Joinville, v. 1, n. 1, p. 29-36, 1999. Disponível em: <<http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/rastros01/rastros0103.html>>.

Acesso em: out. 2009.

²²⁰ Peruzzo, C., 2006.

²²¹ Cogo, D., 1999.

e manipulada para fins eleitoreiros. Reproduz também autoritarismo, interesses por parte das lideranças e falta de coerência com a opção assumida. É um processo conflituoso e contraditório.

Nossa herança histórica hierárquica e patrimonialista, que sempre estimulou a dependência e os laços pessoais e clientelistas com o Estado, com os de cima, com os políticos tradicionais, deixa marcas profundas inclusive nos movimentos sociais progressistas.²²²

Para Eduardo Coutinho²²³, há uma debilidade hoje por parte das organizações culturais da sociedade civil – em especial dentro das comunidades pobres:

Basta pensar nas instituições de ensino, precarizadas pelas políticas de educação; nas associações de moradores, transformadas, muitas vezes, em sedes da chamada “política mineira” ou coagidas pelo tráfico; nos partidos políticos, esvaziados, eleitoreiros, sem função orgânica na comunidade; e mesmo nas escolas de samba, controladas a ferro e fogo pelo jogo do bicho. Nesse quadro, o “terceiro setor”, despolitizado, patina entre o assistencialismo e o oportunismo [...] Em larga medida, as rádios livres e comunitárias perderam sua função contra-hegemônica, pondo no ar uma programação muito parecida com a das grandes emissoras: mesmas músicas, mesmas mensagens, mesma lógica. [...] [E] são reprimidas pela coerção estatal, que as impede, na prática, de existirem legalmente.²²⁴

Para o autor, “a população dos morros e subúrbios cariocas, com raras exceções, não dispõe de instrumentos eficazes de criação e expressão de uma consciência alternativa, contra hegemônica.”²²⁵ Coutinho coloca que “a comunicação do oprimido nas comunidades periféricas está reduzida à uma esfera mínima: a esfera da comunicação oral, dialogal, interpessoal”. E essa esfera ganha eco através do samba, uma das principais formas de expressão das classes populares do Rio de Janeiro desde as primeiras décadas do século passado.²²⁶

Neste sentido, o autor aponta para a emergência de lideranças intelectuais como o sambista Bezerra da Silva, expressando através do samba a fala dos moradores de favelas, sua consciência crítica, sua linguagem, valores e práticas.

²²² Vasconcelos, E., 2003, p. 13

²²³ Coutinho, E. G., 2008a, p. 63.

²²⁴ Coutinho, E. G., 2008a, p.63.

²²⁵ Coutinho, E. G., 2008a, p. 64.

²²⁶ Coutinho, E. G., 2008a, p. 65.

Para Joel Rufino dos Santos²²⁷, a história dos pobres (contada por eles, ou em que eles são sujeito), não é contada pelos livros de história, mas pela música popular, pelo samba, pela arquitetura e decoração de suas casas, pelo futebol-arte, pela literatura oral.

A comunicação não massiva não é, como vimos, esfera totalmente comprometida com mudanças e reivindicações sociais. Por outro lado, há hoje nos telejornais locais de grandes emissoras espaço, por exemplo, para reivindicações como melhoria das condições básicas de vida das comunidades pobres (água, esgoto, coleta de lixo), denunciando, cobrando o Estado e prestando serviços.

Além disso, algumas metas e linguagens antes restritas ou acessíveis apenas aos meios alternativos começaram a ser incorporadas na programação da mídia massiva por pressão ou iniciativa própria. E muitos grupos populares passaram a ocupar espaço também na grande mídia. Na lógica “ceder para sobreviver”, a cultura da grande mídia incorpora elementos de diferentes esferas: erudita, popular, massiva, local, nacional, internacional.

Em relação a comunicação do oprimido que propomos, os elementos fundamentais são, como propostos por Freire, o diálogo, a conscientização e a participação popular. No intuito de superação da opressão, a comunicação deve ser forjada pelo oprimido. Para tanto é necessário a quebra do pre-conceito em relação ao homem comum. Com a descrença no homem e no diálogo, pretende-se a continuação do status quo. Como alerta Freire,

[Há] uma inegável descrença no homem simples. Uma subestimação do seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de que procurar conhecer: o de sujeito desta procura. Daí a preferência por transformá-lo em objeto do “conhecimento” que se lhe impõem. Daí esse afã de fazê-lo dócil e paciente receptor de “comunicados”, que se lhe introjetam, quando o ato de conhecer, de aprender, exige do homem uma postura impaciente, inquieta, indócil. [...] Esta descrença no homem simples revela, por sua vez, um outro equívoco: a absolutização de sua ignorância. Para que os homens simples sejam tidos como absolutamente ignorantes, é necessário que haja quem os considere assim. Estes, como sujeitos desta definição, necessariamente a si mesmos se classificam como aqueles que sabem. Absolutizando a ignorância dos outros, na melhor das hipóteses relativizam a sua própria ignorância.²²⁸ [...] É preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também. Se esta crença nos falha, abandonamos a idéia, ou não a temos, do diálogo, da reflexão, da comunicação e caímos nos *slogans*, nos comunicados, nos depósitos, no dirigismo. Esta é uma ameaça contida nas inautênticas adesões à causa da libertação dos homens.²²⁹

²²⁷ Santos, J. R., 2004, p. 35.

²²⁸ Freire, P., 2006a, p. 46.

²²⁹ Freire, P., 2006a, p. 60.

Na década de 1960, no Uruguai, o educador-comunicador Mario Kaplún provou, com êxito, que era possível fazer comunicação educativa que entretece com audiência. No Canal 12 de Montevideu, produziu e apresentou um programa semanal de opinião intitulado *Mi sala de audiências*, um programa polêmico, de debates políticos e sociais, com cerca de duas horas. Teórico que preconizava a práxis, deixou um “legado utópico”:

Na sua prática comunicativa Kaplún buscou as mais variadas alternativas de aproximar as populações menos favorecidas do acesso à educação pela comunicação [...]. Suas ações foram realizadas no sentido de construir alternativas que servissem para abrir uma via de mão dupla no campo comunicacional. Primeiro fazendo uma crítica à complacência, ao marasmo e a não participação efetiva no processo. Em um retrato fiel de seus pensamentos, “uniu a razão e a poesia, o rigor e o humor”. Foi capaz de compreender que não bastava ganhar simultaneamente receptores sem potencializar os emissores.²³⁰

Kaplún construiu métodos e técnicas inovadoras para quebrar a lógica emissor que fala, receptor que assiste passivamente. “Sua criação principal foi o método *cassete-forum*, por meio do qual otimizou uma tecnologia rudimentar, implementando a comunicação de retorno, que permitiu o diálogo a distância, não apenas entre pessoas, mas entre grupos.”²³¹ Era uma possibilidade de comunicação interativa, especialmente em programas de educação de adultos ou em projetos dirigidos a trabalhadores rurais e urbanos.

O Brasil se formou historicamente com a predominância do mutismo, da não participação política e falta de vivência comunitária. Sem diálogo. De forma vertical. Sob o jugo “feudal”. Sem participação popular. Sob uma autoridade externa, dominadora, paternalista e antidemocrática. Mas isso não é destino eterno.

Partindo do princípio de que o real é construído socialmente e culturalmente, portanto, passível de transformação (pois o que é construído a partir das relações sociais não é natural, da ordem da natureza, ou algo dado e pode ser destruído, desconstruído e reconstruído), percebemos possibilidades de mudanças efetivas na ordem cultural e social vigente – mesmo que pontuais e muito lentamente – para que a história possa ser contada pelos oprimidos.

Como afirma o historiador inglês Peter Burke, a história tradicional tem sempre se concentrado nos “grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos”; nos acontecimentos políticos, portanto, elaborados por meio de registros

²³⁰ Melo, J. M., 2006.

²³¹ Melo, J. M., 2008, p. 67.

oficiais que expressam o ponto de vista oficial. A história oferece uma visão de cima e ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário.²³²

Alguns novos historiadores hoje estão preocupados com a “história vista de baixo”; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência de vida.²³³

O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. O relativismo cultural aqui implícito merece ser enfatizado. A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída.²³⁴

O filósofo francês Gaston Bachelard explica que não há verdades primeiras, mas apenas erros primeiros. Uma verdade se constrói. Portanto, ela é sempre verdade de circunstância. Uma verdade é provisória, sempre transitória. A verdade não é nem objeto nem sujeito, mas projeto, ou seja, “uma construção em direção à qual nós vamos, que implica nossa responsabilidade, nosso modo de apropriação do saber”. Afirma, ainda, que a verdade é “filha da discussão”. É confrontando os capitais culturais que se constrói uma verdade, da qual cada um pode se apropriar. Assim, todo saber é uma perpétua retificação. No que diz respeito à mídia, essa retificação pode ser feita pela diversificação das fontes.²³⁵

Nas palavras do mestre Paulo Freire, “transformar a realidade opressora é tarefa histórica.”²³⁶ A desumanização é um fato concreto na história, porém, não é destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores.²³⁷

A realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens. Também não se transforma por acaso [...] A práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela (a práxis) é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos.²³⁸

A transformação deve emergir do oprimido, é importante que se frise. O papel da mídia do oprimido não deve ser “dar a ele”, mas instrumentalizá-lo. A comunicação fora da grande mídia é o espaço mais exequível para a expressão-consientização-educação-politização do sujeito pois é capaz de romper a dicotomia emissor/receptor e se tornar um meio de fala coletiva.

²³² Burke, P., 1992, p. 12-13.

²³³ Burke, P., 1992, p. 12-13.

²³⁴ Burke, P., 1992, p.11.

²³⁵ Bachelard *apud* Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 153.

²³⁶ Freire, P., 2006b, p. 41.

²³⁷ Freire, P., 2006b, p. 32.

²³⁸ Freire, P., 2006b, p. 42.

Os meios de comunicação têm tarefa importante na (des/re)construção do mundo de hoje. É importante defender e praticar uma comunicação que respeite “no homem a sua ontológica vocação de ser sujeito”²³⁹. Inspirados em Freire, podemos dizer que é preciso construir uma comunicação “corajosa”, uma comunicação “que leve o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço.”²⁴⁰ A comunicação deveria possibilitar e inspirar uma mudança de atitude no homem, que “substituísse antigos e culturológicos hábitos de passividade por novos hábitos de participação e ingerência”²⁴¹. Que levasse a posições “mais indagadoras, mais inquietas, mais criadoras.”²⁴²

O caminho mais viável para construção dessa comunicação é a crença no povo. É rejeitar fórmulas dadas. Acreditar que temos algo a permutar com os homens e mulheres simples e nunca exclusivamente oferecer-lhes (nós, comunicólogos). Experimentar novos métodos, novas técnicas, novos processos de produção e comunicação. Só nas bases populares e com elas pode-se realizar algo de sério e autêntico para elas.

Esse é o momento catártico gramsciano: a passagem da esfera da manipulação imediata (recepção passiva do mundo) para a esfera da totalidade (modificação do real). A passagem da consciência egoístico-passional (particularista) para a consciência universal (participação), ético-política. Passagem do objetivo ao subjetivo, da necessidade à liberdade. O momento em que a classe social deixa de ser puro fenômeno econômico para se tornar sujeito consciente da história graças a uma vontade coletiva.²⁴³ O processo catártico é o momento da liberdade, da teleologia, do dever-ser, da iniciativa do sujeito.²⁴⁴

A união dos oprimidos deve se dar, segundo Freire, na ação cultural. E essa ação, hoje, se manifesta através do diálogo, da comunicação interpessoal, da educação politizada, dos movimentos artísticos e sociais engajados, em síntese, da comunicação do oprimido.

4.2 Os movimentos sociais populares como mediações

Os movimentos sociais populares aqui tratados são os grupos que se organizam e se manifestam por meio do que chamamos de comunicação do oprimido. Esses movimentos

²³⁹ Freire, P., 2007a, p. 44.

²⁴⁰ Freire, P., 2007a, p. 100-101.

²⁴¹ Freire, P., 2007a, p. 101.

²⁴² Freire, P., 2007a, p. 104.

²⁴³ Coutinho, C. N., 1999, p. 53-54.

²⁴⁴ Coutinho, C. N., 1999, p. 57.

atuam na esfera da sociedade civil – expressão que deve ser utilizada com certa cautela pois, como afirma o filósofo e historiador marxista cubano Jorge Luis Acanda,

tanto os grupos democráticos e de esquerda, descontentes com os resultados do galopante processo de globalização capitalista, quanto os representantes do neoconservadorismo ideológico e do neoliberalismo econômico, que aplaudem essa mesma globalização, se identificam com a expressão [sociedade civil].²⁴⁵

Ressaltamos, com base em Acanda, a dose de imprecisão e indefinição, a elasticidade semântica e a maleabilidade do conceito de sociedade civil, que é referência tanto para a esquerda quanto para a direita.²⁴⁶

Como observou Antonio Gramsci, a luta por uma nova cultura, capaz de se contrapor à visão de mundo dominante se dá no âmbito da sociedade civil, entendida como o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias: escolas, igrejas, partidos, sindicatos, ONGs, meios de comunicação, etc. É na sociedade civil que os diferentes grupos sociais lutam para construir e impor a sua visão de mundo, sua liderança intelectual e moral.²⁴⁷

Dentro das múltiplas interpretações estudadas por Acanda, nos baseamos, neste estudo, naquela que coloca a sociedade civil como sendo todos os grupos e organizações que não fazem parte da ordem dominante ou da classe governante. Termos como “movimentos sociais”, “organizações sociais” ou “de base” e “organizações não governamentais” passaram também a ser sinônimos de “sociedade civil”.²⁴⁸

O autor ressalta a importância do conceito:

Penso que existem duas razões essenciais para explicar a insistência dos diversos setores empenhados no esforço democratizador na idéia de sociedade civil. Em primeiro lugar, percebe-se sua capacidade (não apenas como bandeira política, mas também como instrumento teórico) para conceber uma estratégia de luta política de novo tipo, radicalmente diferente da tradicional, e que se fundamenta no desejo de combater o sistema *a partir de dentro*, utilizando as possibilidades que oferece, suas contradições, seus espaços vazios, suas incoerências. [...] A segunda razão está vinculada à existência de um maior interesse na importância e nos efeitos dos laços informais, nos processos culturais e simbólicos, e nas instituições da vida pública. A referência à idéia de sociedade civil, de uma perspectiva democratizadora, sublinha a utilização dos laços do mundo de vida da comunidade e das culturas locais na criação

²⁴⁵ Acanda, J. L., 2006, p. 15.

²⁴⁶ Acanda, J. L., 2006, p. 23.

²⁴⁷ Coutinho, E. G.; Paiva, R. Escola Popular de Comunicação Crítica: uma experiência contra-hegemônica na periferia do Rio de Janeiro. E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Abril, 2007.

²⁴⁸ Acanda, J. L., 2006, p. 22.

de elementos de resistência ao poder que se apóiem em formas culturais originadas da práxis cotidiana dos povos ou de determinados grupos sociais.²⁴⁹

Quando falamos em movimentos sociais populares organizados pela sociedade civil, estamos nos referindo ao conjunto de organizações das classes subalternas que são constituídas com objetivos explícitos de tentarem obter um melhor nível de vida através da garantia da satisfação dos direitos básicos de sobrevivência e dos direitos de participação política na sociedade.²⁵⁰

Os projetos de comunicação comunitária foram gestados no interior dessas organizações nos anos setenta e oitenta.²⁵¹ A Comunicação do Oprimido proposta é forjada no âmbito desses movimentos a partir das relações sociais.

As relações sociais podem ser divididas em primárias ou secundárias. As primárias são aquelas advindas do cotidiano e da convivência espaço-temporal (física) bem delimitada, a exemplo do parentesco, amizades, vizinhança, religião; já as secundárias são as que se fundamentam nas redes politicamente construídas, em geral, provenientes de movimentos sociais ou partidos políticos. Nas camadas periféricas da população este caráter solidário e democrático das redes sociais a partir da sociedade civil acaba por favorecer o oferecimento de informações, bens e serviços não disponibilizados pelo Estado neoliberal.²⁵²

Enquanto ocorre a apatia dos partidos políticos e a corrupção e burocratização das instituições estatais, “assistimos a uma multiplicação de movimentos em busca de outras institucionalidades, capazes de *dar forma* às pulsões e aos deslocamentos da *cidadania* para o âmbito cultural e do plano da representação para o do *reconhecimento* instituinte.”²⁵³

A comunicação que parte desses grupos é uma das – senão a maior – forma de articulação dos grupos excluídos.

Acreditando na possível emancipação dos homens, Martin-Barbero considera que as novas esperanças para a transformação da sociedade se enraízam nos setores populares urbanos, na solidariedade da cultura de bairro e dos grupos artísticos, nos grafites e na música jovem, nos movimentos de mulheres e populações pobres, onde vê a fonte de uma institucionalidade nova, fortalecendo a sociedade civil – apesar de em muitos momentos também reproduzirem estereótipos e hierarquias injustas da cultura hegemônica.²⁵⁴

²⁴⁹ Acanda, J. L., 2006, p. 48-49.

²⁵⁰ Peruzzo, C. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. In: PCLA, v. 4, n. 1, out/nov/dez. 2002.

²⁵¹ Peruzzo, C., 1998, p. 21.

²⁵² Scherer-Warren, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

²⁵³ Martin-Barbero, J., 2003, p. 18.

²⁵⁴ Canclini, N. G., *apud* Martin-Barbero, J., 2003, p. 25.

Colocando a comunicação como questão de *mediações* mais que de meios, ou seja, questão de *cultura*, o pesquisador colombiano Jesús Martin-Barbero revê o processo inteiro da comunicação a partir de seu *outro* lado, o da recepção, da resistência e da apropriação a partir de seus usos. Investiga os processos de constituição do massivo “a partir das mediações e dos sujeitos, isto é, a partir das articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais.”²⁵⁵ O popular pode sim ser afirmado como espaço de criatividade, de atividade e produção. A posição romântica faz progredir “a idéia de que existe, para além da cultura oficial e hegemônica, outra cultura.”²⁵⁶

O autor aponta a capacidade do homem em transformar o presente e construir o futuro. “Mais do que nas obras, a arte reside é *na experiência*. E não na de alguns homens especiais, os artistas-gênios, mas até na do homem mais humilde que sabe narrar, ou cantar, ou entalhar a madeira.” Essa arte é baseada na espontaneidade e na imaginação. O que faz autêntica uma arte é a capacidade de expressar a voz coletiva.²⁵⁷ As culturas marginais possuem um duplo caráter: são dominadas e são possuidoras de uma existência positiva a ser desenvolvida. O autor pensa o popular na cultura não como sua negação, mas como experiência e produção.²⁵⁸

Um deslocamento que foi num só tempo político e metodológico permitiu a Benjamin ser pioneiro da concepção que desde meados dos anos 1960 nos está possibilitando desbloquear a análise e a intervenção sobre a indústria cultural: a descoberta dessa experiência outra que a partir do oprimido configura alguns modos de resistência e percepção do sentido mesmo de suas lutas, pois, como ele afirmou, ‘não nos foi dada a esperança, senão pelos desesperados’.²⁵⁹
[...] A *capacidade de ação* – de domínio, imposição e manipulação –, que antes era atribuída à classe dominante, é transferida agora para a capacidade de ação, resistência e impugnação da classe dominada.²⁶⁰

Em seus estudos Martin-Barbero dá atenção especial às mediações e aos movimentos sociais. Sobrecarregada tanto pelos processos de transnacionalização quanto pela emergência de sujeitos sociais e identidades culturais novas, *a comunicação* está se convertendo num espaço estratégico a partir do qual se podem pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam essas sociedades-encruzilhada, a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva. Assim, o eixo do debate deve se deslocar dos

²⁵⁵ Martin-Barbero, J., 2003, p. 28-29.

²⁵⁶ Martin-Barbero, J., 2003, p. 40.

²⁵⁷ Martin-Barbero, J., 2003, p. 47.

²⁵⁸ Martin-Barbero, J., 2003, p. 76.

²⁵⁹ Martin-Barbero, J., 2003, p. 91-92.

²⁶⁰ Martin-Barbero, J., 2003, p. 118.

meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais.²⁶¹

O bairro é o campo fundamental para a gestação da solidariedade, matriz essencial da articulação dos movimentos sociais. São suas associações e centros que dispõem de uma amplitude e uma atmosfera capazes de congregar. O estudo dos usos nos obriga a “deslocarmos o espaço de interesse dos meios para o lugar onde é produzido o seu sentido: para os movimentos sociais e de um modo especial para aqueles que *partem* do bairro.”²⁶²

Numa sociedade tão pouco institucionalizada, as associações populares – desde os mutirões e os refeitórios de bairro até os centros de educação – vão construindo um tecido social que vai *desenvolvendo uma nova institucionalidade*, fortalecendo a sociedade civil, apresentando traços de novas relações sociais e sujeitos coletivos.²⁶³

Martin-Barbero assinala a redescoberta do popular, a revalorização das articulações e mediações da sociedade civil, e o “sentido social dos conflitos para além de sua formulação e síntese política”, reconhecendo experiências coletivas “não enquadradas nas formas partidárias.”²⁶⁴ Ilustra sua argumentação trazendo como exemplo a experiência dos países sob regimes autoritários da América Latina, nos quais os modos de “resistir e opor-se procederam em boa parte de espaços outros que não os considerados pela análise tradicional, como as comunidades cristãs, os movimentos artísticos, os grupos de direitos humanos.”²⁶⁵

As mediações culturais, ou seja, a própria cultura dos bairros populares, os modos de viver e pensar e as tradições são, na análise de Martin-Barbero, instrumentos de articulação e organização popular. Freire, como educador, coloca o papel da educação libertadora, dialógica, política e crítica como meio de transformação social e cultural. Aplicando os conceitos dos dois autores à nossa época histórica midiática e à nossa realidade nacional de forma dialética (conservando e atualizando), qualquer instituição social ou organização que reúna pessoas interessadas em mudanças possui essa força transformadora e o instrumento é o diálogo e a comunicação – comunicação em seu sentido amplo, seja interpessoal ou mediada por sistemas diversos, como colocado anteriormente.

As redes locais que se articulam por meio de organizações comunitárias, muitas vezes, propõem que a transformação social não é apenas exercida quando o Estado exerce seu

²⁶¹ Martin-Barbero, J., 2003, p. 270.

²⁶² Martin-Barbero, J., 2003, p. 281.

²⁶³ Frias e Romero *apud* Martin-Barbero, J., 2003, p. 284.

²⁶⁴ Martin-Barbero, J., 2003, p. 296.

²⁶⁵ Martin-Barbero, J., 2003, p. 298.

papel de provedor de infra-estrutura. Tais redes, em sua práxis, parecem demonstrar que o local da transformação é dado também pela voz do indivíduo como sujeito na construção do conhecimento e da informação.

Martin-Barbero, Gramsci e Freire colocam a cultura como local de mudanças. A comunicação do oprimido pode ser capaz de assumir um determinado papel político e ideológico pressupondo deslocamento do consenso, da visão de mundo e da ordem dominante.

Fazendo uma metáfora à linguagem militar, Gramsci fala da “guerra de posição” como método para a conquista da hegemonia e do poder, uma longa luta para conquistar as trincheiras da sociedade civil. “No âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*.”²⁶⁶ As batalhas devem ser travadas na sociedade civil, visando à conquista de posições e espaços e do consenso. “Seu conceito de ‘sociedade civil’, sua concepção ampliada do Estado, parte precisamente do reconhecimento dessa socialização da política no capitalismo desenvolvido, dessa formação de sujeitos políticos coletivos de massa.”²⁶⁷

O Estado em sentido amplo [...] comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.²⁶⁸

A hegemonia é uma direção ideológica que se traduz numa homogeneidade de pensamento. A contra-hegemonia busca um espaço de transformação, de mudanças. Democratizar a comunicação é um princípio contra-hegemônico, contra uma ordem estabelecida de idéias, posições, costumes e ordem social. E essa democratização se dá por meio do diálogo, da educação informal, em síntese, do que chamamos de comunicação do oprimido, partindo hoje em grande parte dos movimentos populares.

²⁶⁶ Coutinho, C. N., 1999, p. 77.

²⁶⁷ Coutinho, C. N., 1999, p. 75.

²⁶⁸ Coutinho, C. N., 1999, p. 76-77.

Esses movimentos promovem hoje iniciativas de defesa de direitos, de conscientização, de militância política, de lutas por mudanças na legislação e nas políticas públicas.²⁶⁹

Movimentos populares reivindicatórios com feições diversas existem, no Brasil, desde a época colonial e o início da República, como o Quilombo dos Palmares, a Cabanagem (1831-1840), a Greve de 1917, os movimentos operários, entre outros.²⁷⁰ Começam a denunciar, resistir e organizar-se em torno de reivindicações, percebendo a necessidade de ação coletiva para intervir nos processos decisórios do poder público.²⁷¹

Num panorama histórico mundial recente, pode-se afirmar que nos anos 1990 surgem as novas redes com bases em uma sociedade civil internacional fomentando a idéia de que um “novo mundo é possível” materializada por meio de eventos anticapitalistas e antineoliberais. “O desejo tem sido, nos últimos anos, conciliar esta abertura da agenda teórica e política com os compromissos históricos de crítica à sociedade capitalista e de transformação histórica, em um novo projeto estratégico de sociedade.”²⁷²

Os movimentos vão criando estratégias de conquista de posições, tomando espaços, mesmo que não consigam a ruptura imediata do sistema. São respostas imediatas da sociedade civil aos seus problemas e aspirações. “Os movimentos coletivos se dão mais em torno das condições imediatas de existência, que requerem mudanças, do que da transformação revolucionária global da sociedade.”²⁷³

A centralidade absoluta do marxismo no trabalho e nas classes sociais tem sido desafiada por uma agenda social e política mais ampla, aberta a questões de gênero, etnicidade, raça, questões ambientais, preferência erótica, deficiências, temas geracionais, estados subjetivos e outras questões²⁷⁴

Existe hoje uma grande diversidade e homogeneidade de movimentos: ligados aos bens coletivos (associações de moradores e outros que se unem para reivindicar melhorias no transporte coletivo, coleta de lixo, saúde etc.). Movimentos envolvidos na questão da terra (Sem-Terra). Ecológicos; de etnia; gênero; dedicados às questões trabalhistas (sindicatos); na defesa pelos direitos humanos; da infância. Muitos não questionam de modo absoluto o regime capitalista nem têm por objetivo a transformação das estruturas de dominação, mas

²⁶⁹ Vasconcelos, E., 2003, p. 15.

²⁷⁰ Peruzzo, C., 1998, p. 25.

²⁷¹ Peruzzo, C., 1998, p. 31.

²⁷² Vasconcelos, E., 2003, p. 83.

²⁷³ Peruzzo, C., 1998, p. 133.

²⁷⁴ Vasconcelos, E., 2003, p. 81.

sim lutam por causas específicas: reivindicatórias, direitos civis, melhoria nas condições de vida.²⁷⁵

Tais movimentos possuem, em geral, características comuns como as questões de conscientização, mobilização, articulação, formação política dos participantes, ações coletivas. Muitos trabalham no campo das parcerias com órgãos públicos, empresas privadas, ONGs, associações de moradores. Peruzzo escreve:

Enfim, é toda uma rede que se constitui a partir de movimentos e organizações muito diversificados em seus objetivos imediatos, em suas táticas e em sua prática concreta, mas que também apresentam muitas coisas em comum. No conjunto, podem estar conformando uma nova cultura política e a democratização da sociedade.²⁷⁶

Os movimentos têm limitações e podem ser transitórios, “mas desde o contexto em que despontaram até os dias atuais manifestam características inovadoras que merecem ser ressaltadas”.²⁷⁷

São criações da sociedade civil que não tiram espaço dos canais tradicionais de representação, mas, pelo contrário, podem somar esforços. “Representam estruturas novas que podem vir a contribuir na formação de um duplo poder. [...] São depositários de experiências da democracia direta, surgindo, talvez, para complementar a democracia representativa.”²⁷⁸

Para Morin, “a revolução não depende mais de um agente principal (o partido, o proletariado); de uma ação principal (a tomada de poder); de um núcleo social principal (os meios de produção)”. Precisa de múltiplas mudanças-transformações-revoluções simultaneamente, autônomas e independentes, em todas as áreas. Para o autor, “não há nenhum lado bom por onde começar; é preciso começar por todos os lados ao mesmo tempo”. E um desses lados é a comunicação sob todas as formas que ela pode revestir-se.²⁷⁹

A proliferação crescente dessas organizações não diminui ou substitui o papel do Estado como provedor de educação formal, mas é complementar e emergencial. Acreditamos ser papel do Estado – ao qual paga-se impostos – prover uma escola pública de qualidade, em período integral, onde haja espaço para prática de cursos ligados às artes, esporte, leitura crítica e inserção e uso de meios de comunicação (como nas escolas públicas européias hoje). Mas não podemos esperar a construção dessa escola ideal no Brasil enquanto meninos pobres – ao qual a única alternativa “vigente” é a criminalidade – tem uma expectativa de vida hoje

²⁷⁵ Peruzzo, C., 1998, p. 44-46.

²⁷⁶ Peruzzo, C., 1998, p. 47.

²⁷⁷ Peruzzo, C., 1998, p. 54.

²⁷⁸ Peruzzo, C., 1998, p. 69.

²⁷⁹ Morin *apud* Peruzzo, C., 1998, p. 277.

de menos de 25 anos nas favelas brasileiras. Além disso, o Estado pode participar na gestão e financiamento desses projetos – como alias já tem feito por meio de secretarias e convênios.

A contra-hegemonia se produz, em síntese, numa “ambiência politicamente articulada”²⁸⁰.

Coutinho chama a atenção para a existência no campo da comunicação de “pensadores de variados matizes teóricos e políticos que, sem perder de vista as relações materiais dominantes, desenvolvem uma reflexão a respeito do papel da comunicação na cultura tecnocapitalista”. Inspirados em Gramsci, compreendem “os meios de comunicação como instrumentos de hegemonia por meio dos quais uma classe ou fração de classe impõe sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade”. Mas essa perspectiva admite, no entanto, “a possibilidade de grupos subalternos construírem uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às idéias dominantes” – resistência político cultural a que Gramsci chamaria de contra-hegemonia.²⁸¹

A despeito do poder planetário das grandes corporações midiáticas, de sua avassaladora capacidade de criar o consenso necessário à dominação do capital, verificam-se, no âmbito da sociedade civil, inúmeras experiências culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência [...]: narrativas e dispositivos de visibilidade alternativa, estratégias de afirmação da diversidade cultural e de apropriação de territórios, infiltrações de vozes marginais na grande imprensa, comunicação alternativa em rede, movimentos juvenis de contestação à ordem neoliberal [...] com o respaldo das novas tecnologias da comunicação, programas televisivos alternativos, práticas comunicacionais de grupos da periferia, resistência ao pensamento único.²⁸²

Por movimentos populares entendemos, em síntese, todas as formas de mobilização e organização de pessoas de classes populares por meio de associações de moradores, grupos organizados em função de lutas específicas e outros de caráter de classe, movimentos de minorias, de comunidades, movimentos de conscientização e reivindicatórios que busquem participação política das classes populares em todos os setores da sociedade.

São movimentos situados nos espaços populares das cidades “capazes de afirmar a identidade de um grupo social historicamente marginalizado e expressar uma visão das comunidades populares diferente daquela veiculada pela grande mídia”, sendo um instrumento de contra-hegemonia.²⁸³

²⁸⁰ Sodré, M., 2008, p. 35.

²⁸¹ Coutinho, E. G., 2008, p. 8-9.

²⁸² Coutinho, E. G., 2008, p. 9.

²⁸³ Coutinho, E. G.; Paiva, R. Escola Popular de Comunicação Crítica: uma experiência contra-hegemônica na periferia do Rio de Janeiro. E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Abril, 2007.

Um dos caminhos contra-hegemônicos é a articulação de redes populares e alternativas de comunicação crítica. “O desenvolvimento de jornais, rádios e TVs comunitários é uma estratégia vital na luta por uma nova cultura.”²⁸⁴

Atuando na produção de discursos, imagens, informações elaborados a partir da ótica do morador da localidade popular, a mídia comunitária pode atender suas demandas sociais no campo da produção e da partilha da informação, representando, efetivamente, as diversas entidades e grupos que compõe a vida nessas localidades. Essas iniciativas retomam e atualizam lutas e esforços históricos de diversas organizações sociais pela construção de uma nova ordem de comunicação no Brasil.²⁸⁵

Esses esforços começaram no país com a imprensa operária no final do século 19 e tiveram grande impulso nos movimentos de igrejas, sindicatos e grupos de esquerda nos anos 1960 e atualmente florescem por meio das redes alternativas, dando continuidade aos processos contra-hegemônicos no cenário brasileiro e mais especificamente carioca – foco deste estudo. Os projetos que nascem a partir dos movimentos populares e alternativos criam condições para que as comunidades possam expressar sua fala histórica, marginal e popular.

A existência de mídias não hegemônicas não é algo novo. É parte de uma tendência antiga. Mas podemos apontar como atual o fato de serem hoje extremamente numerosas – tanto as mídias comunitárias quanto os estudos acadêmicos feitos hoje a seu respeito.

Percebemos atualmente uma evolução no cenário da mídia comunitária, já que a liberdade de expressão é maior hoje do que nas décadas passadas; o acesso aos meios de produção de comunicação é mais fácil; as tecnologias evoluíram, diversificaram-se e baratearam-se; a oferta de oficinas que ensinam a fazer se multiplicaram; a produção de conhecimento na área se intensificou; e até políticas públicas foram criadas para incentivar a comunicação popular e comunitária.²⁸⁶

Mas devemos também atentar para o fato de que por um lado, “os avanços democráticos e tecnológicos permitiram um significativo aumento do número de experiências em comunicação popular e comunitária nas décadas de 1990 e 2000”, mas, por outro, esse

²⁸⁴ Coutinho, E. G.; Paiva, R. Escola Popular de Comunicação Crítica: uma experiência contra-hegemônica na periferia do Rio de Janeiro. E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Abril, 2007.

²⁸⁵ Coutinho, E. G.; Paiva, R. Escola Popular de Comunicação Crítica: uma experiência contra-hegemônica na periferia do Rio de Janeiro. E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Abril, 2007.

²⁸⁶ Takada, P. M. Comunicação Popular no século XXI, por onde (re)começar? IX Congresso da ALAIC - Associação Latinoamericana de Investigadores en Comunicación. Out. 2008. Disponível em: <http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Com_popular/ponencias/GT15_6takada.pdf>. Acesso em: maio 2009.

aumento quantitativo não é necessariamente acompanhado qualitativamente “por um aprofundamento político das ações de seus protagonistas e, conseqüentemente, de seus conteúdos e impactos.”²⁸⁷ Em outras palavras, diversas organizações não-governamentais e seus projetos de comunicação comunitária, inclusão digital e empreendedorismo juvenil realizam práticas assistencialistas, travestidas com novas roupagens tecnológicas e vazias de conteúdos politizantes e políticos.

A participação popular, a conscientização, a articulação da comunicação com uma formação crítica e política, o receptor ativo e participante e a transformação social são ideais essenciais da práxis da comunicação do oprimido – mas que não norteiam todos os grupos ou organizações que trabalham ou atuam nessa esfera da comunicação.

4.3 Movimentos midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro - Mapeamento

Disseminam-se, mais do que nunca, no Brasil, e mais especificamente no Rio de Janeiro, movimentos populares atentos às questões de transformação social e conscientização política. Discute-se o papel da comunicação e da arte como formas de mobilização e articulação popular e meio de conhecimento. Jornal O Cidadão²⁸⁸; Revista OCAS²⁸⁹; rádios comunitárias; Lonas Culturais na periferia²⁹⁰; Teatro de Rua²⁹¹; Teatro do Oprimido²⁹²; proliferação de cursos pré-vestibulares comunitários²⁹³; movimentos como CEASM²⁹⁴, AfroReggae²⁹⁵, CUFA²⁹⁶, Nós do Morro²⁹⁷, Nós do Cinema²⁹⁸. Observatório de Favelas. Movimentos pela democratização da comunicação. Mostras de vídeo popular. Cursos de artes,

²⁸⁷ Takada, P. M. Comunicação Popular no século XXI, por onde (re)começar? IX Congresso da ALAIC - Associação Latinoamericana de Investigadores en Comunicación. Out. 2008. Disponível em: <http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Com_popular/ponencias/GT15_6takada.pdf>. Acesso em: maio 2009.

²⁸⁸ Jornal comunitário da Maré feito há 10 anos pelos e para os moradores desta localidade.

²⁸⁹ Revista de temas culturais, políticos e sociais vendida no Brasil exclusivamente por moradores de rua.

²⁹⁰ Projeto incentivado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que, desde 1993, leva cultura a periferia através de espaços feitos de lona.

²⁹¹ Teatro popular apresentado em praças e ruas. No Rio de Janeiro é realizado atualmente pelo ator e diretor Amir Haddad.

²⁹² Técnicas teatrais elaboradas pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal, cujo mote é a difusão da arte cênica e o acesso das camadas sociais menos favorecidas.

²⁹³ Atualmente, no Rio de Janeiro, há cerca de 100 cursos pré-vestibulares comunitários que, além de contribuírem para a democratização do acesso ao ensino e a inserção na universidade de grupos sociais menos favorecidos, discutem cultura e cidadania através de uma pedagogia crítica e participativa.

²⁹⁴ Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré.

²⁹⁵ Grupo cultural do Rio de Janeiro criado na e para a favela.

²⁹⁶ Central Única das Favelas – organização que atua nas esferas política, social, cultural e esportiva.

²⁹⁷ Grupo de teatro do morro do Rio de Janeiro.

²⁹⁸ Grupo de cinema do morro do Rio de Janeiro.

dança, cultura popular. Encontros e redes de comunicadores populares e independentes. Grupos universitários contra-hegemônicos de pesquisa e discussão.

Paiva aponta que

iniciativas que buscam a construção de um sentido comum de existência, como o grupo de teatro Nós do Morro, Afro-Reggae, a Escola Popular de Comunicação Crítica, a Federação das Rádios Comunitárias do Estado do Rio de Janeiro (Farc), Rede Viva Favelas, Observatório de Favelas, Central Única das Favelas (CUFA), entre muitas outras, indicam a pujança da cidade do Rio de Janeiro, enquanto palco dessas variadas possibilidades do protagonismo social de pessoas de classe popular, cujas formas de organização associativas e comunitárias se definem como resposta contra-hegemônica em face dos dispositivos discursivos das mídias e do sistema socioeconômico excludente.²⁹⁹

O Rio de Janeiro tem se consolidado como ambiente propício e nascedouro de diversas iniciativas voltadas para a produção nos meios de comunicação, no segmento das manifestações midiáticas e culturais como: mídias cidadãs, comunicação comunitária, veículos de comunicação socialmente responsáveis, materiais de divulgação de conteúdos de educação para a cidadania, campanhas de conscientização de jovens, eventos de integração pela cultura. “Nesse cenário, emergem, principalmente, iniciativas oriundas dos movimentos populares organizados, que expressam as manifestações culturais das periferias do sistema, especialmente as favelas.”³⁰⁰

Diversos são os ambientes utilizados para trocar conhecimento, cultura e informação nas periferias. Diversos são os meios que proliferam, transformam, informam, agregam, aprendem, ensinam, incluem, levam arte e cultura para além do “pão e circo” – pois colocam o indivíduo numa posição de sujeito, como aquele que tem capacidade de refletir e transformar o seu meio. Detemo-nos, aqui, aos meios de informação, cultura e educação que levam à reflexão. Aos novos meios que chegam aos que, econômica, social e culturalmente, estão na periferia. Detemo-nos, também, aos meios que procuram respeitar e incluir a cultura local. Nos que atuam mais num sistema de troca do que professoral. Trocar, interagir, usando a cultura local, a informação, as ideologias, as letras, a arte e, acima de tudo, lidando com o imaginário, fazendo pensar e refletir, sem respostas prontas e fechadas, é contribuir para a formação política do homem – no sentido de conscientização de sua condição histórica e de transformação social. É torná-lo ator e sujeito. É não deixá-lo passivo, atônito e apático. É construir desconstruindo. É formar senso crítico.

²⁹⁹ Paiva, R., 2008, p. 10.

³⁰⁰ Paiva, R., 2008, p. 10.

A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tornem *sujeitos*, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se tornem protagonistas da comunicação e não somente receptores.³⁰¹

Professores revolucionários, livros, teatro, música, dança, artes visuais, fotografia, cinema: apesar de permanecerem elitistas, distantes para a maioria dos brasileiros, de alguma forma esses meios vêm contribuindo para essa formação política, quando alguns poucos profissionais inspirados sobem os morros ou os atravessam. Ou quando essa demanda parte de líderes das próprias comunidades.

É necessário respeitar e ouvir o oprimido. É necessário fazer com que o oprimido torne-se sujeito na construção do conhecimento. Ele também é capaz de produzir – e não só assistir. Antes de esperar a grande reforma dos ensinos fundamental e médio para que a universidade pública brasileira seja realmente para todos e dê acesso democrático a cursos elitistas como o de Comunicação Social, é papel da própria universidade, em convênio com movimentos sociais, idealizar, realizar e principalmente dar continuidade a projetos de extensão que forme, por exemplo, jovens da periferia em cursos técnicos e teóricos de comunicação.

Ora, a universidade pública brasileira é um local de excelência no qual se produzem pesquisas e críticas relativas a transformação da sociedade mas que deve transformá-la de forma mais pragmática e igualitária, já que funciona não com o recurso do capital empresarial que pressupõe limitações transformadoras, mas com os bens públicos. A simples solução de realizar convênios em comunidades de baixa renda e na periferia para formar e capacitar comunicadores populares através de Projetos de Extensão Universitária, mobilizando a própria comunidade acadêmica, pode contribuir para um maior interesse e inserção de jovens da periferia na área de comunicação.

Projetos deste porte existem ou já existiram em algumas universidades – inclusive na própria UFRJ – mas muitos não são levados a diante devido à entraves diversos.

Segundo levantamento recente (agosto de 2009) feito pelo Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da UFRJ (LECC)³⁰², existem hoje na cidade do Rio de Janeiro

³⁰¹ Peruzzo, C. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. In: PCLA, v. 4, n. 1, out/nov/dez. 2002.

³⁰² Bolsista de Iniciação Científica do LECC responsável pelo mapeamento da mídia comunitária no Rio de Janeiro: Nathália Ronfini.

cerca de 110 mídias comunitárias ou alternativas expressivas, além de 33 movimentos nacionais pela democratização da comunicação e núcleos universitários:

Jornais	6
Rádios	73
TVs	3
Cinema/audiovisual	7
Fotografia	5
Teatro, dança, artes visuais	14
Instituições de apoio e movimentos pela democratização da comunicação	28
Núcleos universitários de pesquisa	5

Quadro 1 – Mapeamento de movimentos midiáticos nas favelas

Esse mapeamento, idealizado, sintetizado e formatado pela autora, constitui um esforço de pesquisa e levantamento feito na Internet, realizado pelo Lecc através do trabalho da bolsista de iniciação científica Nathalia Ronfini, com o objetivo de realizar uma análise qualitativa e quantitativa sobre as mídias comunitárias da cidade do Rio de Janeiro e servir de base para um mapeamento maior realizado pelo Lecc.

Se procurarmos a associação de moradores de cada comunidade pobre do Rio de Janeiro ou ainda se pesquisarmos projetos ligados à prefeitura e às escolas de cada bairro pobre, encontraremos um número maior de projetos de comunicação e cultura nas áreas carentes da cidade.

Portanto, sabemos que este mapeamento é incompleto e sabemos da abrangência e amplitude hoje de projetos sociais e culturais voltados para áreas pobres. Destacamos ainda que nem todos os projetos se inserem nos ideais marxistas, gramscianos e freireanos ressaltados nesta pesquisa, quais sejam: caráter político, dialogicidade, troca, consciência crítica, construção coletiva do conhecimento, transformação radical da sociedade, luta por um outro sistema político e econômico. Muitos mantêm práticas assistencialistas, dirigistas e acabam por substituir o papel do estado de prover educação e cultura ou acabam sendo simplesmente cursos gratuitos ligados às áreas artísticas e de comunicação oferecidos aos jovens pobres. Outros prestam serviços de utilidade pública local. Mesmo assim, ressaltamos a importância desses projetos no sentido de serem uma alternativa aos excluídos do sistema – excluídos aqui do acesso à educação formal de qualidade e meios de expressão cultural e comunicacional.

Para Freire, “toda mudança, mesmo pequena, mas qualitativa, em uma sociedade, altera necessariamente, cedo ou tarde, tudo isso [o sistema].”³⁰³

Tanto quanto a gente possa melhorar a prática educativa – antes mesmo que se dê a transformação radical da sociedade –, melhor. [...]. A prática educativa não muda radicalmente antes que radicalmente mude a sociedade mesma como um todo, antes que a gente transforme as estruturas da sociedade. Mas não posso esperar pela mudança radical da sociedade para depois então mudar a educação. É possível ir alterando, ir mudando, ir pondo cunhas no sistema educacional. Tudo quanto se puder fazer para melhorar hoje as condições do ensino e viabilizar, às crianças e aos adolescentes de hoje, uma possibilidade melhor de compreender a realidade, de entender a realidade, quanto mais se possa fazer isso, melhor.³⁰⁴

Para Freire, apesar da “ética do mercado que prevalece hoje com ares de vencedora imbatível nos discursos e na prática político-econômica neoliberais”, a vocação ontológica do ser humano é o “ser mais” e sua posição é a de quem “luta incessantemente pelo direito de ser sujeito da História e não apenas nela objeto”. Para ele, o homem e a mulher são seres histórico-sociais capazes de intervir no mundo, de recriá-lo, inseridos num permanente processo de busca e de reinvenção do próprio mundo e de si mesmos. Seres capazes de “valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper.”³⁰⁵

Muitos desses projetos se mantêm com verba de leis de incentivo do governo ou são ligados a projetos municipais e estaduais. Outros têm apoio de grandes empresas, como a Petrobras. Outros vivem de doações menores ou são mantidos com recursos próprios, dos próprios organizadores. Outros ainda se mantêm por meio de parcerias e apoios institucionais diversos. Outros são midiaticizados e conhecidos nacionalmente (como o caso do Afroreggae e da CUFA).

Existem ainda inúmeros movimentos, ativistas, articulações e coletivos em prol de reivindicações de gênero, raça, sexualidade, ecologia, e outras minorias, que não são o foco desta pesquisa (e sim os voltados para a comunicação e cultura). Mas que citamos a existência aqui no intuito de lembrar que existe atualmente uma força gigantesca alternativa ao status quo, força que, unida, poderia transformar radicalmente a sociedade vigente.

Apesar de muitos projetos reproduzirem a visão de mundo dominante, outros tantos se preocupam com as questões políticas de conscientização e discussão crítica. Muitos são

³⁰³ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 49.

³⁰⁴ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 84-85.

³⁰⁵ Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 193-194.

fechados e voltados para as pessoas da própria comunidade. Outros são abertos ao diálogo e troca com pessoas de fora da comunidade.

Não podemos perder de vista, ainda, que muitos fermentos subversivos são recuperados para o pólo hegemônico dos discursos sociais³⁰⁶ e incorporados a fala midiática hegemônica do mercado e vendidos como mercadoria. Integrados à visão de mundo oficial, suas práticas e signos são reinterpretados e sua tendência rebelde vai sendo descartada³⁰⁷; incorporando, despolitizando e ressignificando a fala proletária; numa sociedade que muda para salvar o status quo – como quando a imprensa burguesa abre espaço para discursos contra-hegemônicos. Assim, a cultura dominante é reorganizada, “de maneira a incorporar e deformar as vozes descontentes, esvaziando-as de seu conteúdo revolucionário.”³⁰⁸ Esse processo garante espaço, ainda que restrito e marginal, às manifestações populares.

O mercado tem essa “capacidade de assimilar diferenças e contestações e embaralhar as oposições ideológicas graças a imprecisão criada entre informação e espetáculo.”³⁰⁹

O que tem em comum nesses projetos é que eles se baseiam em reproduzir a fala popular – hegemonizada ou não, contraditória ou não. A maioria não pretende revolucionar a sociedade ou lutar diretamente contra o sistema, mas melhorar as condições de vida dos jovens e homens comuns moradores de locais pobres, por meio do acesso às artes e meios de comunicação. Essas vozes minoritárias expressam “os anseios populares de transformação social.”³¹⁰ São uma recusa “à postura apascentada dos públicos apaziguados e acomodados em confortáveis poltronas”³¹¹, tendo uma atuação determinante na história dos lugares onde são desenvolvidos. Muitos, em suma, mostram uma *tendência* contra-hegemônica, o que é algum caminho.

Abaixo elencamos os principais movimentos populares de comunicação da cidade do Rio de Janeiro separados por área.

Esse mapeamento tem como objetivo orientar buscas para o Lecc, nos mostrar na prática do que estamos falando (para não ficar numa abstração ou numa descrição de características de mídia comunitária que não conhecemos), para ilustrar, demonstrar, quantificar e analisar o objeto concreto. Preferimos fazer um levantamento quantitativo ao invés de analisar a fundo alguns estudos de casos específicos simplesmente pelo fato de que

³⁰⁶ Sodré, M., 2008, p. 27-28.

³⁰⁷ Coutinho, E. G., 2008, p. 72.

³⁰⁸ Coutinho, E. G., 2008, p. 77-78.

³⁰⁹ Barber, B., 2005, p. 46-47.

³¹⁰ Coutinho, E. G., 2008, p. 88.

³¹¹ Paiva, R., 2008, p. 165.

este tipo de análise é bastante comum, mas acreditamos que um levantamento quantitativo é algo pouco feito, portanto, há uma carência atualizada deste tipo de pesquisa no Rio de Janeiro e acreditamos haver a necessidade de um catalogamento dessas mídias (que deve ser constantemente atualizado, dado a vida curta de muitos projetos e a criação constante de outros novos).

Este é apenas um mapa inicial, uma iniciativa que, esperamos, outros pesquisadores do Lecc ou de outras instituições continuem, atualizem, publiquem. Não nos coube por limites materiais e de tempo fazer uma descrição e levantamento mais aprofundado e preciso, indo a campo ou realizando entrevistas com participantes dos projetos. Apenas foi feito levantamento pela Internet (o que acreditamos possibilitar lacunas). Uma pesquisa mais ampla e completa exigiria uma publicação exclusivamente voltada para este fim. Por outro lado, podemos afirmar que a grande maioria dos projetos significativos possuem um site na Internet, o que demonstra que este mapeamento se mostra, ao mesmo tempo, expressivo.

Todas as informações foram extraídas dos sites dos próprios projetos, reproduzindo fielmente seus objetivos e histórico. No anexo deste trabalho colocamos o contato e o endereço eletrônico.

O maior ou menor espaço textual de cada projeto foi feito com base nessas informações, ou seja, projetos mais completos refletem sites mais completos. Este mapeamento é apenas uma pesquisa inicial que esperamos seja complementada por outros pesquisadores de forma mais sistemática e com base numa pesquisa de campo mais aprofundada.

4.3.1 Jornais

Os jornais comunitários tem em geral vida curta devido principalmente a dificuldade material de se manter. O jornal O Cidadão pode ser considerado o jornal comunitário do Rio com vida mais longa – 10 anos.

Sem dúvida existem outros jornais espalhados pelas comunidades pobres do Rio de Janeiro. Colocamos aqui os seis que conseguimos encontrar nas pesquisas virtuais.

O Cidadão

Com tiragem média de 20 mil exemplares mensais e 10 anos de existência, o jornal O Cidadão, que circula gratuitamente no Complexo da Maré, tem entre seus objetivos integrar as 16 comunidades do bairro, contar as histórias da região, transformar leitores em participantes

ativos do local e resgatar a identidade coletiva de seus moradores. O jornal é fruto da vontade de suprir a ausência de um projeto de comunicação voltado para o bairro. É uma iniciativa do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), organização sem fins-lucrativos, criada pelos próprios moradores do complexo. A publicação é custeada por outros projetos da ONG e parte da renda vem de anúncios feitos por pequenos comerciantes e empresas da Maré. De caráter educativo, o jornal é capaz de promover o resgate da cultura e da tradição das comunidades.

Rocinha Notícias

Em formato tablóide, é o principal informativo do bairro com sete anos de serviços prestados a comunidade.

A voz da comunidade

Idealizado e realizado por um jovem morador local, este jornal comunitário de Bonsucesso conta com patrocinadores locais, que proporcionaram um computador, uma câmera digital e possibilidade de impressão em gráfica. O jornal presta serviços de utilidade pública.

Jornal Vozes das Comunidades

Esse jornal é fruto do Curso de Comunicação Comunitária ministrado pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) entre maio e agosto de 2009. Cerca de 40 alunos participaram do curso, dentre eles lideranças de comunidades e movimentos populares; alunos de comunicação, moradores de favelas; e estudantes e jornalistas ligados aos movimentos sociais. As aulas ocorreram no Centro do Rio, além de dois encontros nas próprias comunidades em que moram alguns dos alunos: no Complexo da Maré, e na Cidade de Deus. Discutiu-se como se deve ler jornal e ver TV de maneira crítica; a importância de se fazer mídia alternativa e comunitária; Teoria da Comunicação, cultura popular e novas mídias, além de temas como ocupações urbanas do Rio de Janeiro, a política de segurança pública, a política de cotas, saúde pública, músicas de resistência, e o golpe de estado em Honduras. O Curso de Comunicação Popular do NPC pretende ser, também, um movimento de fortalecimento da Imprensa Popular. Uma imprensa que interpreta o mundo a partir dos valores, da cultura e das necessidades históricas e imediatas da classe trabalhadora. O Vozes das Comunidades é produzido pelos trabalhadores, comunica o que lhes diz respeito e o que é de interesse de sua classe. Pretende ser uma imprensa a serviço do trabalhador.

O Almirante

A publicação, assinada por alunos da Escola Municipal Henrique Foréis, no Complexo do Alemão (Zona Norte), faz parte de uma atividade complementar fomentada pela Secretaria Municipal de Educação no projeto Bairro Educador, que chegou a cinco escolas do Complexo. O objetivo é transformar a comunidade em extensão do espaço escolar. Para atingir a meta, talentos nascidos e criados no entorno das escolas da região foram convocados a repassar seus conhecimentos e recebem até R\$ 300 por mês para levar a iniciativa adiante.

Jornal Fala Canoa

Jornal comunitário de Vila Canoas (próximo a São Conrado). Feito por estudantes universitários moradores da comunidade; distribuído mensalmente desde 2005; mantido através dos classificados. Tiragem de 1.000 exemplares colocados debaixo da porta das casas. Discute temas relacionados à comunidade.

4.3.2 Rádios

No Brasil, o movimento das rádios comunitárias teve início na década de 80, mantendo relações estreitas com grupos católicos.³¹² Com crescimento e atuação vertiginosa e clandestina, é o universo mais significativo e atuante da comunicação comunitária.

É o veículo que enfrenta maiores problemas legais, sofrendo investidas policiais que lacram estúdios, recolhem equipamentos e prendem os principais atores. Mas é o mais numeroso – devido a facilidade técnica e baixo custo para montar e difundir a programação. Apesar de muitas emissoras colocarem no ar uma programação muito parecida com a das rádios comerciais, outras possuem propósitos comunitários, preocupando-se em discutir questões próprias das localidades onde se inserem, com objetivo de propiciar reflexão, desenvolvimento, educação e mobilização para a população local.³¹³

Não conseguimos informações específicas sobre todas as rádios aqui elencadas, apenas as 10 primeiras. As outras 63 citamos apenas o nome no anexo deste trabalho (já que a maioria delas tem infelizmente problemas com a “justiça”). Mas especula-se que o número total de rádios comunitárias do Rio de Janeiro pode chegar a casa de centenas.

³¹² Paiva, R., 2003, p. 147.

³¹³ Paiva, R., 2008, p. 167-169.

Rádio Maré Manguinhos

Rádio com transmissão via Internet e também por rádios comunitárias que retransmitem o conteúdo. Está no ar desde 2004 e é fruto da união de trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), moradores de Manguinhos e da Maré. É mantida pela Associação de Servidores da Fiocruz (ASFOC), onde funcionou a Rádio Comunitária Manguinhos FM, de 95 à 98, quando foi fechada pela polícia federal. A Rádio Maré Manguinhos é uma entidade autônoma, com o objetivo de garantir o direito de comunicar dos moradores e trabalhadores da região. Sua missão é desenvolver ações de comunicação e educação em saúde, meio ambiente e cidadania, utilizando a Internet para transmissões ao vivo e permitindo o acesso a material gravado, para ser consultado e livremente veiculado em todo Brasil e no exterior. Está lutando por uma autorização para transmitir em FM, mas a programação já é retransmitida por Rádios Comunitárias locais, atingido cerca de 250 mil habitantes das comunidades de Manguinhos e da Maré, vizinhas da Fiocruz. São comunidades sujeitas a diversos tipos de violências e com grandes dificuldades de acesso aos serviços públicos.

Rádio Comunitária Rayyzes FM (102,5)

Tem como objetivos promover a cultura da região apresentando novos nomes da música, dando oportunidade a novos talentos e resgatando artistas esquecidos do público, além de transmitir informações. Uma das preocupações da Rádio Rayyzes é com os serviços oferecidos às comunidades do Complexo da Penha e adjacências, que, de modo geral, são considerados uma catástrofe. Devido a falta de voz das comunidades, criou-se o programa "Fala Comunidade". Uma vez por semana, uma autoridade ou Presidente da Associação de Moradores, junto com alguns moradores, são convidados a participar do programa abordando problemas e apontando soluções.

Rádio Estilo Livre FM

Fundada em 1997, presta serviços aos moradores da comunidade do Vidigal. Faz diversas parcerias com órgãos públicos e privados. Todas essas parcerias visam melhorias na prestação de serviços, além de projetar a comunidade e suas necessidades com a finalidade de melhoria na qualidade de vida dos moradores locais.

Rádio Resistência FM 104,1

Luta pela democratização da comunicação e pela quebra do monopólio dos meios de comunicação no Brasil, onde apenas 10 famílias de milionários comandam o que nós

ouvimos, assistimos e lemos, contrariando até mesmo preceitos constitucionais. Entrou no ar em 1994 com o nome de “Rádio Comunitária Capitão Teixeira”. Em seguida, em assembléia, resolveu-se mudar o nome para “Ousadia FM”, e após uma intervenção arbitrária da Anatel e violenta da Polícia Federal, mudou para Resistência, com objetivo de mostrar que a luta continua, e que acima de tudo, “resistimos”.

Radio Cultural FM 93,7

Instituição constituída em 2004, com publicação no Diário Oficial em 2007. A rádio atende e interage com toda a população, sem distinção ou discriminação de credo, raça, religião, cor ou condição financeira. Na programação executa-se os mais variados estilos musicais gospel. A rádio Cultural FM presta serviços à comunidade local, possibilitando a comunicação social gratuita entre as instituições e a comunidade, utilidade pública, divulgação de campanhas de saúde, esporte, cultura e lazer, tornando viável as propagandas comerciais, sendo um elo importante na integração comércio/consumidor, e desta forma promovendo o aquecimento da economia da região e conseqüentemente o seu progresso. Como reconhecimento dos relevantes serviços prestados a sociedade, a população dá credibilidade e participa da programação. A emissora já foi agraciada com uma moção da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em reconhecimento de sua importante função. Tem parceria com diversas instituições públicas, privadas e ONGs.

Rádio Comunitária Grande Tijuca

Entrou no ar em 2001. Batizada com o nome do seu local de atuação, a rádio conta com representantes da classe média e das favelas da região que abrange sete bairros da zona norte carioca (Tijuca, Andaraí, Vila Isabel, Grajaú, Maracanã, Praça da Bandeira e Alto da Boa Vista). A diversidade dá o tom da programação que vai ao ar diariamente de 16h30 às 24h na frequência 105,9 FM. Entre os temas estão histórias infantis; mulher; notícias locais; meio ambiente e qualidade de vida; forró; música jovem; ética; terceira idade; nutrição; saúde e educação; humor; canções líricas e a Agenda Social Rio.

Radio Katana FM 91,3

Eram caixinhas de som colocadas nos postes das principais ruas da comunidade. Com a procura por parte de comerciantes para divulgar seus produtos e eventos, e, com a compra de um transmissor, as caixinhas passaram a FM. Com 12 anos de existência, a Rádio Katana FM

tornou-se o maior veículo de comunicação da Rocinha dando o direito de expressão à comunidade e conseguindo apoio de lideranças políticas, lideranças locais e comunitários.

Rádio Maré FM

Teve suas origens na rádio Progressiva FM, que foi um ícone da resistência carioca e nunca foi fechada pela Anatel ou pela Polícia Federal. Em 2000 a Progressiva FM fechou por motivos financeiros. Na volta da rádio, decidiu-se mudar o nome para Maré FM por acreditar que seria impossível continuar nos moldes anteriores. A Maré FM é uma rádio que adere à causa das rádios comunitárias, trabalhando para a qualificação profissional em radialismo e em jornalismo, integração social, atividades educativas e culturais, prestando serviços de utilidade pública e trabalhando pela liberdade de expressão.

Rádio Viva Rio

Promove o diálogo entre favela e asfalto, dando espaço para os novos talentos e manifestações culturais das comunidades do estado do Rio de Janeiro, sempre com o objetivo de informar e entreter toda a população. Sua programação privilegia a música jovem, o hip hop, funk, reggae, rock, MPB, samba, ritmos nordestinos e outros estilos, além de notícias quentes trazidas por correspondentes.

Rádio Petroleira

Inaugurada em 2007, a Web Rádio Petroleira é mantida com o desconto assistencial da categoria petroleira. Tem uma grade bastante engajada que se destaca principalmente pelo programa “Democracia e Comunicação” que passa às terças-feiras às 18h (e é reprisado às quartas-feiras às 10h e 15h). Aborda o tema sempre com convidados envolvidos em instituições que trabalhem pela democracia da comunicação (como integrantes do Intervozes). Conta com recursos limitados mas faz um trabalho excelente em termos de utilidade pública e sem dúvida colabora para a democratização da comunicação.

4.3.3 TVs

Elencamos as três TVs comunitárias que conseguimos mapear. Esse veículo não representa uma mídia expressiva e significativa em termos comunitários.

TVC RIO

A TV Comunitária do Rio de Janeiro, TVCRio, foi inaugurada em 1996. A sua existência é amparada pela Lei Federal 8977, regulamentada em novembro de 1995 e denominada “Lei do Cabo”, a qual determina que a associação de entidades sem fins lucrativos da sociedade civil, em âmbito municipal, tem o direito de exigir de cada uma das operadoras de TV a cabo no município a disponibilidade do sinal para emissão de um canal comunitário. É essa mesma Lei que determina a existência das TVs Universitárias e dos canais Legislativos (TV Senado, TV ALERJ e TV Câmara) e da Justiça. A TV Comunitária do Rio é portanto um canal de acesso público possibilitando aos diversos setores da sociedade civil expressarem suas idéias e opiniões através de uma grade de programação composta por programas com horário fixo, produzidos pelas entidades filiadas ou pela própria emissora e pelo acervo composto por documentários e obras de ficção produzidas e doadas por entidades e/ou produtores independentes nos últimos 12 anos. Adquiriu sua sede própria em 2004 unificando todas suas áreas nesse espaço físico situado na Lapa. A partir de então transmite ininterruptamente, 24 horas por dia, no canal 6 da NET e no portal da Internet. A TVCRio tem como antecedente direto o vídeo popular: experiências de vídeo vinculadas à educação popular e ao trabalho desenvolvido por ONGs, organizações populares e sindicais que surgem no fim dos anos 70, ainda no combate à ditadura militar. Entre meados de 1980 e 90, essa modalidade de vídeo associado à educação popular esteve bastante articulada a nível continental e foi nesse período e nesse intercâmbio de experiências que começaram a ser implantadas as TVs Comunitárias no Brasil e na América Latina. Não por acaso, em julho de 1996, poucos meses antes da inauguração da TVC-Rio, foi realizado em São Paulo o IV Encontro Mundial de TVs Comunitárias, envolvendo tanto experiências de TVs Comunitárias a cabo quanto experiências de vídeo popular.

TVROC (TV a cabo da rocinha)

Desde 1996, é um canal destinado à comunidade da Rocinha trazendo em sua programação eventos, reportagens, programas educacionais e culturais e notícias de interesse dos moradores.

TV Tagarela

Surgiu como oficina de Criação de Vídeo no início de 1997 na comunidade da Rocinha direcionada a adolescentes entre 14 e 18 anos. A partir de 1998 o grupo passou a produzir vídeos regularmente, atuando como uma TV comunitária de rua. Ao longo dos anos vem

enfrentando problemas de ordem financeira, fazendo parcerias com outras organizações e núcleos universitários para empréstimo de materiais. As produções são voltadas para o contexto da Rocinha.

4.3.4 Cinema e audiovisual

A popularização das câmeras digitais e o acesso a Internet vem possibilitando a criação crescente de vídeos e a exposição via web. Elencamos aqui sete grupos que atuam no sentido da democratização da criação ou acesso ao audiovisual para camadas populares.

Imaginário digital

Associação cultural para fins não econômicos que atua na área de Educação e Novas Mídias. Seu principal objetivo é promover e assegurar o acesso e a formação de indivíduos para o uso das novas tecnologias em comunicação. Criada por jovens empreendedores sociais, a ID desenvolve projetos de educação e comunicação nas áreas audiovisual, jornalística, artística e multimídia. Realiza oficinas de formação em audiovisual em escolas, projetos e eventos e, desde 2008, produz o Festival Audiovisual Visões Periféricas.

Festival Visões Periféricas

Durante seis dias, o Visões Periféricas cria um espaço de deslumbramento com a diversidade de imagens, vozes, cores, sotaques e culturas materializados em dezenas de filmes das cinco regiões do Brasil e de outras nacionalidades. São filmes independentes feitos por jovens realizadores. São realizados com celulares, máquinas fotográficas e webcams, essas pequenas filmadoras que vem democratizando o acesso a produção audiovisual e contribuindo para renovar a linguagem e relativizar a velha noção de centro e periferia. Os filmes, de até 3 minutos, são disponíveis para votação on-line do público. Durante o festival são realizadas oficinas dedicadas a explorar junto com os participantes as possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem para ampliar os horizontes do audiovisual. Em parceria com o Fórum de Experiências Populares em Audiovisual (FEPA-Brasil) o festival, além de ser um espaço para a exibição, também preocupa-se em refletir sobre essa produção periférica, a maior parte feita em contextos de educação audiovisual, realizando palestras e debates.

Curta Favela

O projeto visa fazer experimentos audiovisuais utilizando telefone celular e câmeras fotográficas compactas com jovens e adolescentes moradores de favelas e periferias do Rio de Janeiro. O objetivo é estimular a utilizar as ferramentas de comunicação multimídia disponíveis na Internet para que eles mesmos sejam os protagonistas de sua história.

Ponto de Cultura Papo Cabeça (ONG Viva Rio)

Desde 2005, promove eventos e oficinas utilizando tecnologias da informação e comunicação (TICs) para articular jovens moradores de comunidades de baixa renda e estudantes da rede pública do Rio de Janeiro de forma a estimular que os próprios sejam comunicadores e produtores de conteúdo de sua realidade. Oferece um canal de difusão deste conteúdo pela Internet e promove atividades de capacitação nas áreas da comunicação e da cultura. São realizadas oficinas de DJ, jornalismo radiofônico, shows e gravação de CDs de bandas novas. Além de oficinas de Canto e Percussão realizadas no Morro do Cavalão e implementação de oficinas piloto de Comunicação Multimídia, unindo capacitações para jornalismo online, fotografia documental, produção audiovisual para web e introdução à produção colaborativa de conteúdo.

PontoCine Guadalupe

Sala popular de cinema digital com preços acessíveis, direcionada à população de baixa renda (6 reais a entrada inteira e 3 reais a meia).

Visão da favela Brasil (núcleo Criar Filmes)

Produção de filmes de curta metragem feitos por moradores de favelas.

Cine CUFA

Evento que mostra produções de audiovisual concebidas por moradores de diversas comunidades.

4.3.5 Fotografia

Os cinco projetos abaixo aglutinam a estética fotográfica à estética da favela e criam novas possibilidades tanto fotográficas (por meio dos novos olhares) quanto oportunidades de vida (para jovens moradores cuja arma passa a ser “uma câmera na mão”).

Imagens do Povo

O projeto desenvolve ações nas esferas da educação, comunicação e cultura com objetivo de democratizar o acesso à linguagem fotográfica, apresentando a fotografia como técnica de expressão e visão autoral da sociedade. Criado em 2004, como parte do projeto sócio-pedagógico do Observatório de Favelas, o Imagens do Povo é um centro de documentação e formação de fotógrafos documentaristas coordenado pelo fotógrafo João Roberto Ripper. Os principais eixos do projeto são: a Escola de Fotógrafos Populares, o Banco de Imagens e a Agência-Escola Imagens do Povo. O objetivo vai além de iniciar jovens no ofício da fotografia e articular seu ingresso no mercado de trabalho. Os participantes são estimulados a desenvolver uma concepção fotográfica crítica que perpassa a produção das imagens, visando contribuir para o respeito aos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa. O foco consiste em formar documentaristas fotográficos (potenciais multiplicadores do saber adquirido) capazes de desenvolver trabalhos autorais de registro de espaços populares, valorizando a história e práticas culturais de suas comunidades, além de estimular o fortalecimento de vínculos identitários a partir do uso da linguagem fotográfica, que se torna instrumento de acesso e mapeamento de diferentes expressões culturais e sociais dos territórios onde residem, ampliando as possibilidades de difusão de novas imagens destes locais. Busca-se, assim, materializar uma fotografia engajada e solidária, capaz de denunciar as dificuldades das populações economicamente excluídas, sem deixar de destacar sua altivez, sensualidade e beleza. Além de atender a este público, o curso da Escola também é aberto a intercâmbios com universitários e fotógrafos em geral, estimulando a integração através da troca de diferentes experiências e pontos de vista. O projeto contou com o patrocínio de Furnas em 2004, do Unicef em 2006 e do Criança Esperança/UNESCO em 2007. Em 2006, a Escola de Fotógrafos Populares ampliou seus horizontes. O curso teve sua carga horária estendida para 540 horas e o programa de aulas passou a oferecer três módulos de 180 horas/aula cada: Linguagem Fotográfica, Informática Aplicada à Fotografia e Fotojornalismo, obtendo reconhecimento da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, que concede diplomas aos formandos. A formação pedagógica e profissional se complementa com a Agência-Escola de Fotografia Imagens do Povo, voltada para a difusão, circulação e exibição do material fotográfico produzido por uma rede de fotógrafos que contam com este suporte junto ao meio profissional e tem atendido a clientes externos, seja disponibilizando fotografias do banco de imagens, seja na encomenda de serviços fotográficos.

Foto Favela

O projeto nasceu com o intuito de apresentar o acervo de imagens produzido desde 2001 pela equipe de fotografia do Portal Viva Favela, um projeto de jornalismo comunitário, realizado pela Ong Viva Rio. A originalidade do projeto está no trabalho de parceria entre jornalistas e correspondentes comunitários, moradores de comunidades de baixa renda, capacitados para atuar como repórteres e fotógrafos. A equipe de fotografia é composta por jovens moradores da Maré, da Rocinha, do Alemão, da Cidade de Deus e de Queimados. Procura mostrar uma visão particular sobre o cotidiano das favelas. Entre os maiores desafios encontrados pela equipe, está a idéia de apresentar favelas vivas, de forma humana e espontânea, abrindo espaço para abordar problemas mas sem intensificar o contexto miséria-violência, tão explorado pela mídia em geral. A produção do site foi possível graças ao prêmio de estímulo à fotografia documental, concedido pela Open Society Institute, da Fundação George Soros.

Olhares do Morro

ONG coordenada por um fotógrafo francês que atua no Morro Dona Marta através de oficinas, projeções locais e comercialização de fotos tiradas por jovens moradores locais.

Curso comunitário de fotografia do Projeto Social Ponto BR

Este projeto surgiu de uma parceria entre o IBISS (Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social) e a organização canadense Schools Without Borders (Escolas Sem Fronteiras). Atua na comunidade Vila Aliança (Bangu), com grupos de 10 alunos com faixa etária de 12 à 18 anos, abordando temas sociais da fotografia pinhole à fotografia digital, com pós-produção em photoshop.

FotoRio - Encontro Internacional de Fotografia do Rio de Janeiro

Os Encontros sobre Inclusão Visual do Rio de Janeiro têm como objetivo promover uma apresentação panorâmica dos projetos que trabalhem com o ensino e a prática da fotografia e do vídeo nos contextos das comunidades, facilitando o intercâmbio de informações sobre suas propostas, ações e metodologias. Tendo como público alvo particularmente as crianças e jovens em situação de risco social, estes projetos atuam junto às comunidades de baixa renda, associações de moradores e escolas públicas, com o objetivo de elevar a auto-estima, promover o senso de cidadania e investir em capacitação profissional.

4.3.6 Teatro, dança e artes visuais

Abaixo elencamos 14 projetos ligados ao teatro, dança, música e artes visuais que partem de favelas ou são direcionadas a elas. Alguns deles, além de proporcionarem o acesso a criação e participação nas artes aos grupos historicamente oprimidos, preocupam-se também com a discussão e tomada de consciência do grupo.

CTO-Rio - Centro de Teatro do Oprimido

Centro de pesquisa e difusão que promove a democratização dos meios de produção cultural através de Laboratórios e Seminários, nos quais são produzidos projetos sócio-culturais, espetáculos teatrais e produtos artísticos. O alicerce do grupo é a “Estética do Oprimido”, pesquisa de Augusto Boal, que produz não só a capacidade de atuar, mas também a expansão da vida intelectual de grupos socialmente oprimidos como o das trabalhadoras domésticas, dos artistas sociais, dos portadores de sofrimento psíquico, dos jovens da periferia e dos homossexuais e simpatizantes. O objetivo é que, através dessa estética, esses grupos tradicionalmente relegados na sociedade possam ter voz.

Nós do Morro

Fundado em 1986, tem como objetivo criar acesso à arte e à cultura para as crianças, jovens e adultos do Morro do Vidigal. O Nós do Morro é fruto da idéia do jornalista e ator Guti Fraga. Fraga e um grupo de jovens moradores locais se uniram para dar início ao então chamado Projeto Teatro-Comunidade: uma idéia inovadora, já que, até então, a maioria dos projetos culturais voltados para as comunidades carentes no Rio de Janeiro vinham de fora e nem sempre se adaptavam à realidade do público a que se destinavam. Hoje, o projeto oferece cursos de formação nas áreas de teatro (atores e técnicos) e cinema (roteiristas, diretores e técnicos), abrindo e ampliando os horizontes, com o intuito de promover o diálogo e a troca entre moradores e não-moradores do Vidigal.

Cia de Teatro Tumulto

Definição: tumultuar. Mudar a ordem natural das coisas. Contrariar o óbvio. Impressionar por aquilo que é banal. Incomodar. Agredir o senso comum. Brigar com a verdade. Bagunçar aquilo que já é certo. Desconcertar. Mexer com quem está quieto. Este é o lema da Cia de Teatro Tumulto. Um grupo de artistas que se propõe a, mais do que brincar com a própria arte, brincar com a vida, trabalhando o mundo e as pessoas para a construção de algo maior.

Uma cia formada por atores da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Artistas talentosos que rompem com o preconceito da arte da favela com produções de qualidade, propostas inovadoras, um teatro ousado e uma arte comprometida com as mais diferentes questões que envolvem o homem contemporâneo, não só os favelados.

Grupo Teatro da Laje

Nasceu e desenvolve suas atividades na favela da Vila Cruzeiro, localizada no bairro da Penha e, desde 2003, desenvolve uma pesquisa artística voltada para a reflexão crítica sobre o cotidiano dos moradores das favelas do Rio. O eixo da pesquisa de linguagem desenvolvida pelo grupo é a valorização das manifestações artísticas e culturais da comunidade, promovendo o diálogo com a chamada cultura erudita e identificando semelhanças entre temas do cotidiano e temas presentes em clássicos da dramaturgia universal. Este trabalho inclui a encenação de espetáculos, realização de oficinas para jovens da comunidade, publicação de monografias e produção de pesquisas acadêmicas. O grupo Teatro da Laje tem o intuito de romper o isolamento cultural da comunidade da Vila Cruzeiro e ampliar o espaço de circulação de sua juventude na cidade. Sua trajetória e sua experiência foram objetos de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em junho de 2006 o grupo ganhou o Prêmio Cultura Viva, concedido pelo Ministério da Cultura, com patrocínio da Petrobrás. A origem do grupo está ligada às aulas de Artes Cênicas que, desde 1999, compõem a grade curricular da Escola Municipal Leonor Coelho Pereira, situada na entrada da favela. As limitações do cotidiano escolar, não obstante suas possibilidades, impediam, contudo, o aprofundamento dos experimentos nascidos em sala de aula. Era necessário responder às demandas dos jovens dentro e até de fora da escola, pois as experiências repercutiram em toda a comunidade, por um espaço onde realizassem seu desejo de se dedicar mais intensamente àquelas atividades. Urgia também responder ao estigma que se abateu sobre a comunidade após o assassinato do jornalista Tim Lopes, ocorrido no local em junho de 2002 (muitos moradores passaram a ter que negar seus endereços quando preenchem fichas de cadastro nas agências de emprego, após o ocorrido). Estava, portanto, colocado para os produtores locais de cultura o desafio de dar visibilidade à agenda positiva da comunidade; retirá-la das páginas policiais dos jornais e colocá-la nas páginas de cultura. Era necessário contrapor à imagem da comunidade como o lugar da morte a do lugar onde também existe vida; o lugar da potência ao do lugar da carência. A saída foi ampliar a ação para além da escola. Foi assim que, em janeiro de 2003, nasceu o Grupo Teatro da Laje. Desde então, o grupo produz dramaturgia própria interessada

na realidade histórica das favelas, em descortinar a universalidade presente no cotidiano dos que aí residem e revelar que este lugar pode produzir uma visão crítica única e insubstituível sobre a sociedade. São também objeto desta crítica as formas estéticas hegemônicas, apresentadas como modelos inquestionáveis e tidas como únicos critérios válidos para julgamentos de peças teatrais. As montagens do Grupo Teatro da Laje tentam analisar os movimentos contraditórios de um modelo de cidade baseado na segregação, na apartação, no cerco e na circunscrição dos moradores das periferias, particularmente o das favelas. O nome do grupo resgata o início de sua trajetória, quando as lajes dos barracos da favela serviam de locais de ensaio e celebra o espaço da laje como instituição cultural das favelas cariocas.

Cia Étnica de Dança e Teatro

Projeto social de cultura e arte contemporânea para os jovens do Morro do Andaraí, por onde já passaram cerca de 600 crianças e adolescentes. A Cia Étnica já realizou, aproximadamente, 150 apresentações, para uma média de 90 mil pessoas, no Brasil e no exterior. A escola é mantida graças ao patrocínio da Petrobras, que, desde 2001 garante que a situação seja bem diferente de quando as aulas e ensaios aconteciam num velho clube abandonado na comunidade, contando com recursos do programa Comunidade Solidária do Governo Federal, além de recursos pessoais da fundadora do projeto. O projeto social oferece aulas de balé clássico, balé moderno, contemporâneo, jazz, afro, além de filosofia, teatro, consciência corporal, danças populares (como jongo e samba), além de aulas de inglês.

Grupo Sócio Cultural Raízes em Movimento

Surgiu em 2001 no Complexo do Alemão por iniciativa de jovens e universitários moradores da área ou envolvidos em trabalhos sociais na região. As primeiras atuações do grupo foram: trabalhar a questão ambiental, promover atividades esportivas e ações para a educação e cultura, além da capacitação constante de seus integrantes para o fortalecimento institucional. São desenvolvidos curso pré-vestibular comunitário, Graffiti, oficinas de Cidadania e Direitos Humanos, revista em quadrinhos. Tem como parceiros o Observatório de Favelas, a indústria farmacêutica Glaxo Smithkline, entre outros. Alguns dos jovens universitários fundadores do projeto, hoje, com pós-graduação em áreas das ciências sociais, atuam em pesquisas e projetos de Desenvolvimento Local.

Circulando – Diálogo e Comunicação na Favela

Evento cultural e de mídias realizado pelo Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão. Aconteceu pela primeira vez em maio de 2007. Desde então, seis eventos se seguiram, sempre em diferentes locais da comunidade, reunindo crianças, jovens e adultos, para apreciar e fazer arte no Alemão. A sexta edição do Circulando reuniu mais de 500 pessoas, entre moradores e visitantes num clima seguro e descontraído, derrubando o estigma de que nos espaços populares a cultura e o lazer sucumbem à violência. A Avenida Central, principal acesso para o Morro do Alemão, é o palco de uma mostra que inclui música, graffiti, teatro, capoeira, maculelê, audiovisual, fotografia e artes circenses. Os muros das casas da comunidade são transformados em grandes telas – moradores procuram a organização do evento para ceder seus muros e portões. Um dos pontos altos do evento, a Orquestra Voadora, desce a ladeira da Avenida Central arrastando um aglomerado de moradores e visitantes. Num bloco improvisado, o público se mistura aos músicos da Orquestra, ao som de canções de Tim Maia a Jimi Hendrix, tocadas por trombones, trompetes, muita percussão e coreografias. Quem não está dançando, fotografa com pin hole, vê fotografias de autores locais, joga capoeira, assiste a vídeos ou a esquetes teatrais.

Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão

É um coletivo que cria instrumentos de comunicação para intervir nas comunidades do Complexo do Alemão, com apoio do Observatório de Favelas e do Grupo Sócio-Cultural Raízes em Movimento. Conta também com o patrocínio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e a parceria das instituições Verdejar e Redes.

CUFA Cidade de Deus

A CUFA, assim como o Afroreggae, atua em diferentes comunidades com projetos variados de forma independente. Desta forma, para obtermos um mapeamento mais preciso, resolvemos elencar os projetos separadamente.

A CUFA possui na Cidade de Deus uma Sala de Leitura comunitária que realiza atividades pedagógicas de incentivo a leitura; Oficina de Informática; Oficina de Break. Os jovens buscam por meio da arte a possibilidade da descoberta de novos caminhos e oportunidades. As oficinas procuram incentivar a valorização dos jovens da comunidade, conhecer suas vivências, mostrando as possibilidades de transformar o mundo através da arte e assim descobrirem-se como sujeitos inseridos na sociedade.

CUFA Complexo do Alemão

A base do Complexo do Alemão foi inaugurada em 2006 e surge como uma alternativa para a comunidade. São oferecidas oficinas de: Futebol, Basquete, Capoeira, Skate, Graffiti, Informática além de Curso Profissionalizante de Montagem e Manutenção de computadores. É disponibilizado também acesso a Internet livre e a Sala de Leitura para atividades com crianças, adolescentes e adultos; além de um núcleo Audiovisual.

Projeto Graffiti: Como forma de inclusão social e alternativa na vida dos jovens de favelas, o Graffiti mostra-lhes uma alternativa para melhoria de vida, tornando-lhes seres pensantes, críticos e cultos. Graffiti vem do italiano (plural de graffito) que significa “marca ou inscrição feita em um muro” que é o nome dado às inscrições feitas nas paredes desde o Império Romano. Trata-se de um movimento organizado de artes plásticas que interferem nos muros da grandes metrópoles, criando uma linguagem própria e contemporânea.

Sala de Leitura: Tem como objetivos contribuir para que os seus frequentadores leiam e escrevam com autonomia e competência; tenham acesso ao conhecimento humano produzido e disponível nos livros de forma plena. A literatura e a leitura são entendidas como forma de emancipação e fruição; o leitor pode refletir sobre o que lê e tirar suas próprias conclusões.

Tele Centro Complexo do Alemão

O telecentro é um espaço público equipado com computadores conectados à Internet banda larga, que visa possibilitar a inclusão social por meio da inclusão digital.

CUFA Viaduto (Madureira)

Unidade da CUFA que oferece oficinas de graffiti, break, dj, teatro, artesanato, capoeira, basket e skate além de sala de leitura.

CUFA Sapo

A base da Favela do Sapo foi criada em junho de 2009 e surge como uma alternativa para a comunidade. Estão sendo implantadas oficinas de dança, esporte e informática e sala de leitura.

Grupo Cultural AfroReggae

O Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) surgiu em 1993, inicialmente em torno do jornal Afro Reggae Notícias, um veículo de informação que visava à valorização e a divulgação da cultura negra, voltado sobretudo para jovens ligados em ritmos como reggae, soul, hip-hop etc. Como os planos eram ter um tipo de intervenção mais direta junto a população afro-

brasileira, inaugurou-se em 1993 na favela de Vigário Geral o primeiro Núcleo Comunitário de Cultura, iniciando o desenvolvimento dos projetos sociais. Eram oferecidas oficinas de dança, percussão, reciclagem de lixo, futebol e capoeira. O objetivo e missão, até hoje, é: oferecer uma formação cultural e artística para jovens moradores de favelas de modo que eles tenham meios de construir suas cidadanias e com isto possam escapar do caminho do narcotráfico e do subemprego, transformando-se também em multiplicadores para outros jovens. Com o passar do tempo os projetos foram se aperfeiçoando, a instituição foi crescendo e os resultados começaram a aparecer. A iniciativa é uma referência de prática sociocultural na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, o grupo desenvolve diversos programas e projetos em quatro diferentes comunidades (Vigário Geral, Parada de Lucas, Cantagalo e Complexo do Alemão). Apesar de toda a diversidade de atividades, a música tem sido o melhor instrumento para atrair os jovens a participar do AfroReggae. O sucesso obtido com a Banda AfroReggae, tanto artístico quanto como modelo de projeto social, fez com que outros jovens quisessem percorrer o mesmo caminho e, hoje, existem em Vigário mais 3 grupos musicais que já fazem apresentações públicas: Banda Makala Música e Dança; Afro Lata; e Afro Samba. Além disso, em Vigário Geral existe os seguintes SubGrupos: Afro Mangue, Tribo Negra, Akoni e Kitôto.

O Afro Lata é uma banda formada por jovens de Vigário Geral que, à falta de instrumentos convencionais de percussão, começaram a tocar com pedaços de cabo de vassoura, latões de óleo, tonéis e baldes de plástico, transformando o lixo em instrumentos musicais, a precariedade em arte. Com esse formato, o grupo se tornou uma das principais expressões do trabalho desenvolvido pelo AfroReggae na comunidade. Conquistou fãs, viajou pelo Brasil e Europa, consolidou seu lugar no rol dos grupos criativos, transformadores, esteticamente radicais. Sua meta é, como a de todo o AfroReggae, complexa: contribuir com sua música para o estabelecimento de um mundo que supere os preconceitos, as desigualdades e as injustiças.

Em Parada de Lucas, favela vizinha a Vigário, onde as facções rivais do tráfico vivem em guerra desde 1985, iniciou-se em 2001 o projeto Rompendo Fronteiras. A guerra que os mobiliza é contra a pobreza e a violência e as armas são os cursos em diversas áreas da tecnologia digital oferecidos para a comunidade com o apoio da HP e da El Paso, além das oficinas de capoeira, história em quadrinhos e violino.

No Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, o AfroReggae utiliza a linguagem do circo – malabares, trapézio, acrobacias – para realizar um trabalho que traz alegria e consciência para jovens que viviam na corda bamba em vários sentidos. Desde 1996, funciona no anfiteatro do Ciep de

Ipanema uma oficina de circo aberta a comunidade. Como resultado destas aulas, criou-se a Trupe Levantando a Lona para fazer espetáculos públicos e propiciar aos alunos que se profissionalizem como artistas.

Há ainda o Programa de Comunicação, com o site AfroReggae.org, portal sobre o grupo e a cultura afro-brasileira; produz-se também matérias jornalísticas para o Canal Futura; e, finalmente, a AfroNet, um serviço de informes enviados via e-mail para manter todos os cadastrados ligados nas atividades, eventos e iniciativas do grupo.

Numa época dominada pela mentalidade do liberalismo econômico, em que as autoridades insistem no discurso de que não há recursos suficientes para combater a pobreza, o AfroReggae vem fazendo um trabalho com poucos recursos, investindo no potencial de jovens favelados, levando educação, cultura e arte a territórios marcados pela violência policial e pelo narcotráfico, conseguindo criar alternativas de emprego e lazer.

O Afro Reggae vem trabalhando no sentido de romper com os abismos que separam negros e brancos, ricos e pobres, na certeza de que esta é a única alternativa para que se possa construir uma paz duradoura. Para o grupo, a maneira mais eficiente de promover o desenvolvimento do país começa por criar oportunidades para aqueles que estão em situação de risco pessoal, a fim de que eles possam deixar de ser mais um número nas estatísticas de pobreza e violência para se tornarem cidadãos que contribuam para a construção de riquezas, e, na justa medida, possam também ter o direito de usufruir das mesmas. Vigário, famosa em todo o Brasil pela violência, agora é reconhecida como um pólo gerador de arte e cultura.

Forjada no espaço da favela e expressando-se através de uma linguagem múltipla, a banda AfroReggae teve como primeira inspiração o Olodum, em virtude de sua fantástica força percussiva, das letras politizadas e do processo de conquista de auto-estima e cidadania que punha em curso, unindo duas forças – uma que convida a refletir e agir em favor do bem comum e outra que convida a dançar.

Trupe de Teatro AfroReggae

A trupe faz de sua arte uma forma não apenas de narrar o cotidiano, mas de reinventá-lo. Trata a arte como uma espécie de poesia participante que não abre mão de seu espírito criativo e coletivo. Seu espaço de produção é o chão da favela, mas seu lugar é o mundo. A Trupe de Teatro AfroReggae é composta por jovens de Vigário Geral e outros, oriundos de outros lugares, mas participantes de um cotidiano igualmente difícil. Artistas movidos pelo talento, pelo trabalho e pela alegria em atuar.

4.3.7 Instituições de apoio e movimentos pela democratização da comunicação

Aqui elencamos 28 instituições ou articulações que se organizam no intuito de dar suporte, consultoria, informações ou contribuir para a atuação de projetos sociais ou formulação de políticas públicas nas áreas da comunicação e cultura. Algumas possuem sede local, outras apenas virtual (web sites). É uma rede heterogênea com objetivos comuns: apoio a implementação de mudanças e socialização da comunicação. Colocamos ainda movimentos não só no Rio de Janeiro ou ligados às favelas, mas também em âmbito nacional, que atuam pontualmente ou principalmente na questão da democratização da comunicação.

Observatório de Favelas

O Observatório de Favelas é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. O Observatório busca afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas. Criado em 2001, é desde 2003 uma organização da sociedade civil de interesse público (oscip). O Observatório tem sede na Maré, no Rio de Janeiro, mas sua atuação é nacional. Foi fundado e é composto por pesquisadores e profissionais oriundos de espaços populares. Tem como missão a elaboração de conceitos, projetos, programas e práticas que contribuam na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais. Para serem efetivas, tais políticas têm de se pautar pela expansão dos direitos, por uma cidadania plena e pela garantia dos direitos humanos nos espaços populares. O Observatório tem três vertentes institucionais, ou seja, atua em três áreas distintas: Comunicação e Cultura; Desenvolvimento Territorial; Direitos Humanos. Os Projetos e Ações são divididos pelas vertentes.

Criar Brasil – Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio

ONG de apoio às rádios contra-hegemônicas. Antes de ser CRIAR, era CRIA: Centro de Imprensa Alternativa, um setor do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, que nasceu de uma idéia do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Em 1994, sua história mudou de rumo e passou a ser escrita de forma independente, mas mantendo os mesmos ideais. Tem como missão apoiar as organizações dos movimentos sociais através da produção, capacitação, assessoria e pesquisa radiofônica. Tem trabalhado pela democratização da comunicação e pela ocupação das ondas do rádio com programação que

contribua para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. O Criar é a Ong do rádio para todas as vozes. A equipe é formada por radialistas e jornalistas com experiência em capacitação e produção de programas de rádio, spots, vinhetas e outros materiais em áudio, sempre sintonizados com a promoção da cidadania. O principal objetivo do Criar Brasil é falar para as comunidades brasileiras, privilegiando as de baixa renda, através do rádio, já que este meio tem a capacidade de alcançar os pontos mais distantes do país e possui uma linguagem de fácil compreensão para todas as camadas sociais. O desafio é buscar formas criativas de trabalhar principalmente com temas ligados à cidadania, educação, saúde, direitos humanos, direitos dos trabalhadores e das crianças e adolescentes. Além das produções, o Criar Brasil também privilegia a troca de experiência com comunicadores de todas as regiões do país, através de projetos de capacitação para o rádio promovendo seminários e participando de atividades de outras instituições. São oportunidades de contribuir na formação de novos radialistas e conscientizar os comunicadores para a necessidade de uma atuação democrática em relação ao ouvinte.

Viva Favela

Realizado pela ONG Viva Rio, a rede Viva Favela tem como meta a inclusão digital, a democratização da informação e a redução da desigualdade social. Como uma ponte virtual entre o asfalto e a favela, conta com uma equipe de jornalistas e “correspondentes comunitários” – moradores de favelas capacitados para atuar como repórteres e fotógrafos. O trabalho é feito em parceria. Criado em julho de 2001, o portal cobre áreas tão diversas quanto cultura, emprego, esportes, serviço, diversão, economia e cotidiano – há muito mais para se contar sobre as favelas do que histórias de violência e narcotráfico. O site traz também notícias de interesse das comunidades em tempo real.

REVIRA – Rede Viva Rio de Radiodifusão Comunitária

Atua no movimento de radiodifusão comunitária, contribuindo para sua organização e potencialização, tendo como experiência a Rede Viva Favela e a Rádio Viva Rio. O projeto pretende contribuir para o desenvolvimento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com a democratização da comunicação e com o fortalecimento da cultura de Paz. Tem como objetivos: potencializar as expressões culturais que venham das comunidades pobres; e contribuir para que as emissoras comunitárias sejam instrumento de desenvolvimento local, elo entre morro e asfalto, entre campo e cidade, atuantes no combate a todas as formas de

violência e promotoras de uma cultura de paz. Realiza capacitação (cursos, oficinas e seminários) e produção de conteúdo.

RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor

É uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), autônoma política, administrativa e financeiramente e sem finalidade lucrativa fundada em 1997 com o apoio do Programa Comunidade Solidária dirigido pela Dra. Ruth Cardoso. A RITS foi criada com a missão de ser uma rede virtual de informações, capaz de proporcionar às organizações da sociedade civil a oportunidade de compartilhar conhecimento, recursos técnicos e promover a interação de suas atividades através do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação – em especial, da Internet. A missão da RITS é contribuir para a participação ativa das entidades civis, de cidadãos e cidadãs na alavancagem das TICs (tecnologias de informação e comunicação) para o desenvolvimento humano, a democracia e a sustentabilidade. Esta missão desdobra-se em cinco linhas de ação: 1) Análise, monitoramento e proposição de políticas públicas. 2) Formação de agentes das entidades civis no campo do direito à comunicação e outras ações de formação online e presencial. 3) Apoio em tecnologias Internet para entidades civis. 4) Mobilização da sociedade civil através de serviços de informação online. 5) Condução de projetos de inclusão digital que beneficiem as comunidades de baixa renda. Concretamente, por esta linha de ação a RITS participou da instalação e manutenção de mais de 180 telecentros comunitários e redes comunitárias no Brasil. Desde o início de suas atividades, a RITS atua com o objetivo de ser um instrumento de modernização e fortalecimento das organizações da sociedade civil e consolidou-se como uma referência na disseminação de informações voltadas para os interesses do terceiro setor e à articulação das organizações da sociedade civil em função de objetivos comuns no Brasil.

ABRAÇO – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias

É uma organização que luta pela defesa da liberdade de expressão e para fortalecer a resistência à opressão imposta às rádios comunitárias através das forças repressoras do Estado. Surge no enfrentamento ao monopólio dos meios de comunicação através da manifestação radiofônica das comunidades das cidades, periferias e do campo. Essas comunidades apropriaram-se tecnologicamente desses instrumentos de comunicação saindo de uma posição de receptores passivos para criadores, elaboradores e gestores do seu próprio meio de comunicação enfrentando todos os desafios e obstáculos resultantes dessa atividade, numa perspectiva de superação dos produtos aniquiladores da capacidade crítica distribuídos

pelos meios de comunicação de massa. As rádios comunitárias são instrumentos por onde ecoam notícias, debates e as principais discussões dos movimentos sociais e organizações que não encontram espaço nos meios tradicionais de informação. Esse caráter democrático e diferenciado tem que partir de uma construção coletiva superando a relação utilitarista reproduzida historicamente entre meios de comunicação e sociedade. A organização reivindica o fim da repressão policial; liberdade e anistia às rádios comunitárias, para que os equipamentos apreendidos sejam devolvidos; o fim do monopólio dos meios de comunicação, o espectro eletromagnético é um espaço público porque pertence à União, portanto a concessão do seu uso deve ser concedido ao povo e não às empresas; defende o rádio digital democrático, para isso devemos pressionar o governo para que se desenvolva pesquisa nacional e que se crie um padrão brasileiro de rádio digital evitando a colonização digital. A racionalidade tecnológica deve ser popular e não de mercado.

Núcleo Piratininga de Comunicação

O NPC é constituído por um grupo de comunicadores, jornalistas, professores universitários, artistas gráficos, ilustradores e fotógrafos que trabalham com o objetivo de melhorar a comunicação, tanto de movimentos comunitários ou populares, quanto de sindicatos e outros coletivos. Tem realizado esta tarefa de forma ininterrupta há mais de quatorze anos, principalmente através de cursos, palestras e seminários e produção de materiais de formação e informação. Acredita que os trabalhadores e os setores populares precisam aperfeiçoar-se constantemente em sua comunicação para alcançar o objetivo de construção de uma nova sociedade. O NPC apresenta a esses grupos sociais conhecimentos adquiridos por meio de formação específica e da sua prática social. As atividades do NPC remontam a 1992 e o acúmulo destas culminou na sua formalização jurídica em 1997, tornando-se uma organização civil sem fins lucrativos, legalmente constituída, com sede no Rio de Janeiro e atuação nacional. Tem uma estrutura jurídica formada por uma Diretoria e um Conselho de Membros em vários estados do País (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Ceará). Possui uma equipe técnica responsável pelo trabalho administrativo, mas conta, também, com uma rede de mais de dez mil parceiros (na maior parte ex-alunos dos seus cursos). Divulga um boletim quinzenal especializado em comunicação sindical e popular. Colabora, ainda, com várias entidades e movimentos co-irmãos seja realizando ações conjuntas, solicitando ou oferecendo apoios pontuais. O objetivo central é melhorar a comunicação dos trabalhadores para construir um mundo com justiça e sem exclusão. O ponto de partida é a certeza de que sem comunicação não há possibilidade de os trabalhadores

lutarem para alcançar a hegemonia política na sociedade. A organização capacita e promove a comunicação popular em todo o território nacional para grupos interessados em melhorar sua comunicação: do jornal impresso à Internet, da oratória ao uso do rádio e do vídeo. Para alcançar este objetivo, realiza as seguintes atividades:

- Ministra cursos ligados à área de comunicação sindical e popular e história dos trabalhadores.
- Realiza palestras/debates sobre temas da sua ação;
- Produz jornais, cartilhas, revistas e livros destinados aos trabalhadores;
- Avalia e propõe mudanças em publicações sindicais;
- Realiza planejamento na área da comunicação;
- Realiza reportagens dentro e fora do Brasil;
- Promove cursos nacionais, anualmente, de atualização em comunicação;
- Criou o Observatório da Imprensa Sindical, um arquivo de publicações sindicais de todos os estados do país produzidas na última década: jornais, cartilhas, revistas, vídeos e outros;
- Mantém uma videoteca com o objetivo de sensibilizar sobre a utilidade e necessidade de se utilizar o vídeo.

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

O Fórum surgiu em 1991 como movimento social e transformou-se em entidade constituída em 1995. Mas sua história começou ainda em 1984 com a criação da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC). Atualmente, o Fórum está organizado em nove estados e é integrado por 15 entidades nacionais. Depois de perder a batalha da luta pela democratização da comunicação durante a Constituinte, quando o empresariado praticamente escreveu o Capítulo V da Constituição Federal, entidades de classe que formavam a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação decidiram que era preciso manter um esforço permanente de mobilização e ação na busca de políticas públicas que democratizassem de fato a área das comunicações. Como constata o próprio Programa do FNDC, a luta pela democratização da comunicação vincula-se aos esforços para uma reestruturação da sociedade brasileira, com o estabelecimento de garantias para o acesso a serviços públicos, ao trabalho e a condições de vida dignas para todos os brasileiros. Tem como objetivos a mobilização da sociedade para a democratização dos meios de comunicação e planejamento e preparação da comunicação nacional para que o país possa ser um grande exportador de produção audiovisual.

União Cristã Brasileira de Comunicação Social – UCBC

Fundada em 1969, a UCBC é uma associação civil, sem fins lucrativos, ecumênica que congrega agentes de Pastoral da Comunicação das Igrejas Cristãs, profissionais, professores, pesquisadores, estudantes, empresas, escolas e entidades de Comunicação Social e tem como caráter ser um espaço de encontro, de intercâmbio, de definição de políticas e processos comunicacionais e de educação para a comunicação. Tem como objetivos e atividades: a) estimular e promover a presença cristã, efetiva e profissional, nas políticas de Comunicação Social e na mídia em geral; b) defender uma postura ética na definição de políticas, no uso e na distribuição da Comunicação; c) afirmar a liberdade de Comunicação e o direito universal à participação na criação e gestão da produção cultural; d) organizar estudos e debates sobre Comunicação Social a serviço da comunhão, da liberdade e da dignidade humana; e) promover cursos, encontros, simpósios, congressos, seminários de capacitação para o consciente uso dos Meios de Comunicação, publicações, pesquisas e trabalhos correlatos no campo da Comunicação; f) atuar na defesa dos direitos humanos e sociais, de forma especial no âmbito da comunicação; g) buscar um constante intercâmbio com organismos afins, nacionais e internacionais, podendo firmar contratos e convênios, com vistas à construção de uma sociedade justa e solidária, sinal do Projeto Cristão do Reino em processo de realização.

Fórum de Mídia Livre

O Fórum de Mídia Livre nasceu em abril de 2008 do manifesto em defesa da diversidade informativa e da garantia de amplo direito à comunicação. O manifesto, resultado de reunião promovida em São Paulo, lançou as bases para a organização do I Fórum de Mídia Livre, como proposta de um espaço nacional de debates sobre os temas relativos à democratização da comunicação no país. O I Fórum de Mídia Livre foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2008 pela Escola de Comunicação da UFRJ, mobilizando cerca de 800 pessoas por dia de evento. Suas discussões conduziram a um conjunto de propostas e manifestações, que se constituíram posteriormente em medidas concretas, como a participação na cobrança do Executivo para a realização da Conferência Nacional de Comunicação e a construção de Pontos de Mídia livre como política de governo, o que começou a ser efetivada pelo Ministério da Cultura. Em janeiro de 2009, às vésperas do Fórum Social Mundial, aconteceu o Fórum Mundial de Mídia livre na cidade de Belém do Pará. Durante o Fórum o presidente Lula anunciou a Conferência Nacional de Comunicação e o Ministério da Cultura o edital de Pontos de Mídia, como primeiras respostas às reivindicações dos movimentos organizados da sociedade civil do campo da comunicação social. A segunda edição do Fórum Nacional de

Mídia Livre ocorre em Vitória, em dezembro de 2009, na Ufes. A cidade foi escolhida pelas mudanças que pretendem protagonizar no setor de comunicação e cultura, com anúncios de investimento em comunicação para a cidadania, internet pública e ampliação do acesso à cultura.

Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social

Associação civil sem fins lucrativos em atividade desde 2002 que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Para o Intervozes, o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia. Uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões e culturas que a compõem têm espaço para se manifestar. O coletivo é formado por ativistas e profissionais com formação em Comunicação Social e em outras áreas, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. Cada associado do Intervozes é, ao mesmo tempo, um promotor de ações locais e um colaborador na formulação e realização de estratégias nacionais adotadas pelo coletivo. Tem como missão promover o direito humano à comunicação, trabalhando para que este seja apropriado e exercido pelo conjunto da sociedade na luta por uma sociedade democrática, justa e libertária, construída por meio da autonomia, dignidade e participação de todos e todas.

Projeto Donos da Mídia

É um projeto que busca informações nas mais variadas fontes para tornar disponível ao público dados dos detentores dos meios de comunicação no Brasil. O foco principal é dado aos políticos que controlam esses meios de forma direta (tem participação societária), o que é proibido pela constituição nacional. O site, que é o principal veículo do projeto, se mostra de grande valia para concluir que os meios de comunicação no Brasil ainda são usados para manutenção de poder político, e da mesma forma, que o poder político cria a possibilidade de controle dos meios de comunicação no Brasil.

Programa Democracia e Comunicação

Inaugurada em 2007, a Web Rádio Petroleira é mantida com o desconto assistencial da categoria petroleira. Tem uma grade bastante engajada em que se destaca o programa “Democracia e Comunicação” com convidados envolvidos em instituições que trabalhem pela democracia na comunicação (como integrantes do Intervozes).

Coletivo Digital

Organização não governamental idealizada em 2004 para levar adiante a experiência de seus membros nas áreas de inclusão digital e na disseminação e desenvolvimento do Software Livre. Tem como principal objetivo o compartilhamento do saber e o trabalho colaborativo. O Coletivo Digital está engajado na luta contra a privatização do conhecimento, para que este seja reconhecido como um bem da humanidade e um direito de todos. Acredita que somente o acesso universal ao conhecimento e aos novos avanços científicos poderá garantir, no futuro, uma sociedade mais justa. Para levar a cabo a sua empreitada o Coletivo Digital busca montar e dar suporte a experiências de Inclusão Digital que atuem na capacitação da população mais carente e no acesso comunitário à rede mundial de computadores.

AMARC Brasil

A AMARC é uma organização internacional a serviço do movimento de rádios comunitárias que agrupa 3.000 membros e associados em 110 países. Seu objetivo maior é apoiar e contribuir com o desenvolvimento de radiodifusão comunitária participativa de acordo com os princípios da solidariedade e da cooperação internacional.

Ideário Cultura e Comunicação

Organização cultural, sem fins lucrativos, criada em 2002. Sediada em Alagoas, luta pela democratização dos bens culturais, pelo compartilhamento de informações, e fortalecimento das expressões culturais locais. Tem como missão produzir e socializar conhecimentos através das linguagens artísticas e meios digitais, contribuindo para a diversidade cultural e transformação social.

Informativo Eletrônico Sete Pontos

É uma iniciativa de professores e estudantes universitários. Tem o propósito de evidenciar a materialidade dos princípios manifestados no documento “Sete princípios: prioridades propostas pela sociedade civil – CMSI”, elaborado pelo Comitê de Redação do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil em Conteúdos e Temas para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. Conta com a participação de colaboradores do meio acadêmico e da sociedade civil, para contribuir com o debate sobre a disseminação e a apropriação das tecnologias de informação e comunicação pela sociedade.

Movimento Cearense pela Democratização da Comunicação

Surgiu em agosto de 2004. É uma Articulação de pessoas e instituições que tomou como base o debate gerado pela articulação nacional que acontece desde 1991, quando foi criado o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). A Articulação reúne representantes de vários segmentos da sociedade civil organizada para discutir comunicação, intervir nas ações do governo no setor e propor políticas públicas. Desde 2005, o Movimento adotou como princípio a Comunicação do Direito Humano e trabalha com uma plataforma de atuação distribuída em três pontos: Controle Público dos Meios de Comunicação; Sistema Geral de Comunicação; e Radiodifusão Comunitária.

Fazendo Média

Jornal Impresso mensal (que tem versão digital) elaborado por profissionais e estudantes de Comunicação Social, História e Educação que procuram entender a chamada grande mídia a partir de suas relações com o poder político-econômico estabelecido, para então compreender seus mecanismos que, mais do que formar opinião, são capazes de moldar percepções, criar paradigmas e reproduzir os interesses do *status-quo*, deixando em segundo plano sua função social.

Centro de Mídia Independente

O CMI Brasil é uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. O CMI Brasil quer dar voz à quem não têm voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais. A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os "novos movimentos") e sobre as políticas às quais se opõem. A estrutura do site na internet permite que qualquer pessoa disponibilize textos, vídeos, sons e imagens tornando-se um meio democrático e descentralizado de difusão de informações.

UNIRR: União e Inclusão em redes de rádios

Tem como objetivo capacitar, assessorar e apoiar as instituições e indivíduos que usam ou queiram usar o rádio ou outros meios de comunicação para promover a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Observatório de Imprensa

Entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira. O Observatório da Imprensa funciona como um fórum permanente onde os usuários da mídia – leitores, ouvintes, telespectadores e internautas –, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, podem manifestar-se e participar ativamente num processo no qual, até há pouco, desempenhavam o papel de agentes passivos. No caso da mídia, a cidadania foi convertida num conjunto de consumidores, ficticiamente vocalizados por pesquisas de opinião pública que empregam metodologia quantitativa, necessariamente redutora, e com pautas alheias aos reais interesses e necessidades dos opinadores. Os meios de comunicação de massa são majoritariamente produzidos por empresas privadas cujas decisões atendem legitimamente aos desígnios de seus acionistas ou representantes. Mas o produto jornalístico é, inquestionavelmente, um serviço público, com garantias e privilégios específicos previstos em vários artigos da Constituição, o que pressupõe imperiosas contrapartidas em matéria de deveres e responsabilidades sociais. Será este serviço público (e não as empresas ou os profissionais que executam as suas diretrizes) a matéria-prima das avaliações e diagnósticos. A Sociedade Civil deve abranger sucessivos níveis de monitoração e atuação, de forma a diminuir a distância entre os poderes e a cidadania, convertendo-se ela própria numa instância. No caso dos meios de comunicação de massa, o Observatório da Imprensa propõe-se a funcionar como um atento mediador entre a mídia e os mediados, preenchendo o nosso "espaço social", até agora praticamente vazio. O Observatório foi organizado pelo Labjor (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo), da Unicamp, desenvolveu-se sob a égide do Comitê Gestor Internet no Brasil e, nesta versão online, iniciada em 1996, é um projeto do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, organização social sem fins lucrativos constituída em 2001. O Labjor, além das suas atividades de formação, treinamento, reciclagem e consultoria nos campos profissional e empresarial, tem compromissos com a conscientização dos destinatários da mensagem jornalística, sem a qual resultarão insuficientes todos os esforços de qualificação da nossa imprensa.

Consciência.Net

Revista eletrônica diária fundada em 2000, que aborda conteúdos atuais por uma perspectiva crítica. A Revista não possui nenhum membro de sua equipe contratado ou remunerado. Conta com a militância de pessoas que acreditam na mídia livre e independente.

Revista ARede (da Momento Editorial)

Revista eletrônica. A Momento Editorial foi criada para produzir informação especializada nos segmentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Atua no planejamento, apuração, redação e edição de conteúdos impressos e eletrônicos nesses segmentos, com projetos destinados a diversos públicos. Sua primeira realização foi a revista ARede e sua versão eletrônica, que abordam o uso das TICs na inclusão social.

Radiotube – Rede de Cidadania

Site colaborativo feito por e para comunicadores e apaixonados por rádio. Um espaço virtual para que as produções radiofônicas de todo o país possam ser disponibilizadas na rede e utilizadas pelo Brasil afora. A idéia é formar uma rede social que produza conhecimento coletivo e informação cidadã. O RadioTube surgiu com a evolução da Rede de Cidadania nas Ondas do Rádio, desenvolvido pelo Criar Brasil em 2007, com patrocínio da Petrobras. O projeto contou com jovens correspondentes em diversos pontos do país e uma rede de 635 emissoras de rádio. Com a participação dos jovens, o Criar Brasil produziu programas jornalísticos e radionovelas sobre juventude e cidadania. Na avaliação da primeira fase do projeto, mais de 70% dos integrantes da Rede afirmaram ter interesse em disponibilizar suas produções e receber materiais de outras emissoras. Assim, como resposta a uma demanda de da rede de rádios, nasceu o RadioTube. O sucesso dessa iniciativa depende da participação e comprometimento de cada integrante dessa rede social. Programas de rádio, campanhas em áudio, spots, radionovelas, entrevistas, textos, músicas e demais produções radiofônicas com temática ligada ao fortalecimento da cidadania e com foco na juventude são muito bem-vindos. Vale dizer que qualquer conteúdo disponibilizado no RadioTube pode e deve ser livremente compartilhado, desde que seja para fins não-comerciais. O site adota como política geral de publicação uma licença do Creative Commons. Ou seja, você pode copiar, distribuir, exibir e executar qualquer uma das publicações, além de usá-las como ponto de partida para outras criações, desde que seja dado o crédito ao autor original. O objetivo é que, através do compartilhamento de conteúdo e da colaboração mútua, toda a comunidade seja beneficiada com a construção coletiva de conhecimento.

Observatório do Direito à comunicação

Em funcionamento desde 2007, o Observatório do Direito à Comunicação é um portal que produz informação e estimula o debate sobre a comunicação no Brasil. Realizado pelo Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, o projeto tem como objetivo central

criar um ambiente de acompanhamento e reflexão sobre o campo da comunicação, entendendo esta como um direito humano. Para isso, reúne, organiza e disponibiliza referências sobre o tema, e acompanha a conjuntura do setor, apresentando diariamente novos fatos, versões e análises críticas para o leitor. Os conteúdos produzidos e reunidos no Observatório tratam da comunicação em perspectiva ampla, abordando desde políticas culturais às questões relativas à propriedade dos meios, até a mais recente discussão sobre a convergência tecnológica e a digitalização da mídia. Matérias, análises, dossiês e estudos exclusivos dão ao público uma visão bastante plural sobre o setor. Uma biblioteca com documentos, pesquisas e legislação, arquivos de áudio e vídeo, além da sistematização das notícias veiculadas nos principais veículos especializados completam a lista do que é disponibilizado.

CRIS Brasil

A CRIS Brasil é uma articulação de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, cuja Missão é lutar pelo reconhecimento e efetivação do Direito Humano à Comunicação, considerando-o uma parte fundamental da construção de uma sociedade livre, justa e igualitária. A articulação CRIS Brasil é o capítulo nacional da Campanha CRIS Internacional (Communication Rights in the Information Society - Direito de Comunicação na Sociedade da Informação). São atores de todo o mundo, dos cinco continentes, com focos de atuação diversos dentro do mesmo campo. A CRIS busca a garantia de políticas públicas, acordos internacionais e a democratização da gestão pública para efetivação do direito à comunicação, com base na participação popular e no controle social. Ela procura ainda ampliar, capilarizar e qualificar o debate e mobilização sobre o direito à comunicação, sensibilizando e dialogando com a sociedade, para que ele seja reconhecido como direito legal e legítimo. E trabalha também pela apropriação coletiva do conhecimento e de seus processos de produção e difusão. A CRIS Brasil é um espaço de articulação nacional, com diálogo permanente com o governo e interfaces com outras iniciativas já em andamento no campo da Comunicação e da luta social. Tem como objetivo buscar estratégias conjuntas, na definição de uma agenda comum entre os diversos movimentos da sociedade civil, identificando os elementos comuns em meio a suas diversidades, com forte interação com os meios de comunicação comunitários, trabalhando pela mobilização e apropriação pelos cidadãos e cidadãs de seus direitos. No âmbito internacional, o foco é na interação com os outros atores participantes da CRIS Brasil, construindo posicionamentos e ações conjuntas em escala internacional.

Mídia dos Oprimidos

Blog alternativo de resistência que luta por uma sociedade justa. Tem como objetivo lutar contra a opressão, o silêncio dos excluídos, a ficção do “homem cordial”, a fábula neoliberal do progresso e tantos outros fingimentos. Esse espaço é para desmascarar a mídia fascista e burguesa, que deturpa as mentalidades da população com informações errôneas para desarticular uma pretensa revolução popular, perpetuando-se no poder por longos séculos..

4.3.9 Núcleos universitários de pesquisa

Abaixo, cinco núcleos de pesquisa de faculdades de Comunicação em âmbito nacional que têm como foco de estudo a comunicação comunitária e afins.

LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (UFRJ)

Pensando em sistematizar como área de pesquisa novos campos de investigação e atuação em comunicação, o LECC se constitui num núcleo agregador de estudantes, pesquisadores, integrantes de movimentos comunitários, material pedagógico, dados informativos e tudo o que possa servir de referência para o desenvolvimento do estudo acadêmico sobre o tema. Entre seus objetivos está incentivar estudantes de graduação e pós-graduação na pesquisa e desenvolvimento de atividades em comunicação comunitária.

O LECC propõe-se a: (1) Estudar textos essenciais sobre mídia, mediações socioculturais, princípios da sociabilidade no mundo ocidental e em outras formações civilizatórias. (2) Pesquisar a diversidade cultural e comunicacional, entendida como outra possibilidade de realizar a troca e a interação social, em busca de formas de autonomia social (desenvolvimento sustentável) e de novos padrões de sociabilidade (capital social). (3) Incrementar as pesquisas em comunicação comunitária tanto em nível de Graduação quanto na Pós-Graduação. (4) Dar continuidade a programas de formação prática de repórteres e radialistas vinculados a rádios comunitárias.

NECC – Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária (FACHA)

O objetivo maior do NECC é preencher uma lacuna existente entre a universidade e a sociedade, capacitando grupos populares à uma leitura crítica dos meios de comunicação, a formar grupos desta área na comunidade, a desmistificar o processo de comunicação e seus equipamentos técnicos, a realizar o intercâmbio entre comunidades aproximando o aluno e a faculdade ao mundo real, a ser um espaço para a experimentação e pesquisa, e por fim,

promover cursos e oficinas. O NECC é o resultado de uma parceria entre a Associação de Moradores e Amigos de Botafogo (AMAB) e as Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA). Funciona como extensão universitária voltada a integração entre a FACHA e a comunidade local (embora eles venham atendendo comunidades mais distantes) através de vídeos e publicações que relatam histórias das comunidades carentes do Rio. Entre estas estão os jornais: *Alô Comunidade*, *Extensão e Banco da Providência* e a revista *Comunicação & Comunidade*. O NECC também desenvolve projetos na Rocinha, Morro Azul e Morro de São Carlos através de parceria com associações de moradores.

Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (UMESP)

Investiga os processos comunicacionais que se desenvolvem nas organizações sociais de comunicação em nível local, comunitário e em entidades sem fins lucrativos. Estudos da comunicação em diferentes tipos de comunidades, das territoriais às on-line, em seus aspectos organizativos e estratégicos. Estudos de processos de produção e/ou de recepção de mensagens. Educomunicação e cidadania. Os membros do grupo se reúnem periodicamente, organizam ciclos de debates, publicam livros e artigos em revistas científicas e participam de eventos da área apresentando resultados de pesquisas. Os membros do grupo participam ativamente de congressos científicos apresentando trabalhos de pesquisa. Vários artigos foram publicados em revistas e coletâneas. Alguns membros proferem palestras em diferentes estados do Brasil e no exterior (como Cicilia Peruzzo).

Comunicação Comunitária e Cidadania (UNB)

O grupo de pesquisa Comunicação Comunitária e Cidadania reúne ações de pesquisa, extensão e ensino. Aliado ao Projeto de Extensão Comunicação Comunitária, o grupo tem por objetivo: contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica da prática da Comunicação e problematização do cenário atual da mídia; ampliar para estudantes de outras áreas e líderes comunitários (principalmente de Planaltina-DF) a possibilidade de pensar e usar a Comunicação para a mobilização social, promoção da participação e o desenvolvimento humano; desenvolver ou reforçar a responsabilidade social dos estudantes de Comunicação e de outras áreas do conhecimento; contribuir para a melhoria da qualidade de vida de comunidades como Planaltina, utilizando a Comunicação como instrumento de mobilização social para que os moradores dessas localidades possam se expressar e debater as dificuldades que enfrentam; ampliar o trabalho de democratização da Comunicação para comunidades que

não têm ou possuem pouco acesso aos meios de Comunicação. As disciplinas Comunicação Comunitária 1 e 2, que integram o Projeto de Extensão, têm por missão o compromisso de promover a troca de conhecimentos em prol das justas transformações sociais. Oferece aos estudantes a possibilidade de experimentar como os diversos meios de comunicação podem ser usados como instrumento de mobilização social. A cada semestre surgem novas demandas e novos projetos, que caracterizam a constante renovação pedagógica da disciplina, consolidando-se, dessa forma, um importante meio de contato dos estudantes com a prática, além de fazer a diferença dentro das comunidades beneficiadas. Alguns desses projetos tiveram início antes mesmo que a disciplina. É o caso da Ralacoco (Rádio Laboratório de Comunicação Comunitária), iniciada em 2001. Outros projetos têm caráter mais permanente e acabam por constituir novos organismos, como o Projeto Dissonante, em constante desenvolvimento ao longo de vários semestres. Atualmente, a disciplina desenvolve atividades em Planaltina. Ali, a disciplina se uniu ao processo de educação ambiental, desenvolvido por cursos de graduação oferecidos no campus da UnB da cidade, pelo movimento União e Luta dos Moradores do Buritis IV e pela rádio comunitária Utopia FM, dentre outras organizações.

Jiló – Jornalismo Interativo Laboratorial Otimizado Press (Estácio de Sá)

Grupo da Universidade Estácio de Sá (unidade Madureira) que volta seus olhos para a zona oeste e para temas comunitários em geral. Tem como projetos a rádio Jiló e a TV Jiló. Outra iniciativa do grupo é um curso para repórteres comunitários oferecido para alunos que ainda não estão na graduação. O objetivo não é formar necessariamente repórteres, mas sim desenvolver o olhar crítico nesses jovens. Durante o curso, que é oferecido em módulos, os alunos têm contato com o equipamento dos laboratórios da universidade.

5 As novas tecnologias: menos passividade e mais diálogo?

*Marx enfatizou que diferentes grupos sociais brigam entre si para moldar as tecnologias de acordo com seus próprios interesses. Durante a última década, empreendedores e hackers lutaram para que a Internet fosse a casa do comércio eletrônico ou da economia da dádiva.*³¹⁴

Richard Barbrook

Este capítulo analisa os novos movimentos midiáticos e foi colocado por fim pois é um tema presente mas que ao mesmo tempo aponta de certa forma para um futuro: a convergência digital, a tecnologia interativa *de forma popularizada* e a possível e consequente quebra de monopólio e poder dos grandes meios (a exemplo do que vem acontecendo com as grandes gravadoras de discos com o advento do download gratuito de músicas pela Internet).

A maior expressão do que tratamos aqui como novas tecnologias é a Internet. Não colocamos a Internet no mapeamento do capítulo anterior pois ela perpassa todas as outras mídias – todos os projetos mapeados (com exceção apenas de algumas rádios comunitárias) possui site na web (fonte, inclusive, da própria pesquisa).

As novas tecnologias podem facilitar a possibilidade de uma comunicação dialógica e comunicativa, com via de mão dupla – e não como “comunicados” de forma extensionista (conforme os estudos de Freire). Comunicação como troca, interação, participação – e quebra da lógica emissor-receptor.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire representa uma síntese de correntes filosóficas voltadas para a ação transformadora da realidade a partir do reconhecimento do potencial criativo do homem como sujeito. Retomar esses estudos e aplicá-los em fenômenos como a interatividade “pode ser um caminho para a construção concreta de alternativas a um sistema midiático orientado somente pela lógica de mercado”³¹⁵

O pesquisador Venício Lima, autor do livro “Comunicação e cultural: as idéias de Paulo Freire”, coloca que o desafio da interatividade trazido por uma nova conjuntura tecnológica aparece como um campo privilegiado para a aplicação na mídia da proposta dialógica que embasa o método pedagógico freireano:

A ausência dessa interação emissor-receptor sempre foi um dos elementos definidores da comunicação social ou comunicação de massa. Na imprensa, no rádio, na TV e no

³¹⁴ Barbrook, R., 2009, p. 382.

³¹⁵ Meditsch, 2002.

cinema, a unidirecionalidade da produção e distribuição simultânea e uniforme de mensagens, que não podem ser alteradas, para grandes leitores/audiências, é um dos traços fundamentais. A própria noção de massa, inicialmente herdada da sociologia europeia, de forma acrítica, referia-se à sociedade recém saída da revolução industrial, homogênea e composta por indivíduos anônimos, com pouca ou nenhuma interação entre si. [...] [As sociedades atuais], que já estão sendo chamadas de “sociedades interativas”, são, certamente, muito diversas dessa sociedade de massas idealizada no século XIX. [...] Certamente, aqueles que se interessam em compreender o homem e seu lugar no transitório mundo contemporâneo, muito se beneficiariam se tomassem como referência a definição dialógica de comunicação e cultura que Freire desenhou nos idos dos anos 60. É nesse novo tempo histórico que a contribuição de Paulo Freire se revela atual e suas idéias ainda criativas e desafiadoras.³¹⁶

Uma nova perspectiva para a comunicação terá como norte a reinterpretação da possibilidade comunicativa, para além do delírio tecnológico ou das figuras polarizadas como emissor, fonte, receptor ou canal. “Neste horizonte, a proposta em torno de estruturas comunicacionais voltadas para a real e efetiva preocupação com a condição e a qualidade de vida das populações passa a assumir um papel determinante.”³¹⁷

Promover uma comunicação horizontal e dialógica, que diminua o espaço das exclusões (ao aumentar o número de criadores e diminuir o de consumidores) é idéia essencial nesse processo. “O não-atrelamento aos padrões existentes, o incentivo à inventividade, ao processo criativo como forma de subverter o esquema dominante, o uso criativo de recursos pode evitar a verticalidade.”³¹⁸

A tecnologia, usada de dentro para fora, pode facilitar o desenvolvimento de uma “voz autônoma, política e culturalmente diversa”.³¹⁹ As novas tecnologias, dependendo de seus usos, podem atuar como ferramentas facilitadoras, permitindo ao sujeito transitar em mão dupla ao invés de ser receptor passivo.

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) surgiram no contexto da Revolução Informacional, Revolução Telemática ou Terceira Revolução Industrial, desenvolvidas gradativamente desde a segunda metade da década de 1970 e, principalmente, nos anos 1990, com a fusão dos meios de comunicação, computação e telecomunicações. Caracterizam-se pela digitalização e pela comunicação em redes para a captação, transmissão e distribuição das informações (texto, imagem, vídeo e som). São consideradas NTICs, entre outros³²⁰:

³¹⁶ Lima, V., 2001, p. 290.

³¹⁷ Paiva, R. A comunicação como projeto social. In: Anais do IV ENDICOM. Montivedeo: 2001.

³¹⁸ Paiva, R., 2003, p. 167.

³¹⁹ Sodré, M., 2008, p. 36.

³²⁰ Disponível em www.wikipedia.org. Acesso em nov. 2009.

computadores pessoais (PCs ou <i>personal computers</i>)	
câmeras de vídeo e foto para computador (webcams)	
gravação doméstica de CDs e DVDs	
diversos suportes para guardar e portar dados (discos rígidos ou HDs, cartões de memória, pendrives, zipdrives etc)	
telefonia móvel (telefones celulares)	
TV a cabo e via satélite	
Internet	<ul style="list-style-type: none"> - world wide web (principal interface gráfica da Internet) - websites e home pages - correio eletrônico (e-mail) - salas de bate-papo - listas de discussão (mailing lists) - sites colaborativos (wikipedia) - blogs, fotologs, videologs - podcasting (transmissão sob demanda de áudio e vídeo) - redes sociais (Orkut, Facebook, Twitter, Myspace) - programas de trocas de arquivos (Gnutella, Kazaa, BitTorrent, EMule) - programas de compartilhamento de vídeos (YouTube) - programas de compartilhamento de fotos (Flickr, Picasa) - web rádio - web TV
tecnologias digitais de imagem e som	<ul style="list-style-type: none"> - captura eletrônica ou digitalização de imagens (scanners) - fotografia digital - cinema digital (da captação à exibição) - som digital - TV digital - rádio digital
tecnologias de acesso remoto (sem fio ou <i>wireless</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Wi-Fi - Bluetooth - RFID (Identificação por Rádio Frequência)

Quadro 2 – Novas tecnologias

Segundo o pesquisador inglês especialista em novas tecnologias Peter Barbrook, na década de 1980 instalaram-se os primeiros computadores pessoais nos escritórios e lares dos Estados Unidos. Nos anos 1990, começa a expandir-se a Internet em todo o mundo, fundada

sobre o compartilhamento e troca de informações e conhecimento, mas também transformada em produtos comerciais e empreendimentos lucrativos.³²¹

Para Sodré, as novas tecnologias mudam a forma como o homem está inserido no mundo e configuram um novo *bios*.

As realidades comunicacionais abrangidas por expressões já clássicas estão sendo rapidamente alteradas pelo advento de novas tecnologias da informação, que fazem proliferar uma comunicação satelitizada, multicoaxial e reticular. Diferentemente do bombardeio de imagens e mensagens pelos monopólios mediáticos tradicionais, o ciberespaço e a realidade virtual oferecem-se como uma espécie de laboratório metafísico, questionador do sentido do real.³²²

Para o autor, tempo real e espaço virtual estão operando um redimensionamento do espaço temporal clássico, exigindo uma nova antropologia ético-política da comunicação ou uma nova teoria da comunicação. Esta lógica traz em seu bojo um novo desafio: redescrever como o sujeito humano “se situa diante de uma sociedade que é por inteira, mesmo nas suas zonas de pobreza, atravessada por tecnologias [...] sob o influxo de uma ordem cultural que é de ordem simulativa.”³²³ As comunidades “flutuantes, virtuais, imaginadas ou afetivas”³²⁴, constituem e definem o real hoje.

Existe hoje uma corrente teórica que coloca as novas tecnologias como possível portadora da democracia. Mas há diversas críticas que podem ser feitas a tecnologia em si, que reflete e representa a lógica da velocidade, do caos, do consumismo, da competitividade, da euforia tecnológica acrítica, em suma, do mercado.

Ao tratar da questão das novas tecnologias, não se pode perder de vista que a maior parte da população brasileira pobre ainda não tem acesso, além de não ter acesso às outras necessidades básicas fundamentais. Conforme Barbrook,

faltando aos carentes habitantes das favelas próximas, além de necessidades básicas, os serviços de bem-estar social que são garantidos na Europa, ficamos apavorados em saber como os futuros imaginários do Norte deram um brilho modernista na perpetuação da exploração do Sul. [...] Focar a política econômica do país em

³²¹ Barbrook, R., 2009, p. 352.

³²² Sodré, M., 2001, p. 7-8.

³²³ Entrevista com Muniz Sodré. Tempo real e espaço virtual exigem uma nova teoria da comunicação. Ciberlegenda Número 6, 2001.

³²⁴ Entrevista ao Olhar Virtual. Redes Sociais Virtuais: Democracia ou Utopia? Disponível em: http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id_edicao=265&codigo=2. Acesso em Nov 2009.

computadores, Internet e telefones celulares parecia grotesco quando tantas pessoas necessitavam de água, saneamento básico, eletricidade, saúde e educação.³²⁵

O problema do acesso tende a ser sanado com a popularização e barateamento da tecnologia. Mas “a convergência dos dispositivos de acesso não será responsável pela revolução se a população não for capaz de usá-la para além do uso imposto pela grande mídia”.³²⁶ Indivíduos de todas as classes (mesmo os de classe popular virtualmente conectados por meio das chamadas *lan houses* ou telecentros que proliferam nos bairros pobres) não possuem ferramentas críticas para utilizar esse instrumental e acabam usufruindo da Internet para entrar em sites de relacionamentos ou sites de extensão do pacote televisivo alienante, não explorando o potencial da web.

Mais do que debater os assuntos políticos urgentes do dia, seus tempos de conexão eram gastos com fofocas sobre suas experiências pessoais, amigos, celebridades, esportes, sítios bacanas, músicas populares, programas de TV e viagens de férias. Dentro dessa versão MySpace da ágora eletrônica, o comunismo cibernético era comercial e não excepcional. O que uma vez fora um sonho revolucionário era agora uma parte agradável da vida cotidiana.³²⁷

Para o sociólogo francês criador do conceito de mídia como “escola paralela” Louis Porcher, a Internet aumenta as desigualdades. “Entre duas pessoas que olham a mesma coisa na Internet, aquela que tem o capital cultural mais rico e mais diversificado vai tirar muito mais proveito do que a outra.” O capital cultural mais diversificado permite ao sujeito fazer conexões próprias, procurando seus próprios hipertextos. Para o autor, há internautas dependentes e independentes. Estes ocupam os postos de dominação e fazem com que os dominados acreditem (como sempre fizeram) que seus próprios valores são os valores universais.³²⁸

As diferentes camadas de sentidos, imbricadas umas nas outras, só são percebidas se o destinatário dispõe de um capital cultural suficiente. “Quanto maior for o nosso capital cultural, tanto mais significações plurais nós veremos num programa ou artigo.” Em suma, a mídia não fala a não ser em função das competências culturais do receptor.³²⁹

Em relação à interatividade da mídia, Porcher afirma que o “dialogismo [fazendo uso da teoria bakhtiniana], que representa uma grande força potencial, não é utilizável a não ser

³²⁵ Barbrook, R., 2009, p. 20-21.

³²⁶ Barbrook, R., 2009, p. 13.

³²⁷ Barbrook, R., 2009, p. 380-381.

³²⁸ Porcher *apud* Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 146-147.

³²⁹ Porcher *apud* Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 156.

que seja acompanhado por uma tomada de consciência da situação dialógica.” Não é senão através do diálogo que se pode progredir. A estrutura dialógica é um ingrediente necessário à formação e ao desenvolvimento humano. Para o autor, em relação aos meios clássicos, a interatividade é essencialmente metafórica.³³⁰

Dependendo do capital cultural, a Internet pode aumentar ainda mais as desigualdades. O problema não é somente de acesso, mas de saber usar. Portanto, segundo esta ótica, o meio continua sendo instrumento, ferramenta. Conforme Paiva,

na década de 70 Kaplún realizou atividades de Comunicação com grupos populares, propondo metodologias que possibilitaram tornar os receptores mais críticos e participativos. [...] Assim como o processo educacional concebido por Freire preconizava um trabalho ideológico sobre a consciência do educando, na metodologia desenvolvida por Kaplun, era vital tornar o receptor “mais ativo e mais crítico”. [...] O computador deixa, sem dúvida, mais ativo. Resta saber se mais crítico. O que vai depender mais do seu cabedal cultural do que da tecnologia em si.³³¹

Em suma, a revolução tecnológica não tem eficácia sem revolução social e política. E as classes populares não possuem, em geral, condições crítico-educativas de acessar o potencial da web. Antes de serem produtores, todos serão primeiramente e principalmente consumidores. Enquanto imperar o capitalismo, as grandes empresas procurarão formas de continuar impondo a ideologia do consumo, a propaganda, o lucro, tomando a comunicação como um negócio e a informação como mercadoria. “A revolução tecnológica não causou uma revolução social. Por algum motivo, a utopia foi adiada.”³³²

A mídia eletrônica é apontada negativamente, ainda, por exacerbar uma larga variedade de males sociais: elitismo, pedofilia, terrorismo, deficiência educacional e solidão. Deleuze advertiu que as novas tecnologias forneciam a infra-estrutura de monitoramento e vigilância da autoritária ‘sociedade de controle’ emergente. “Ao invés de emancipar as massas, o advento da Internet ameaçava reforçar o poder de seus opressores.”³³³

A Nova Esquerda antecipou que todos seriam capazes de produzir mídia dentro de suas próprias comunidades virtuais. Os ideólogos californianos predisseram a derrocada das restrições de propriedade intelectual dentro da Internet. Entretanto, ao mesmo tempo, a profecia central do mcluhanismo manteve-se incompleta. No final dos anos 2000, a Internet era onipresente, porém ainda era um negócio comum. A aldeia global não curara as divisões de nação, classe e cultura que infestaram a era

³³⁰ Porcher *apud* Freire, P., Guimarães, S., 2003, p. 157-158.

³³¹ Paiva, R., 2006.

³³² Barbrook, R., 2009, p. 377.

³³³ Barbrook, R., 2009, p. 359.

industrial. Contrário ao credo mcluhanista, o advento da Internet não marcou o nascimento de uma nova civilização humanista e igualitária³³⁴

As novas tecnologias criaram, ainda, um outro tipo de exclusão: os indivíduos que não estão conectados, que não têm e-mail, podem também ser considerados os “oprimidos” de hoje, os “excluídos virtuais”, não só de classe, mas de faixa etária – parte dos indivíduos de idade mais avançada que, por exemplo, não possuem ferramentas cognitivas para se comunicar eficazmente na web.

Como apontado por Freire, acreditamos que a tecnologia não é boa nem má em si. É produto do progresso, desenvolvimento e intelecto humano. O mais importante é o uso que se faz dela. Questão política, portanto.

Num horizonte de análise e uso social positivo da rede, podemos considerar situações de quebra de monopólio e poder capitalista ao apontarmos o número de downloads feitos atualmente e toda uma geração de jovens que não mais compram discos ou filmes ou jogos de computador mas “baixam” gratuitamente pela Internet obrigando grandes empresas da indústria fonográfica, por exemplo, a rever toda a sua estratégia de mercado pois é inviável sobreviver apenas com a venda de CDs. A questão dos direitos autorais também é posta em xeque com a nova geração de mídias colaborativas.

Programas de compartilhamento de músicas e outros sistemas de compartilhamento de arquivos, movimentos de programas de computadores de código aberto como o Linux, além da comunidade do software livre, do *Creative Commons* e do copyleft evidenciam que há soluções que estimulam a socialização do conhecimento, em lugar de sua apropriação privada. Software livre se refere à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software, tendo acesso ao código-fonte do programa.³³⁵ Essa idéia combate, por exemplo, o monopólio da Microsoft, que impede que os usuários sejam produtores de programas e sim consumidores.

Os princípios que se consolidarão como a base da ciberdemocracia, vinculados à interatividade – público-participante, interconectores, horizontalidade do discurso – podem fazer com que a comunicação por rede se constitua no paradigma da nova democracia, capaz de combater a verticalidade dos meios tradicionais de comunicação de massa.³³⁶

³³⁴ Barbrook, R., 2009, p. 376.

³³⁵ Disponível em <http://softwarelivre.org/>. Acesso em Nov 2009.

³³⁶ Paiva, R., 2003, p. 168.

Se entendermos que a comunicação é um direito, a referência é deslocada. Nessa linha, enquanto há impeditivos (sejam eles sociais, políticos, econômicos ou até técnicos) para a realização plena desse direito, é preciso uma postura ativa do Estado de promoção da pluralidade, da diversidade e da luta constante pela superação dessas desigualdades. [...] No Brasil, no entanto, nem mesmo do ponto de vista liberal há leis que garantam uma “concorrência equilibrada”. O país pode discutir porque uma fábrica de chocolate não pode monopolizar o mercado. Mas ainda não se permite debater porque uma mesma emissora pode alcançar 99% dos lares brasileiros com uma programação produzida quase que inteiramente no Rio de Janeiro e São Paulo e sem ter que dar satisfação a ninguém.³³⁷

Os conteúdos midiáticos estão atrelados a elementos como o mercado, a publicidade, a audiência, o capital. Mas aqueles que se propõem a construir uma comunicação alternativa devem se articular por meio das brechas oferecidas a partir do próprio sistema.

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação podem atuar nessas brechas, sendo mecanismos alternativos e facilitadores da inserção do homem na esfera participativa e transformadora por meio das redes.

Hoje essas redes não são unicamente o espaço no qual circulam o capital, as finanças, mas também um “lugar de encontro” de multidões de minorias e comunidades marginalizadas ou de coletividades de pesquisa e trabalho educativo ou artístico. Nas grandes cidades, o uso das redes eletrônicas tem permitido a criação de grupos que, virtuais em sua origem, acabam territorializando-se, passando da conexão ao encontro e do encontro à ação.³³⁸

Muitos movimentos ativistas e cívicos contam hoje com mobilização internacional graças à Internet.

Essa nova mídia foi utilizada como meio perceptivo e comunicativo para um novo tipo de ativismo, portanto, um contradiscurso, que combina participação social com interatividade midiática. Aparentemente, a partir de um horizonte de ação social participativa, podem-se incorporar instrumentalmente as novas tecnologias da comunicação. É possível opor um agir político [...] ao discurso apolítico da neobarbárie.³³⁹

Os recentes estudos sobre a comunicação dialógica tratam, por exemplo, de questões como interatividade, jornalismo participativo, blogs e outras ferramentas interativas na web 2.0. Blogueiros podem ser considerados comunicadores do oprimido, nesta ótica aqui proposta, desde que venham de camadas populares ou defendam sua causa.

³³⁷ Disponível em:

<http://arruda.rits.org.br/notitia1/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=11&dataDoJornal=atual>. Acesso em Nov 2009.

³³⁸ Martín-Barbero, J., 2005, p. 59.

³³⁹ Sodré, M., 2008, p. 40.

“É chegado o momento de experimentar, principalmente a partir do processo de percepção via análise crítica, um uso vinculativo e político da tecnologia.”³⁴⁰ Não se deve perder de vista a necessidade de se desenvolver a capacidade crítica e percepção do contexto geral em que se produz a informação, conhecer os artifícios da linguagem, o poder de produção de consenso.

Os novos meios oferecem facilidade técnica para a publicação/circulação de informações e, de várias formas, colocam em cheque a própria prática jornalística, na medida em que abrem a possibilidade para a produção de informantes autônomos, amadores e experimentais. No meio dessa avalanche informacional, com notícias e construções (retratos) da realidade que se sobrepõem nas mídias eletrônicas e digitais, o imperativo da crítica faz-se ainda mais necessário.³⁴¹

Segundo o educador Paulo Lima³⁴², estão sendo construídos novos modelos de comunicação em rede a partir do princípio da colaboração, do diálogo e da horizontalidade. O ‘sujeito-leitor-ouvinte-telespectador-ativo’ se contrapõe ao ‘receptor-consumidor-passivo’. As NTICs começam a subverter a ordem comunicacional criando uma audiência cada vez mais ativa e modificando radicalmente a relação emissor-receptor. A mídia contra-hegemônica atua em várias esferas das relações de poder. Seus meios, processos de produção e de distribuição procuram ser alternativos e inovadores porque acreditam que a comunicação implica troca, interação, participação e co-autoria. A comunicação se diferencia da simples informação transmitida em mão única pela mídia hegemônica. Esta mídia contra-hegemônica se manifesta por meio de um jornal mural, fanzine ou rádio comunitária, mas também um blog, uma comunidade virtual, um ambiente wiki e outras formas de comunicação da era da web 2.0.³⁴³

Guattari e Deleuze previram que as hierarquias piramidais do estado e do mercado achariam cada vez mais dificuldade em controlar os fluidos e autônomos ‘rizomas’ que emergem em oposição à sociedade cibernética de controle. As redes de computadores podem ser inerentemente participativas e igualitárias.³⁴⁴ O inventor da *World Wide Web*, Tim Berners-Lee, acentuou que essa visão coletivista de informação compartilhada já estava

³⁴⁰ Paiva, R.; Gabbay, M. Leitura crítica e cidadania: novas perspectivas. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Curitiba: Intercom, 2009. v. 1. p. 1-15.

³⁴¹ Paiva, R.; Gabbay, M. Leitura crítica e cidadania: novas perspectivas. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Curitiba: Intercom, 2009. v. 1. p. 1-15.

³⁴² Jornalista e educador, Paulo Lima é diretor da Revista Viração (www.revistaviracao.org.br) criada em 2003 com o objetivo de discutir princípios de defesa dos direitos humanos, educação, solidariedade entre os povos, além de pluralidade étnica e racial.

³⁴³ Paulo Lima defende que a mídia contra-hegemônica deve ajudar o cidadão a se tornar sujeito de direitos. Palestra proferida no Auditório da CPM-ECO, Campus da Praia Vermelha (UFRJ). 26/05/2008.

³⁴⁴ Barbrook, R., 2009, p. 374.

embutida na estrutura técnica da Internet. “Dentro do sistema de comunicação da aldeia global, o comunismo cibernético tomava o lugar do capitalismo monopolista.”³⁴⁵

Ao invés de transformar toda a informação em mercadoria, as tecnologias pós-industriais facilitam a não-mercantilização da informação. Por décadas, uma pequena minoria de técnicos *hackeou* as leis de propriedade intelectual. Agora, pela primeira vez, milhões de outras respeitáveis pessoas ignoram as regras capitalistas do jogo econômico: a maioria dos filmes, programas de TV, música, jogos e programas de computador feitos comercialmente estão disponíveis sem nenhum custo. Basta saber onde procurar.³⁴⁶

No final dos anos 1990, o movimento por justiça global se organizou à imagem da Internet. Os grupos do ativismo anticapitalista unem-se através de suas comunidades virtuais.

Como substituição à ortodoxia ideológica, os programas de código aberto inspiraram uma nova forma de política aberta. Diferente de seus adversários neoliberais, esses ativistas antiglobalização puderam juntar o Norte e o Sul na aldeia global. Em 2003, a invasão estadunidense do Iraque amplificou esse descontentamento no mais largo e extenso movimento de protesto da história humana. Milhões de pessoas rapidamente descobriram a verdade atrás dos boatos do partido da guerra, por meio de sítios e *blogs* dissidentes. Eles expressaram sua revolta e ceticismo em salas de bate-papo e fóruns de debate. Usaram correio eletrônico, mensagens instantâneas e publicações na rede para organizar marchas antiguerra e encontros de protesto. Através da extensão cibernética da Internet, indivíduos isolados tornaram-se uma nova e poderosa força política: a “inteligência crítica de massa”.³⁴⁷

A sociedade civil, por meio da articulação de entidades, redes e movimentos, luta por políticas públicas pelo direito à quebra de monopólios e pela produção coletiva da comunicação. O direito à comunicação reconhece o direito individual e coletivo de que todos possam ser produtores de informação, para além de espectadores e leitores.

Não basta ter liberdade de expressão, nem ter acesso a uma boa gama de fontes de informações, apesar disso ser parte fundamental do direito à comunicação. É preciso atuar contra as diferenças econômicas, sociais e políticas que fazem tão poucos terem condições de monopolizarem a produção da informação. Ao se falar de sistema público, não se está pensando apenas em mídias públicas fortes, mas na idéia de apropriação da mídia pelo público. Isso é mais amplo do que um sistema público literalmente, e une políticas de aplicação macro com políticas locais. [...]. A constituição de um sistema público, entendido como um conjunto de mecanismos que favorecem a apropriação da mídia pelo público, reconhece a necessidade de sair tanto do controle estatal como do controle privado. E favorece a reorganização da mídia no Brasil sob outras referências, incentivando e garantindo a promoção da diversidade cultural. A busca pela diversidade significa a busca pela igualdade de condições no

³⁴⁵ Barbrook, R., 2009, p. 368-369.

³⁴⁶ Barbrook, R., 2009, p. 372.

³⁴⁷ Barbrook, R., 2009, p. 379-380.

tratamento de questões lingüísticas, regionais, étnico-raciais, de gênero e de opção sexual, entre outras. A diversidade só se realiza plenamente com a prática da comunicação por todos os diferentes setores sociais. Isso significa que não basta, por exemplo, o negro aparecer na TV numa proporção e tratamento equânime, mas é preciso ter negros produzindo TV. É preciso ter o povo produzindo seus próprios programas. Ter cada canto do país com condição de produzir sua própria mídia. É também nesse espírito que aparece a luta pela apropriação social das TICs. Se a noção de inclusão digital fortalece a visão de que é preciso incluir os que estão de fora, a idéia de apropriação social é justamente a da potencialização de políticas públicas para que a população tome as tecnologias para si, produzindo conteúdo próprio e fortalecendo o protagonismo e o uso autônomo das TICs. Com a convergência tecnológica, essa deve ser a tônica inclusive para pensar novos processos de digitalização, como a TV digital.³⁴⁸

No início do século 21, os usuários da Internet são, ao mesmo tempo, tanto consumidores quanto produtores de mídia. Pessoas comuns tomam o controle de sofisticadas tecnologias da informação para melhorar suas vidas cotidianas e suas condições sociais. O comunismo cibernético já existe, mas é bem compatível com o capitalismo *ponto com*. A revolução informática não propiciou uma transformação social mais extensa. A Internet é ferramenta útil, mas não uma tecnologia redentora em si. Criatividade cooperativa e democracia participativa devem ser estendidas do mundo virtual para todas as áreas da vida. “Na teoria sem fetiche, são os humanos os heróis da grande narrativa da história.”³⁴⁹

As novas gerações se mostram – por meio dos novos estímulos imagéticos – mais ativas cognitivamente, verbalmente, tecnomanualmente. Mas a tecnologia, por si só, não é capaz de aumentar a criatividade e a atividade no sentido de ação para transformar a sociedade.

A tecnologia vem transformando, por outro lado, as relações sociais. E o uso que se faz dela, sendo um instrumento multidirecional (e não mais unidirecional e passivo), aliado a uma fundamental tomada de consciência crítica, pode facilitar a autonomia do indivíduo e pode ser um passo no caminho da transformação político-social da sociedade.

As novas redes podem tanto aprofundar a exclusão e a desigualdade (aumentando o abismo social, cultural, educacional e profissional entre os que têm acesso e os que não têm), quanto podem proporcionar meios de integração, articulação e transformação.

As NTICs podem possibilitar que o sujeito seja mais ativo, atuante, pensante, criador nas relações com os meios de comunicação. Mas para isso devem estar conectadas com a

³⁴⁸ Brant, J. Cris Brasil: A sociedade civil na luta pelo direito à comunicação. Leituras cotidianas nº 120, dez. 2004. Disponível em: <http://arruda.rits.org.br/notitia1/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=11&dataDoJornal=atual>. Acesso em nov. 2009.

³⁴⁹ Barbrook, P., 2009, p. 383-384.

educação e a reflexão, o que depende mais do material humano do que tecnológico. O homem de hoje possui muita informação, mas pouco entendimento. A tecnologia é apenas ferramenta. A capacidade de leitura e interpretação, a educação libertadora e dialógica, formal ou informal (através da escola, do educador, dos movimentos populares, da leitura crítica) é a base para instrumentalizá-lo e é a norteadora de todas as outras ferramentas e ações. A crítica baseada no diálogo e a comunicação do oprimido – reflexão e ação, consciência e prática, práxis libertadora – podem ser estratégias de transformação social. A comunicação deve ser dialógica. Não o sendo, como apontou Freire, não é comunicação e sim “comunicado”.

6 Conclusão

As novas redes sociais que se formam a partir de movimentos globais, internacionais, locais, de demandas específicas provam que há uma grande demanda por mudanças.

As redes possuem grande capacidade de mobilização e conexão de pessoas em torno de interesses comuns, mas ao mesmo tempo permitem a dispersão e desarticulação devido à velocidade e o fluxo contínuo e enorme de informações.

Esse novo mundo que resulta da “aliança entre comunicação, tecnologia e economia de mercado”, ou seja, a “tecnocultura” ao mesmo tempo em que traduz a cultura contemporânea consumista e globalizada, permite mais abertura ao diálogo e a conscientização a partir do momento em que traz em seu bojo possibilidades mais democráticas. Vivemos hoje num mundo de contradições, de determinismos e possibilidades *ao mesmo tempo*. E é nessa brecha das possibilidades que devemos atuar.

Enquanto o capitalismo consumista e o status quo se mantiverem, haverá opressores e oprimidos de classe. Mas essas articulações despontam no século 21 como resultado de uma forte demanda da sociedade por mudanças globais e efetivas. Essa luta é uma luta contra um sistema estabelecido e contra uma direção e conduta humana atual consumista, alienada, de caráter “egoístico-passional” e autodestrutiva.

As releituras da obra de Paulo Freire dão luz às novas tendências que emergem hoje no cenário da pesquisa em comunicação – sobretudo em relação à comunicação participativa e horizontal.

A importância do seu pensamento pode ser atestada em sua biografia, publicada em 1996, um ano antes de sua morte, através das homenagens e títulos recebidos em vida por inúmeras universidades e instituições em todo o mundo.

Este trabalho faz parte de muitos outros que compartilham a idéia da construção de uma nova sociedade, que, para além dos ideais revolucionários de ruptura do sistema social opressivo vigente, baseia-se também em ideais cristãos de fraternidade e solidariedade. Na partilha e divisão dos recursos básicos de sobrevivência, do conhecimento e do poder. Na convivência harmoniosa com as diferenças e com o ambiente. Numa abordagem da comunicação centrada não na grande mídia comercial, mas nas alternativas.

Longe de parecerem ingênuas, utópicas ou panfletárias, essas questões são urgentes e essenciais para a sobrevivência atual do homem na Terra. E são, sobretudo, questões políticas.

A fome e a pobreza extremas, as guerras e ameaças terroristas, as ondas de crise econômica, a violência nas grandes cidades, o grande número de suicídios em países ditos

desenvolvidos, as doenças causadas por alimentos industriais e as catástrofes ambientais, consequência do consumismo excessivo, provam que o sistema vigente está em vias de entrar em colapso.

Se o marxismo, como estratégia política, não despertou na humanidade a questão dos bens comuns e coletivos – ao invés de individuais e privados –, a questão ecológica e de sobrevivência emerge como estratégica.

Não abordamos a questão ecológica ao longo do estudo mas incluímos aqui com o intuito de alertar para o fato de que, de um modo ou de outro, a mudança da sociedade se faz premente – e para justificar a relevância dessa mudança. E uma das estratégias de mudança pode estar centrada na mídia – instituição hoje talvez de maior poder sobre a construção e manutenção do consenso.

Pensar a nova sociedade que pode surgir a partir desse colapso gradual requer pensar em diversos aspectos. Centramos este estudo no aspecto midiático – que pode favorecer ou não a construção dessa sociedade, dependendo do uso que se faz e da política que está por trás desses meios. Assim, as grandes instituições sociais – a família, a religião, a escola, a mídia – podem ser instrumentos tanto de produção e manutenção do status quo como de reformulação e superação desse sistema.

Não pretendemos propor um modelo ideal de sociedade ou propor o fim das diferenças, mas trabalhar a possibilidade de modos de vida mais equilibrados – equilíbrio na distribuição de riquezas e equilíbrio com o meio.

Inspirados em Freire, é importante ter, antes de tudo, a confiança no homem como sujeito criativo e a convicção de que a mudança é possível.

Referências

- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ADORNO, Theodor W. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Luiz Roberto. *Educar, um ato radical de comunicação. Para pensar Paulo Freire e a sociedade em mudança*. Unisinos. Revista Fronteiras – estudos midiáticos VIII (2): 123-132, maio/agosto 2006. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/fronteiras/article/view/3144/2954>. Acesso em ago. 2009.
- AMARAL, Marcio Tavares d'. *Comunicação e diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. UFRJ Editora: Rio de Janeiro, 2004.
- ARAÚJO, Betania Maciel de. *O pensamento de Paulo Freire no ensino da comunicação*. XXI Congresso brasileiro de ciências da comunicação. Recife. 8 a 12 de setembro de 1998. GT: Teorias de Comunicação. Disponível em: <http://www.webpraxis.com/bemaciel/intercom98.htm>. Acesso em: 12 fev 2005.
- ASSIS, Filemon de. *Da práxis dos meios de comunicação de massa: análise do projeto TAT (Television Awareness Training) e proposta do projeto DCCT (Desenvolvimento da Consciência Crítica do Telespectador)*. Dissertação de mestrado. UMEP: São Paulo, 1983.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec e Annablume, 2002.
- BARBER, Benjamin. Cultura McWorld. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BARBROOK, Richard. *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1987.
- BISSOLI, Michelle de F. *Questões sobre leitura e formação de professores: algumas reflexões*. Linha Mestra - Revista Virtual. Ano II, nº 08, maio/jun 2008. Disponível em: http://www.alb.com.br/revistas/revista_08/art2_08.asp. Acesso em jan. 2009.
- BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido. E outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMPOS, Adrelino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARNEIRO, Emmanuel. *Aprendendo a pensar*. Petrópolis, Vozes, 1977.

CHAUÍ, M. S. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: *O Silêncio dos Intelectuais*. Adauto Novaes (org.), São Paulo: Cia das Letras, 2006.

COGO, Denise. *Da comunicação rural aos estudos de audiência: influências da obra de Paulo Freire no ensino e na pesquisa em comunicação social*. Rastros Revista do Núcleo de Estudos Em Comunicação, Joinville, v. 1, n. 1, p. 29-36, 1999. Disponível em: <<http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/rastros01/rastros0103.html>>. Acesso em: out. 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Eduardo Granja. A comunicação do oprimido: malandragem, marginalidade e contra-hegemonia. In: PAIVA, Raquel (et alii). *Comunidade e Contra-hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008a.

_____. Gramsci: a comunicação como política. In: Eduardo Granja Coutinho; João Freire Filho; Raquel Paiva. (Org.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008b, p. 41-55.

_____. (org.). Apresentação. *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____.; PAIVA, Raquel. *Escola Popular de Comunicação Crítica: uma experiência contra-hegemônica na periferia do Rio de Janeiro*. E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Abril, 2007.

DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

DEUTSCH, Morton. *Maintaining Oppression*. Beyond Intractability. Eds. Guy Burgess and Heidi Burgess. Conflict Research Consortium, University of Colorado, Boulder. Posted: March 2005a <http://www.beyondintractability.org/essay/maintaining_oppression/>. Acesso em set. 2009.

DEUTSCH, Morton. *The Nature and Origins of Oppression*. Beyond Intractability. Eds. Guy Burgess and Heidi Burgess. Conflict Research Consortium, University of Colorado, Boulder. Posted: March 2005b http://www.beyondintractability.org/essay/nature_origins_oppression/>. Acesso em set. 2009.

ELHAJJI, Mohammed. Comunicação, Cultura e Conflitos: uma abordagem conceitual. In: *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

ESCOLA, Joaquim. *Paulo Freire e Gabriel Marcel: Esboço de uma Pedagogia da Comunicação na Era da Informação*. IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire. Instituto Paulo Freire, Portugal. 2004.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa Operária no Brasil. 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FONSECA, André Azevedo da. *O método Paulo Freire no ensino de Jornalismo*. Revista brasileira de ensino de jornalismo. Encontro nacional de professores de jornalismo. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.fnnpj.org.br/grupos.php?det=134>>. Acesso em jul. 2009.

_____. *Jornalismo para a transformação: a pedagogia de Paulo Freire aplicada às Diretrizes Curriculares de Comunicação Social*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro. Anais. São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0561-1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Edições Loyola: São Paulo, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007a.

_____; GUIMARÃES, Sérgio. *Sobre educação. Diálogos*. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

_____. *Cartas à Cristina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2007b.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.

GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília: UNESCO, 1996.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (orgs.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein; VAZ, Lilian Fessler. Pequeno histórico das favelas no Rio de Janeiro. In: *Evolução da população de favelas da cidade do Rio de Janeiro*.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MELO, José Marques de (org. et al). *Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mário Kaplún*. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO, Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

_____; TOSTA, Sandra Pereira. *Mídia e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. *Filosofia de Paulo Freire e práticas cognitivas no jornalismo*. Comunicação & Educação, São Paulo, (27): 15 a 30, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/Comedu/article/viewFile/4554/4277>>. Acesso em mar. 2009.

_____. A filosofia marxista-cristã de Paulo Freire no estudo da mídia: uma matriz abortada. In: MELO, J.M.; GOBBI, M.C.; KUNSCH, W.L.. (Org.). *Matrizes Comunicacionais latino-americanas: marxismo e cristianismo*. 1 ed. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/UMESP, 2002, v. 1.

MORAN, José Manuel. *Leituras dos Meios de Comunicação*. São Paulo: Ed. Pancast, 1993.

ORTIZ, Renato. *A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. S. Paulo, 1986, ANPOCS, n. 01, Junho, pp. 43-65.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum – Comunidade, Mídia e Globalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

_____. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. *A comunicação como projeto social*. In: Anais do IV ENDICOM. Montivedeo: 2001.

_____. A mídia como educadora coletiva: cidadania ou apatia? In: MELO, José Marques de, et alli. (org.). *Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mário Kaplún*. 1 ed. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

_____; GABBAY, Marcello. *Leitura crítica e cidadania: novas perspectivas*. In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Curitiba: Intercom, 2009. v. 1. p. 1-15.

_____; SANTOS, Cristiano H. R. (orgs). *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

PERUZZO, Cicilia. *Comunicação comunitária e educação para a cidadania*. In: PCLA, v. 4, n. 1, out/nov/dez. 2002.

_____. *A comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom]

_____. Cicilia. *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em:
<<http://intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0094-1.pdf>>. Acesso em jun. 2009.

PROJETO LCC: A história de um processo. União Cristã Brasileira de Comunicação Social. 1985.

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (orgs.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Disponível em: file:///C:/site/livros_gratis/origem_desigualdades.htm. Acesso em nov. 2009.

SANTORO, Luiz Fernando. *A imagem nas mãos. O vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus, 1989.

SANTOS, Joel Rufino. *Épuras do Social. Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global Editora, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação*. In: Comunicação & Educação, São Paulo, (23): 16 a 25, jan./abr. 2002. Disponível em:
<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4172/3911>>.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. O jogo contra-hegemônico do diverso. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. O globalismo como neobarbárie. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TAKADA, Paula Monteiro. *Comunicação Popular no século XXI, por onde (re)começar?* IX Congresso da ALAIC - Associação Latinoamericana de Investigadores en Comunicación. Out. 2008. Disponível em:
<http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Com_popular/ponencias/GT15_6takada.pdf>.
Acesso em: maio 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo: Paulus, 2003.

ZIEGLER, Jean. *A fome no mundo explicada a meu filho*. Petrópolis: Vozes, 2002.

APÊNDICE

Contato dos movimentos mapeados

APÊNDICE – CONTATO DOS MOVIMENTOS MAPEADOS

JORNAIS (Rio de Janeiro)

Nome	Site	E-mail	Telefone	Endereço
A voz da comunidade	www.jvozdacomunidade.com.br	rene_silva_rj@hotmail.com	(21) 3888-6660 / 2560-6953	Pedro Avelino, 422 - Bonsucesso
Jornal Fala Canoa	http://falacanoa.blogspot.com			
Jornal Vozes das Comunidades	www.piratininga.org.br	npiratininga@uol.com.br	(21) 2220-5618 / 2220- 4895 9628-5022 / 9923-1093	Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 Centro
O Almirante		emhforeis@rio.rj.gov.br	2269-0091 / 2229-0299	Rua Prof. Manoel Maurício S/Nº - Inhaúma
O Cidadão	www.jornalocidadao.net	jornaldamare@yahoo.com.br	(21) 38684007	Praça dos Caetés nº7 – Morro do Timbau - Maré
Rocinha Notícias	www.rocinha.org/2008/07/25/extra-extra		(21) 7843-6891	Rua Caminho do Boiadeiro, 19/ sala 201 - Rocinha

RÁDIOS (Rio de Janeiro)

Nome	Site	E-mail	Telefone	Endereço
Associação Rádio Comunitária Anchieta FM 106,1	http://associacao-radio-comunitaria-anchieta-fm.br.telelistas.net/vct/radio-emissoras-retransmissoras/rio-janeiro/104301490.htm	anchietafm1061@ig.com.br		
Mantenedora Fundacao Internacional de Comunicação		miriafer@yahoo.com		
Quadrangular FM		fernandosantus@hotmail.com		
Radio 101 FM		radio101.fm@ig.com.br		
Rádio A comunidade Ativa 96,1 FM	www.comunidadeativa.com	comunidadeativa@oi.com.br		
Radio Acao 101.7				
Radio Aliança FM		josias.correa@yahoo.com.br		
Radio Alternativa 91.3 FM		alex_shopcash@hotmail.com		
Radio Atalaia 95,05 FM		miguelfelisberto@oi.com.br miguelfelisberto@ig.co		
Radio Bicuda		joabatistajobit@yahoo.com.br		
Rádio Brisa FM	www.flogao.com.br/radiobrisa			
Rádio Comunitária Grande Tijuca	www.ogamita.com.br/inicial.htm	rgt105.9@ig.com.br, miramarcastilho@ig.com.br		

Rádio Comunitária Rayyzes FM (102,5)	www.rayyzesfm.com.br	radio@rayyesfm.com.br rayyzesfm@bol.com.br		
Radio Cultural FM 93,7	http://radioculturalfm937.com.br	radioculturalfm937@yahoo.com.br albertosilva937@yahoo.com.br		
Radio Cruzada		edmilsonventura@yahoo.com.br		
Radio Difusora Nordeste		radiodifusora2006@gmail.com		
Rádio Emissoras e Retransmissoras CRC Central Rádio Comunitária – Irajá	www.apontador.com.br/local/rj/rio_de_janeiro/servicos_gerais/C26P3ZAE/crc_central_radio_comunitaria__iraja.html			
Radio Estilo FM				
Rádio Estilo Livre FM	www.estilolivrefm.xpg.com.br/6.html	estilolivrefm102@yahoo.com.br		
Radio Eu Sou 90.1		hoeusou@yahoo.com.br		
Radio Cidade Urucania		mbmonteiroeletronica@ig.com.br		
Radio Comunicadora 104,5 FM				
Radio Comunitaria Centro FM		radcomcentrofm@brfree.com.br		
Radio Comunitaria Magarca				
Radio Comunitaria Paquet				
Radio Comunitaria Vila no Ar		silvawaldir@yahoo.com.br radiovilanoar@yahoo.com		
Radio Fala Mulher.Com		dviola@openlink.com.br		
Radio FM Exelso 99,1		cidinhomendes@pop.com.br		
Radio FM Ilha 92.1 Mhz				
Radio Formula Jovem 91,1 FM	www.formulajovemfm.hpgvip.com.br/	formulajovemfm@ig.com.br formulajovem91fm@hotmail.com		
Radio Fundison 103,3 - Radio Arte Comunitaria	www.centrointerativodecirco.org.br/radio.ht	contato@centrointerativodecirco.org.br		
Radio Gospel FM 107,9		bispolaarte@renascer.com.br		
Radio Harmonia Light				
Radio Haroldo de Andrade		diegoinsfra@gmail.com, insfran7@hotmail.com		
Radio Inside 103,3		conysegs@yahoo.com.br		
Radio Interativa				

Radio Jardim Novo		radioaj96.7@gmail.com		
Radio Joao Kopke		radiojoaokopke@gmail.com		
Radio Jornal Seguro Amanhã	www.rtjsa.jor.br	contato@rtjsa.jor.br		
Radio Jornal Sul de Minas Indy 950				
Radio Joven Hits FM - RJ		jovemhits@gmail.com, jovemhits@radio.fm		
Radio Katana FM	www.grupokatana.com.br http://katanafm.blogspot.com	preduardokatana@yahoo.com.br		
Radio Liberdade 93,3 FM				
Radio Litoral FM 90,7 - RJ				
Rádio Maré FM	www.sisdera.com/radio/?canal=MARE FM / http://www.acerp.org/	radiomare@acerp.org radiomarefm@hotmail.com acerp@oi.com.br		
Rádio Maré Manguinhos	www.maremanguinhos.fiocruz.br	maremanguinhos@fiocruz.br		
Radio Maresia FM	www.radiomaresiafm.com.br			
Radio Moca Bonita FM				
Radio Night Rio 90,9				
Radio Nova Siao - FM		novasiaofm@hotmail.com		
Radio Novo Amanhecer				
Radio Onda Livre FM - RJ				
Radio Ousadia 104.1				
Rádio Petroleira	www.radiopetroleira.org.br	agencia@apn.org.br		
Radio Portal FM 103.3				
Rádio Positiva FM	http://positivafm.blogspot.com	haroldocalixto@yahoo.com.br / positivafm@live.com		
Radio RDC 1480		vanniabarboza@yahoo.com.br		
Rádio Resistência FM 104,1	www.radioresistencia.com.br	radioresistencia@radioresistencia. com.br		
Radio Rio de Janeiro		producao@radioriodejaneiro.com. br		
Radio Rio Show FM		cleberloliveira@hotmail.com		
Radio Rio Zona Oeste FM 105,9		riozaonoesteshow@yahoo.com.br		
Radio RP Noticias FM Comunitaria Educativa		radiorpnoticias@bol.com.br		
Radio Safra FM		claudiogc227@yahoo.com.br		

Radio Samp FM				
Radio Santa Cruz FM				
Radio Sonora FM 105,9		radiosonorafm@terra.com.br		
Radio Terra Brasil FM 105,5				
Radio Trans-Oeste				
Radio Vida FM				
Radio Studio FM 92.9	www.studio929.com.br	studiofm@livre.com, radiostudio.fm@ig.com.br		
Rádio Viva Rio	www.vivario.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=40&inoid=132	faleconosco@vivario.org.br		
Radio Voltagem FM 94.5				
Sintonia Sistema de Comunicacao				

TVs (Rio de Janeiro)

Nome	Site	E-mail	Telefone	Endereço
TVC RIO	http://tvcrio.org.br http://blogdatvcrio.blogspot.com		(21) 2509-7125	Rua Joaquim Silva 56 - 9º andar Lapa
TV Katana	www.grupokatana.com.br/v4/	preduardokatana@yahoo.com.br	(21) 3322-6266	Estrada da Gavea, 520 B – Gávea
TVROC (TV Rocinha)	http://tvrocinha.com	contato@tvrocinha.com	(21) 3322-0535	Estrada da Gávea 827 Loja A - São Conrado

CINEMA E AUDIOVISUAL (Rio de Janeiro)

Nome	Site	E-mail	Telefone	Endereço
Cine CUFA	www.cinecufa.com.br			
CUFA Audiovisual	www.cufaaudiovisual.blogspot.com			
Curta Favela	http://curtafavela.blogspot.com			movimento itinerante
Festival Visões Periféricas	www.visoesperifericas.org.br		(21) 2226-9173	Av. Almirante Barroso 25, Centro
Imaginário digital	http://imaginariodigital.blogspot.com			
PontoCine Guadalupe	www.pontocine.com.br	pontocine@pontocine.com.br	(21) 3106-9995	Estrada do Camboatá - Guadalupe Shopping
Ponto de Cultura Papo Cabeça (ONG Viva Rio)	vivafavela.com.br/PontodeCultura			
TV CUFA	www.tvcufa.com.br			
Visão da favela Brasil (núcleo Criar Filmes)	www.visaodafavelabr.blogspot.com	fiellateamorte@gmail.com	(21) 3022-7311 8670-0327	Morro Santa Marta

FOTOGRAFIA (Rio de Janeiro)

Nome	Site	E-mail	Telefone	Endereço
Curso comunitário de fotografia do Projeto Social Ponto Br	http://pt-br.wordpress.com/tag/curso-comunitario-de-fotografia-projeto-social-ponto-br-rio-de-janeiro/	andrew@swb.ca rodrigomexas@gmail.com		
Foto Favela	www.fotofavela.com.br	edson@vivario.org.br sandradelgado@vivario.org.br	(21) 2555-3750	Rua do Russel, 76
FotoRio - Encontro Internacional de Fotografia do Rio de Janeiro	www.fotorio.fot.br	fotorio@fotorio.fot.br coordenacao@fotorio.fot.br eventos@fotorio.fot.br		Caixa Postal 416 CEP: 20010-974 Rio de Janeiro
Olhares do Morro	www.olharesdomorro.org			Morro Dona Marta

TEATRO, DANÇA, ARTES VISUAIS (Rio de Janeiro)

Nome	Site	E-mail	Telefone	Endereço
Cia de Teatro Tumulto	www.ciatumulto.blogspot.com			
Cia Étnica de Dança e Teatro	www.ciaetnica.org.br	etnica@ciaetnica.com.br	(21) 2258-5986	Rua Leopoldo, nº 33 Andaraí
CTO-Rio - Centro de Teatro do Oprimido	www.ctorio.org.br	ctorio@ctorio.org.br	(21) 2232-5826 2215-0503	Av. Mem de Sá, 31 Lapa
CUFA Cidade de Deus Projeto Sala de Leitura	http://saladeleitura-cufacdd.blogspot.com			Av. José de Arimatéia, 90 Cidade de Deus
CUFA CDD Oficina de Informática	http://informatica-cufacdd.blogspot.com	luizroberto.cdd.rio@cufa.org.br	(21) 2426-0893	Av. José de Arimatéia, nº 90 Associação de Moradores
CUFA CDD Break	http://break-cufacdd.blogspot.com			
CUFA Complexo do Alemão	http://cufacomplexo.blogspot.com		(21) 2573-4085	Rua Benedito Cerqueira s/nº Olaria
CUFA Complexo do Alemão Projeto Grafitti	http://graffiticufario.blogspot.com/	nucleograffiticufa@hotmail.com		
CUFA Complexo do Alemão Núcleo Audiovisual (NASP)	http://naps-complexo.blogspot.com			
CUFA Complexo do Alemão Sala de Leitura	http://saladeleituracomplexodoalemao.blogspot.com			
Tele Centro Complexo do Alemão	www.telecentrocomplexodoalemao.blogspot.com			

CUFA Viaduto (Madureira)	http://cufa-viaduto.blogspot.com		(21) 2489-4996	Rua Alceu Faria Castro s/n Madureira
CUFA Sapo	http://cufasapo.blogspot.com		(21) 24042454 8794-6863	Rua soter de Araujo bl32 garagem Favela do Sapo
Grupo Cultural Afroreggae	www.afroreggae.org.br	coordenador_afro@uol.com.br	(21) 2532.0171 2532.0422	Av. Marechal Câmara, n° 350 - 7° andar - sala 703 - Castelo
Grupo Sócio Cultural Raízes em Movimento	www.raizesemmovimento.org.br	contato@raizesemmovimento.org.br	(21) 3104-6663 8871-8398 9124-8044	Av central n°45 Complexo do Alemão - Ramos
Grupo Teatro na Laje	www.grupoteatrodalaje.kit.net	grupoteatrodalaje@globo.com		
Nós do Morro	www.nosdomorro.com.br	contato@nosdomorro.com.br	(21) 3461-4616 ramal 137 3874-9411	Rua Dr. Olinto Magalhães, 54, Vidigal
Teatro na prisão	nataliafiche@terra.com.br			UNIRIO
Troupe de Teatro AfroReggae	www.afroreggae.org.br/sec_subgrupos.php?id=8&sec=subgrupo	paula.dariento@afroreggae.org.br duda.vasconcellos@afroreggae.org.br	(21) 2532-0171 2532-0422 8153-4919	

INSTITUIÇÕES DE APOIO E MOVIMENTOS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (Todo o Brasil)

Nome	Site	E-mail	Telefone	Endereço
Abraço Nacional - Associação Brasileira de Rádios Comunitárias	www.abraconacional.hpg.ig.com.br	abraconacional@ibest.com.br	(61) 3036-4996	SDS – Bloco "O" Edifício Venâncio VI Sala 413, Brasília DF
Abraço Rio	http://abrakorj.blogspot.com		(21) 2203-0812	Av. Presidente Vargas n° 962, sala 1501 – Centro RJ
AMARC Brasil	http://brasil.amarc.org			
Centro de Mídia Independente	www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml	contato@midiaindependente.org		
Coletivo Digital	www.coletivodigital.org.br	inclusao@coletivodigital.org.br diretoria@coletivodigital.org.br	(11) 3083-5134 (11) 9914-5750	Rua Cônego Eugênio Leite, 883 - Pinheiros - São Paulo/SP
Consciência.Net	www.consciencia.net	consciencia@consciencia.net	(21) 9250-9594	Av. Pres. Vargas, 446, apt°. 1205 Centro Rio de Janeiro, RJ
Criar Brasil - Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio	www.criarbrasil.org.br	contato@criarbrasil.org.br	(21) 2242-8671	Rua Teotônio Regadas, 26/403 Lapa RJ
Fazendo Mídia	www.fazendomedia.com	contato@fazendomedia.com		

Fórum Mídia Livre	www.forumdemedialivre.org			
Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação	www.fndc.org.br/index.php	secretaria@fndc.org.br, imprensa@fndc.org.br	(51) 3213-4020 (61) 3244-0650	Av. Borges de Medeiros, 1224/1303 Porto Alegre – RS HIGS-707, Bloco R - Casa 54 CEP 70351-718 Brasília - DF
IDEÁRIO Cultura e Comunicação	www.ideario.org.br	ideariocultura@gmail.com	(82) 3355-8002	
Informativo Eletrônico Sete Pontos	www.comunicacao.pro.br/setepontos			
Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social	www.intervozes.org.br	intervozes@intervozes.org.br	(11) 3877-0824 (61) 3341.3637	Rua Dr. Paulo Vieira, 134 São Paulo SP SIG Quadra 2 – 430 Brasília DF
Mídia dos Oprimidos	http://midiadosoprimidos.blogspot.com			
Movimento Cearense pela Democratização da Comunicação	http://mcdcom.wordpress.com	mcdcom@gmail.com		Av. Dom Manoel, 339 - Centro - Fortaleza – CE
Movimento de Organização Comunitária	www.moc.org.br/index.php	comunica@moc.org.br	(75) 3322-4444	Rua Pontal 61 . Cruzeiro . Feira de Santana . Bahia
Observatório de Favelas	www.observatoriodefavelas.org.br	contato@observatoriodefavelas.org.br	(21) 2667-2899 (21) 3105-4599	End: Rua Teixeira Ribeiro, 535, Maré Rio de Janeiro
Observatório de Imprensa	www.observatoriodaimprensa.com.br	(11) 2178-0434		PROJOR - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo - Avenida Paulista, 2198 - 16º andar - SP
Observatório do Direito à Comunicação	www.direitoacomunicacao.org.br	observatorio@direitoacomunicacao.org.br	(11) 3877-0824	Rua Rêgo Freitas, 454/cj. 1202 - Vila Buarque - São Paulo-SP
Projeto AfroReggae	www.afroreggae.org.br	coordenador_afro@uol.com.br	(21) 2532.0171 2532.0422 2532.7534	Av. Marechal Câmara, 350 - 7º andar - sala 703 - Castelo RJ Travessa General Justo, 275 - 2º andar - sala 212 - Pça XV RJ
Projeto Donos da Mídia	http://donosdamidia.com.br	info@donosdamidia.com.br	(61) 3424-2500	SHN Quadra 5 Bloco B / 109 - Asa Norte - Brasília – DF
Radiotube	www.radiotube.org.br			
Revista ARede (da Momento Editorial)	www.areda.inf.br	momento@momentoeditorial.com.br	(61) 3223-3790 (11) 3124-7444	SRTV/SUL quadra 701 Bloco O Sala 241 - Brasília DF Rua da Consolação, 222 cj. 2110/2111 São Paulo - SP
União Cristã Brasileira de Comunicação Social – UCBC	www.ajudabrasil.com.br/dadosentidade.asp?identidade=269	ucbc@ucbc.org.br	(11) 5589-2050/ (11) 5589-2050	Av. Jabaquara 2400 / loja 3 - Mirandópolis - São Paulo SP
UNIRR: União e Inclusão em redes de rádios	www.unirr.org.br/index.php	unirr@unirr.org.br unirr@uol.com.br	2532-9942	

Viva Favela (da ONG Viva Rio)	www.vivafavela.com.br http://novo.vivafavela.com.br/publique			
-------------------------------	---	--	--	--

NÚCLEOS UNIVERSITÁRIOS DE PESQUISA (Todo o Brasil)

Nome	Site	E-mail	Telefone	Endereço
Comunicação Comunitária e Cidadania (da UNB)	www.unb.br/fac/comcom http://comcomunb.blogspot.com	comcomunb@gmail.com fopaulino@gmail.com		Faculdade de Comunicação/UnB- Campus Darcy Ribeiro-ICC Norte - Asa Norte - Brasília – DF
Jiló – Jornalismo Interativo Laboratorial Otimizado Press	http://jilopress.blogspot.com	robson.pereira88@gmail.com francagusmao@gmail.com		Estr do Portela, 222, 5o,6o e 7o andar
LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária	http://leccufrj.wordpress.com	raquel@eco.ufrj.br	(21) 3873-5078	ECO-UFRJ Praia Vermelha Sala 124
NECC - Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária	www.facha.edu.br/necc	necc@facha.edu.br	(21) 2102-3131 2102-3113	
Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (da UESP)	http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=7522609HAKR1DU	kperuzzo@uol.com.br cicilia.peruzzo@pq.cnpq.br	(11) 4366-5818	Rua do Sacramento, 230 – Rudge Ramos - São Bernardo do Campo - SP